



Ana Helena Varela do Vale Barros Coutinho

**NIGEL FARAGE NAS CAMPANHAS ELEITORAIS PARA O PARLAMENTO
EUROPEU DE 2014 E 2019: EUROCÉTICO E/OU POPULISTA?**

Julho de 2020



Ana Helena Varela do Vale Barros Coutinho

**NIGEL FARAGE NAS CAMPANHAS ELEITORAIS PARA O PARLAMENTO
EUROPEU DE 2014 E 2019: EUROCÉTICO E/OU POPULISTA?**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciência Política

Trabalho realizado sob a orientação de
Prof^ª Doutora Ana Paula Lima Pinto de Oliveira Almeida Brandão
Prof^ª Doutora Sandrina Ferreira Antunes

Julho de 2020

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Um especial agradecimento às minhas orientadoras, obrigada por todos os conselhos, pela disponibilidade e incentivo, obrigada por todo o esforço prestado durante este período. Considero-me uma felizarda por ter-vos tido como orientadoras.

Obrigada à minha família e amigos mais próximos pelo apoio e afeto. Obrigada pelas palavras de conforto, pois por mais simples que possam parecer, foram fundamentais para o meu desempenho.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

Na última década a União Europeia (UE) experimentou múltiplas crises e um dos efeitos foi o desenvolvimento de partidos eurocéticos e populistas. Entendemos que seria importante elaborar uma distinção mais precisa sobre partidos eurocéticos e populistas, uma vez que consideramos que há partidos que são classificados como eurocéticos, mas que, na realidade adotam uma abordagem populista nas suas campanhas eleitorais. Partindo desta constatação, o objetivo desta tese é demonstrar que Nigel Farage, um líder partidário britânico comumente referenciado como ‘eurocético’, ganhou as eleições parlamentares europeias de 2014 e 2019 recorrendo a uma abordagem populista de direita. Para tal, partimos dos pressupostos teóricos da teoria do *Issue Salience* e procedemos à análise de conteúdo de 16 discursos e 1 manifesto de partido da autoria de Farage na liderança de dois partidos, UKIP (2014) e Brexit (2019). Os resultados desta análise permitiram-nos concluir que este líder partidário soube adequar os seus discursos às especificidades dos contextos vividos em 2014 e 2019 para vencer as duas eleições. Assim, e contrariamente àquilo que a literatura refere, os resultados desta investigação confirmaram que Nigel Farage adotou uma abordagem populista de direita como estratégia para ganhar as eleições parlamentares europeias de 2014 e 2019, embora não tenha descurado totalmente uma abordagem eurocética de direita nos dois momentos eleitorais.

Palavras-Chave

Parlamento Europeu; eleições europeias; euroceticismo; populismo; UKIP; Brexit party; campanhas eleitorais; Reino Unido.

Abstract

In the last decade, the European Union (EU) has experienced multiple crises which have contributed to instil the proliferation of Eurosceptic and Populist parties. Having said that and because we believe that many parties that are traditionally known as being Eurosceptic engage in Populist discourses to rip electoral benefits, we have decided to have a closer look at the under-explored relationship between Eurosceptic and populist claims in parties that are labelled as being 'Eurosceptic'. Based on this assumption, the purpose of this thesis is to demonstrate that Nigel Farage, a British party leader traditionally known as 'Eurosceptic', has relied on right-wing populist claims to win European Parliamentary elections in 2014 and 2019. In order to do so, we will draw on the *Issue Salience* theoretical framework and we will conduct a qualitative content analysis of 16 speeches and 1 party manifesto of Nigel Farage while in the leadership of two parties, UKIP (2014) and Brexit (2019). The results of this research have allowed us to conclude that Nigel Farage has embraced right-wing populist claims and, hence, adjusted his speeches to the specificities of the contexts experienced in 2014 and 2019 to win both elections. Hence, and contrary to what the literature says, we were able to confirm that Nigel Farage took a right-wing populist stance to win European parliamentary elections in 2014 and 2019, even though he has not totally neglected right-wing Eurosceptic claims.

Key words

European Parliament; European elections; Euroscepticism; Populism; UKIP; Brexit party; election campaigns; United Kingdom.

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	19
1.1. A teoria da <i>Issue Salience</i>	19
1.2. Euroceticismo e populismo: clarificação conceitual	22
1.2.1. Euroceticismo: direita <i>versus</i> esquerda.....	29
1.2.2. Populismo: direita <i>versus</i> esquerda	34
1.3. Apresentação das categorias de análise	42
CAPÍTULO 2 – A ASCENSÃO DE PARTIDOS EUROCÉTICOS E POPULISTAS NO SEIO DA UNIÃO EUROPEIA	50
2.1. Os partidos contra a integração europeia no Parlamento Europeu: surgimento e evolução (1979-2019)	50
2.2. Partidos eurocéticos e populistas: tradicionais ou anti-sistema?	54
2.3. Os partidos com Nigel Farage: UKIP e Brexit Party.....	57
2.3.1. UKIP de Farage no pré-Brexit.....	58
2.3.2. Brexit Party de Farage no pós-Brexit	61
CAPÍTULO 3 – O CONTEXTO POLÍTICO BRITÂNICO E O FENÓMENO FARAGE	64
3.1. Enquadramento do contexto político britânico e a relação com a União Europeia..	64
3.2. O contexto político britânico em 2014	67
3.2.1. A crise económica e financeira de 2008.....	69
3.2.2. A crise migratória.....	72
3.3. Contexto político britânico em 2019.....	76
3.3.1. O impasse do processo Brexit.....	78
CAPÍTULO 4 – NIGEL FARAGE, UKIP E BREXIT PARTY: EUROCÉTICOS E/OU POPULISTAS?	82
4.1. UKIP 2014.....	82
4.1.1. Análise de conteúdo aos discursos proferidos por Nigel Farage.....	82
4.1.2. Análise de conteúdo ao Manifesto eleitoral do UKIP (2014).....	92
4.2. Brexit Party 2019	98

4.2.1. Análise de conteúdo aos discursos proferidos por Nigel Farage.....	98
4.3. Discussão Final.....	105
CONCLUSÃO	115

Lista de Abreviaturas

UE	União Europeia
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
PESC	Política Externa e de Segurança
JAI	Justiça e Assuntos Internos
PE	Parlamento Europeu
EFDD	<i>Europe of Freedom and Direct Democracy</i>
ECR	<i>European Conservatives and Reformists</i>
UKIP	<i>United Kingdom Independence Party</i>
AfD	<i>Alternative für Deutschland</i>
MPE	Membro do Parlamento Europeu
RU	Reino Unido

Lista de Tabelas

Tabela 1. Categorias de análise aplicadas à identificação de mensagens pertencentes a partidos eurocéticos de direita.....	43
Tabela 2. Categorias de análise aplicadas à identificação de mensagens pertencentes a partidos eurocéticos de esquerda	44
Tabela 3. Categorias de análise aplicadas à identificação de mensagens pertencentes a partidos populistas de direita	46
Tabela 4. Categorias de análise aplicadas à identificação de mensagens pertencentes a partidos eurocéticos de direita.....	48
Tabela 5. Categorização da abordagem empregue por Farage em 2014 pelo UKIP	83
Tabela 6. Categorização da abordagem empregue por Farage no Brexit Party em 2019.	99
Tabela 7. Categorização da abordagem empregue por Farage no manifesto de 2014 pelo UKIP.....	93

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Mensagem empregue no Manifesto do UKIP (2014)	98
Gráfico 2. Abordagem eurocética e populista no discurso de Farage em 2014 e 2019	105
Gráfico 3. O euroceticismo e o populismo de direita no discurso de Farage (2014)	107
Gráfico 4. O euroceticismo e o populismo de direita no discurso de Farage (2019)	107

INTRODUÇÃO

Começaremos por enquadrar a temática da nossa investigação e por apresentar as razões que justificaram a escolha da mesma. Numa segunda fase, iremos apresentar as perguntas e as hipóteses que nortearam esta investigação. Em seguida procederemos ao mapeamento da produção académica sobre o tema, incluindo a clarificação de conceitos estruturantes, para demonstrar a relevância e o contributo da presente investigação. Segue-se a metodologia que sustentou a realização desta dissertação e, finalmente, o plano geral da dissertação.

Enquadramento do tema e justificativa

O Parlamento Europeu¹ (PE) teve o seu início com a Assembleia Comum da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), só posteriormente é que a assembleia passou a designar-se Parlamento Europeu. Ao longo dos anos, a instituição parlamentar supranacional, da qual os membros são eleitos diretamente pelos cidadãos europeus desde 1979, sofreu profundas transformações (Weidenfeld e Wessels, 1997) passando de assembleia composta por membros nomeados, a parlamento eleito, com uma reconhecida e crescente importância na definição da agenda política da UE (União Europeia), na aprovação de legislação europeia e no controlo político.

Os deputados do PE têm assento em grupos políticos, organizando-se em função das suas afinidades políticas. O grupo político que integrava os partidos populistas e eurocéticos de direita nasceu em 2009 com o nome de *Europe of Freedom and Democracy* (EFD) mas as constantes mudanças à sua conjuntura, como a não reeleição de vários deputados da legislatura 2009-2014, levou à fundação de um novo grupo no quadro parlamentar (Nielsen e Franklin, 2016). É desta forma que no oitavo mandato das eleições para o PE o grupo passou a intitular-se de *Europe of Freedom and Direct Democracy* (EFDD²). Nessas eleições, o grupo político

¹ O fenómeno da integração europeia constitui um dos exemplos mais claros de transformações nos processos políticos na Europa do pós-guerra. Segundo Nugent (2017) “a característica mais proeminente do governo e da política na Europa ocidental da era moderna foi a criação de um sistema político a nível europeu.” (tradução livre da autora: “(...) in the lack of creation of new central governing institutional structures, though it could be argued that the establishment of Euro Summits comes close to being such a creation.”).

² Parlamento Europeu (2014). Grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta

adquiriu 32 assentos, o que corresponde a 4,3% dos deputados ao PE (De Sio, Emanuele e Maggini, 2014). Nas eleições de 2019, o grupo adquiriu mais sete assentos do que nas anteriores, sendo nesse grupo que o *United Kingdom Independence Party* (UKIP) estava inserido. Todavia após a saída do *Alternative fur Deutshchland* (AfD) para o grupo político *European Conservatives and Reformists* (ECR), o grupo foi extinto, uma vez que, desde 2009, e em conformidade com o regimento do PE³, um grupo político deve ser composto por um mínimo de 25 deputados eleitos em, pelo menos, sete Estados-Membros.

O UKIP, partido objeto do nosso estudo, é conhecido por ser um partido político britânico eurocético, fundado em 1993, pela antiga Liga Antifederalista (Tournier-Sol, 2015). Este partido descreve-se como um partido democrático e libertário⁴. Em maio de 2014, nas eleições europeias, o UKIP conquistou o maior número de votos, com 24 dos 73 assentos atribuídos ao Reino Unido (RU). Esta foi a primeira vez que um partido britânico, que não o Trabalhista ou o Conservador, conquistou a vitória numa eleição europeia.

O UKIP manifestou-se desde a sua criação como um forte opositor à integração europeia, assumindo-se como anti-integração. Farage tornou-se líder do UKIP em 2010 e, até essa altura, a campanha do partido focava-se na questão anti-UE (Mudde, 2007). Aproveitando-se do contexto de crise na Europa e dando uso de uma mensagem radical sobre o problema da imigração, Farage concentrou a sua campanha para as eleições europeias de 2014 nas políticas migratórias para responsabilizar a UE de todos os problemas ocorridos no RU. Líderes partidários como Nigel Farage apropriam-se da voz do povo, ou mesmo de próprio partido, para canalizarem uma ostensiva unidade de diferentes emoções (Freedden, 2017).

O *Brexit Party*, partido também objeto da nossa investigação, é um partido político eurocético que integrava, até 31 de janeiro de 2020 (data em que se concluiu o processo Brexit), o grupo dos Não Inscritos (NI), ou seja, não integrava nenhum dos grupos políticos oficiais existentes no PE por não se identificar com nenhum deles. O partido elegeu nas eleições europeias de 2019, 14 membros no Parlamento Europeu (MPE). O partido foi fundado em janeiro de 2019 por Nigel Farage e a

³ Parlamento Europeu (2019). Resultados eleitorais.

⁴UKIP, um verdadeiro libertário. O UKIP posiciona-se no espetro da direita tradicional. É socialmente conservador em questões como a homossexualidade e a imigração, mas ao mesmo tempo, supera em voz alta a sua credencial proclamando-se como um "partido libertário e democrático" The Guardian (2014).

principal agenda deste partido é a defesa da saída do RU da UE sem qualquer acordo de saída⁵ (The Guardian, 2019). A maior parte dos membros deste grupo são igualmente eurocéticos e o grupo possuía, na altura das últimas eleições, 52 deputados⁶.

É neste sentido que as eleições europeias de 2014 trouxeram para a arena mediática um conjunto de partidos que, até recentemente, eram considerados irrelevantes para o eleitorado e exemplo disso é a emergência dos partidos de extrema-direita, eurocéticos e populistas (Mudde, 2009; Massetti, 2018), e do apoio bem visível que têm vindo a alcançar nas eleições europeias. Partidos de base nacional beneficiam atualmente de um conjunto de recursos humanos e financeiros dos quais não dispunham na década anterior, assim como de uma exposição pública mais consistente (Rocha, 2014). Todavia importa ressaltar algo importante, ou seja, caso estes partidos alcancem nas urnas um grande número de eurodeputados, isso não significará automaticamente uma maior influência no processo de tomada de decisão (*decision-making*), dada a ausência de direitos concedidos a estes eurodeputados, isto é, estes MPE não têm a seu encargo a redação de relatórios sobre novas propostas de legislações ou orçamentos⁷ (Parlamento Europeu, 2019). Contudo isto não é motivo suficiente para ignorar esta família política, até porque, mesmo não influenciando decisões importantes no seio do PE, o certo é que conseguem persuadir o eleitorado. Isto é comprovável quando olhamos para Farage, que, enquanto líder do UKIP para as eleições europeias de 2014, foi considerado por diversos investigadores como a principal figura, o pioneiro na intenção da realização de um referendo sobre a saída do RU da UE (Ford e Goodwin, 2014; Judis, 2016; Barnes, 2016). Importa por isso não desvalorizar a força destes partidos.

Justifica-se por isso uma reflexão sobre o processo Brexit (*British Exit*). Para abordar este assunto com maior rigor e evidência, é importante ter em conta que o RU foi um país que historicamente teve uma relação delicada com a UE (Startin, 2015), tendo-se mantido continuamente distante da integração europeia (Baker e Seawright, 1998) e, por isso, a permanência britânica na UE foi sempre repleta de excecionalidades (Somai e Biedermann, 2016). Porém este distanciamento não impediu o RU de se tornar a Nação europeia mais eurocética (Swales, 2016). O RU

⁵ Nigel Farage não aceitará qualquer tipo de acordo para a questão da saída do Reino Unido da União Europeia. The Guardian (2019).

⁶ Parlamento Europeu (2019) Deputados no grupo político Não Inscritos.

⁷ Parlamento Europeu (2019). Poderes e Procedimentos no Parlamento Europeu.

tem sido caracterizado como um parceiro “desajeitado” na Europa, com o euroceticismo a ser historicamente proeminente tanto entre o público quanto entre os principais partidos, o trabalhista e os conservadores (George, 1998). Apesar deste distanciamento de longa data, nos últimos anos, o euroceticismo ganhou ainda maior peso na política britânica, tal como demonstrado pelos resultados do referendo de 2016⁸, em que 51,9% da população britânica votou pela saída do RU da UE.

Por tudo aquilo que mencionamos até então, importa justificar em que é que se baseia o nosso estudo. A presente investigação visa analisar as duas últimas campanhas eleitorais europeias conduzidas por Farage (2014 e 2019) e tem por objetivo demonstrar que, apesar de os diferentes partidos que liderou serem classificados como eurocéticos, o sucesso eleitoral deste líder político se deveu antes a uma abordagem populista de direita. Apesar de a ideologia defendida por ambos os partidos em que Farage foi líder ser a eurocética, este adotou uma abordagem populista como estratégia para se sagrar vencedor nas duas últimas eleições para o PE.

Um discurso eurocético preocupa-se, essencialmente, em conservar uma mensagem cética relativamente à UE, sendo que a diferença se centrará na forma como se emprega esse ceticismo. Um eurocético pode estar preocupado em colocar fim à União ou, por outro lado, pode estar mais preocupado na luta pela mudança/transformação dos moldes em que a UE se está a desenvolver. Por outro lado, ainda, o eurocético pode se interessar apenas na divulgação de uma mensagem negativa sobre a UE (Brack, 2015). Já a abordagem populista, apesar de reter muitas características do euroceticismo, tal como é exemplo o facto de ambos utilizarem uma retórica contra as elites, há características específicas que a definem. O discurso populista filtra, articula, molda e dinamiza algumas das preocupações das pessoas a partir de um conjunto simplista de mensagens, tal como é exemplo a implementação de uma conceção de que todas as medidas, são medidas de *senso comum* (Greven, 2016). Os populistas buscam transcender clivagens baseadas em classes ou região (Kazin 1995; Taggart 2000) e definem o “povo” como alguém que partilha os maus tratos nas mãos das classes dominantes (a elite).

⁸ Resultados do referendo de 2016. Comissão Eleitoral (2016).

Para efeitos de análise iremos recorrer à teoria da *Issue Saliency* (Petrocik, 1996; Sides, 2006; Kaplan *et. al.*, 2006; Sigelman e Buell, 2004; Bélanger e Meguid, 2008) para compreender quais os temas com teor populista foram alvo de maior saliência numa e noutra campanha. Consideramos, pois, que o contexto político em que ocorreram as eleições europeias de 2014 (antes do processo Brexit) e 2019 (depois do processo Brexit) foram cruciais para Farage alterar a saliência da sua mensagem, adequando assim a sua mensagem populista aos dois diferentes contextos vividos pelos britânicos, de modo a tornar-se novamente o vencedor das eleições europeias. Este líder adotou diferentes estratégias durante as duas campanhas, porque havia temas que só se tornariam favoráveis para o mesmo se utilizados e salientados apenas em 2014 (tais como a imigração e o desemprego) ou apenas em 2019 (tais como o impasse do Brexit e crise democrática). Ainda assim, apesar de o contexto e a mensagem terem sido distintos, estes mantiveram-se num registo populista de direita.

Em termos temporais a análise desta investigação tem início em 2013 e termina em 2019. Nesse sentido, e apesar de ser visível ao longo da dissertação que o nosso foco se centra nas duas últimas campanhas para as eleições europeias (2014 e 2019), é determinante não nos esquecermos a altura em que se abordou pela primeira vez a possibilidade de saída do RU da UE. A possibilidade da saída do RU da UE foi abordada a 23 de janeiro de 2013, com David Cameron a fazer uma promessa: se saísse vencedor das eleições gerais de 2015, referendaria sobre esta permanência. A promessa não só foi cumprida como politicamente legitimada por uma maioria absoluta. Antes de se referendar o fim desta União, em 2014, nas eleições para o PE, Farage fez uma campanha salientando a necessidade do RU sair da UE como a única forma de recuperar a soberania britânica (Goodwin e Milazzo, 2015).

Pergunta de investigação

Esta foi a primeira vez que um Estado-Membro decidiu sair do bloco comunitário e muito dessa “sentença” deveu-se a Nigel Farage e à sua campanha para as eleições europeias de 2014 em torno de temas sensíveis, que, de uma forma radical, construíram um eleitorado contra a UE e contra os imigrantes. Como tal,

parece-nos pertinente que a pergunta de investigação central seja formulada nos seguintes termos: *Qual o pendor ideológico dos temas salientados por Farage que lhe possibilitou ganhar as eleições para o PE em 2014 e 2019: populista e/ou eurocética?* Para sustentar as nossas conclusões acerca do pendor ideológico utilizado por Farage, analisar-se-á a abordagem habitual destes partidos (populistas e eurocéticos) em função dos temas salientados.

Tendo em conta que há uma grande parte da literatura a assumir Farage como um líder eurocético (Pierini, 2016; Vasilopoulou, 2016; Baronia, 2017), facilmente consideramos inquietante sobre quais os motivos que podem tê-lo levado a não dar seguimento ao discurso eurocético habitual do UKIP. Nesse sentido, e para tornar o nosso estudo mais esclarecedor, somos remetidos a formular uma pergunta secundária. *Por que motivo os temas empregues por Nigel Farage nas campanhas para as eleições europeias de 2014 e 2019 tiveram uma saliência distinta, ainda que dentro do mesmo pendor ideológico?* Para sermos capazes de responder a esta questão e explicar os motivos que levaram à alteração dos temas salientados, importa compreender como foi vivido o contexto político pelos britânicos.

Para dar resposta aos objetivos a que nos propusemos, a presente investigação suportar-se-á na teoria da *Issue Salience*, primeiro, para verificar se Farage utilizou uma abordagem populista de direita nas campanhas para as eleições europeias de 2014 e 2019, tendo em conta que os partidos que liderou assentam a sua ideologia política no euroceticismo e, segundo, para explicar o porquê de este líder partidário considerar crucial alterar a saliência eleitoral de uma campanha para a outra, tornando assim novos '*issues*' mais salientes em detrimento dos salientados quatro anos antes.

É no decorrer destas ideias que a presente investigação pretende comprovar, como principal hipótese deste estudo empírico, que Farage, para as eleições europeias de 2014 e 2019, utilizou uma abordagem populista de direita e não eurocética, pois mesmo tornando saliente temas como a necessidade de recuperar a soberania britânica e as fronteiras e mostrar-se opositor ao processo de integração europeia (elementos que nos poderiam remeter para a ideia de que este usou uma abordagem eurocética), estas foram usadas com teor populista. Assim, o recurso à *Issue Salience* serviu para explicar o porquê de Nigel Farage ter concedido mais atenção a temas provenientes de um discurso populista, apesar de ter referido que

a única defesa dos dois partidos que liderou era a saída do RU da UE. Além disso, os temas que acima foram alvo de saliência serviram de apoio para tornar outras ainda mais proeminentes, como a questão da imigração afirmando perante os eleitores que a única forma de impedir que os imigrantes “roubassem” os empregos aos britânicos era fechando as fronteiras e retomando novamente a soberania britânica.

Foi no sentido destas duas perguntas (central e derivada) que surgiram as nossas hipóteses. Assim, como primeira hipótese:

H1 *Com base nos temas salientados por Nigel Farage, designadamente anti-establishment, soberania popular, anti-imigração e nativismo e autoritarismo, consideramos que o pendor ideológico empregue nas campanhas para as eleições europeias de 2014 e 2019 foi populista de direita.*

A primeira hipótese admite que Farage utilizou uma abordagem característica do populismo de direita e não uma abordagem eurocética, quando a literatura o assume como tal (Pierini, 2016; Vasilopoulou, 2016; Baronia, 2017). A teoria da *Issue Saliency* defende que os partidos não fornecem respostas para uma determinada agenda de problemas, pelo contrário, tentam concentrar a atenção do eleitorado em temas que possam ser vantajosas de alguma forma (Petrocik, 1996) e, no caso do nosso estudo, consideramos que Farage foi um líder capaz de influenciar o eleitorado. É no sentido desta premissa que consideramos que Farage ofereceu uma maior saliência a temas provenientes de um discurso populista de direita (anti-*establishment*, soberania popular, anti-imigração e nativismo e autoritarismo) e não, como fez crer, a temas oriundos de um discurso eurocético de direita (anti-UE, identidade nacional, soberania do Estado-Nação e anti-elites supranacionais).

Em consequência desta hipótese, surge-nos uma segunda, pois acreditamos que a abordagem populista utilizada por Nigel Farage foi bem-sucedida em virtude do contexto em que ocorreram as duas campanhas, ou seja, acreditamos que os temas salientados variaram estrategicamente em função do contexto, e essa variável rentabilizou ganhos eleitorais para Farage. Como segunda hipótese:

H2 *Os temas salientados nas campanhas de 2014 e 2019, ainda que dentro do mesmo pendor ideológico, foram distintos em virtude dos contextos políticos vividos pelos britânicos.*

A *Issue Salience* afirma que os partidos competem realçando seletivamente determinados temas durante as campanhas eleitorais (Jones e Baumgartner, 2005; Spoon e Klüver, 2017) e é nesse sentido que pretendemos dar resposta à nossa pergunta de investigação derivada. Assim, a segunda hipótese admite que as abordagens de Farage foram populistas de direita em virtude dos contextos (crise económica e financeira, crise migratória social e política) vividos durante as campanhas, contextos estes que foram favoráveis e ao mesmo tempo imprescindíveis para o sucesso da mensagem populista de direita. A teoria também defende aquilo a que chama de “questão de voto” (*issue voting*) ou seja, os eleitores votam em determinado partido não porque defendem a ideologia do partido ou a agenda política, mas porque passam a considerar que determinado ator político é mais competente numa área política específica (Budge, 1982). Enquanto líder do Brexit Party (2019), Farage foi visto pelos britânicos como uma figura entendida no que toca ao assunto Brexit e apesar de ter feito campanha em um partido recém-criado, Farage conseguiu sair vitorioso e convencer 30,7% os cidadãos de que seria a melhor escolha.

Estado da arte

Foi sensivelmente após o Tratado de Maastricht e mais concretamente com as eleições europeias de 1994 que um número crescente de cidadãos europeus expressou relutância relativamente aos moldes da integração europeia, o que marcou o fim de uma era de consenso permissivo (Hooghe *et. al.*, 2008). Todavia este tratado foi só o início de uma onda de vários eventos internacionais a possibilitar uma vez mais a que a diferença cultural e étnica fossem novamente alvo potencial de conflito. Eventos importantes que ocorreram logo após a entrada do novo século, como os ataques terroristas de 11 de setembro em Nova Iorque (2001), em Madrid (2004) e em Londres (2005) fizeram alterar o discurso na política (Perrin, 2005), nos meios de comunicação (Nacos e Torres-Reyna, 2003) e na esfera pública (Davis, 2007) permitindo, dessa forma, aos políticos uma maior margem temática para as suas agendas e abordagens eleitorais. É neste novo ambiente de fazer política que partidos eurocéticos e populistas, muitas vezes defensores de medidas pelas quais os principais partidos procuram não salientar, encontram uma

nova forma de prosperar. Ao debruçamo-nos sobre os dois conceitos estruturantes do nosso estudo, euroceticismo e populismo, apercebemo-nos que são abrangidos por uma enorme possibilidade de definições, o que torna a nossa investigação mais complexa.

O primeiro esforço de formalização concetual do euroceticismo pode ser atribuído ao trabalho de Taggart (1998), tendo mapeado o fenómeno baseando-se em partidos da Europa Ocidental e englobado a ideia de ceticismo face à incerteza diante de uma realidade institucional, pois segundo Taggart “*todos os oponentes da UE são, no mínimo, céticos, mas nem todos os céticos são oponentes*” (1998, p. 366).

Alguns autores consideram que o posicionamento partidário eurocético está enraizado na ideologia, seja ela de esquerda ou direita (Hooghe *et. al.*, 2002; Marks e Wilson, 2000) outros, como Taggart (1998), olham para o euroceticismo como uma estratégia frequentemente utilizada por partidos políticos encontrados à margem do sistema partidário. Estes partidos encontram nessa estratégia uma forma de adquirir maior visibilidade e, por sua vez, credibilidade. O certo é que a literatura sobre o euroceticismo no nível supranacional é comparativamente limitada (Brack 2015 e 2018; McDonnell e Werner 2019; Lynch, *et. al.*, 2011; Whitaker e Lynch, 2014), da mesma forma que a literatura sobre partidos pequenos e anti-UE tende a negligenciar a forma como esses atores se comportam no PE (Jensen e Spoon, 2010; Brack, 2015; Brack e Startin, 2015).

Em relação ao populismo encontramos diversas formas de aceitá-lo, pois este conceito tem sido cada vez mais debatido e muitas vezes sobreutilizado. Embora de maneiras diferentes em quase todos os contextos políticos, o populismo é agora um fenómeno bastante presente nas sociedades contemporâneas havendo por isso uma grande dificuldade em determinar qual a melhor forma de defini-lo, uma vez que existe uma enorme variedade de interpretações. Apesar de haver diversas formas de olhar e pensar sobre este conceito, apercebemo-nos que a maioria da literatura tem como grande preocupação defini-lo, todavia, é importante que também seja estudado para diferentes objetivos que não a sua simples definição. Apesar disso, tal como os partidos considerados eurocéticos, os populistas, sejam eles de esquerda ou de direita, são igualmente reconhecidos por serem, de alguma forma, os opositores da integração europeia. Desta forma, facilmente perspetivamos o populismo de direita, de alguma forma próximo do conceito de euroceticismo de

direita, uma vez que ambos defendem a força da identidade nacional e olham para a UE como uma ameaça a essa identidade e aos valores nacionais (Hooghe e Marks, 2005).

Como resultado, consideramos que o termo euroceticismo facilmente poderá ser atribuído, erroneamente, a partidos e/ou ideologias populistas. Estes partidos ainda assim poderão ser opositores ao processo de integração, no entanto, não é esse conceito a principal estratégia do partido. É devido a estas proposições que vários autores (Abedi e Lundberg, 2009; Ford, Goodwin e Cutts, 2012; Tournier-Sol, 2015) têm centrado as suas investigações na procura por interpretar e desconstruir a narrativa de determinados discursos políticos para ser possível marcá-los como discursos populistas. Este género de literatura científica é relevante para o nosso estudo, tornando-se dessa forma mais claro declarar Farage um líder populista de direita. No caso concreto do nosso estudo, Farage é um ator político que se considera um eurocético nato, todavia nós consideramos que o euroceticismo por ele defendido serviu apenas como uma estratégia para transmitir a sua mensagem de teor populista, isto é, este ator abordou preferencialmente nos seus discursos temas oriundos de uma abordagem populista e não eurocética.

O que nos leva a pensar dessa forma são os discursos de Farage. Datando a criação do UKIP, este partido focalizava unicamente uma campanha anti-europeísta (Mudde, 2009) e, portanto, era até então um partido eurocético. Nigel Farage tornou-se líder do partido em 2010 e foi na primeira eleição europeia enquanto líder (2014) que o UKIP transformou a sua estratégia em campanha, tendo começado a concentrar-se cada vez mais na política de imigração (Mondon, 2015). É essencialmente devido a esta alteração no discurso do partido que acreditamos que Farage não poderá ser apenas um eurocético, até porque, tal como Taggart (1998) refere, o euroceticismo pode ser apenas uma estratégia empregada por partidos políticos à margem do sistema partidário. Assim, para demarcar Farage como um populista, importa entender a abordagem utilizada por partidos eurocéticos, perceber o que é que estes atores fazem, porque é que fazem e porque é que acham apropriado agir dessa maneira e não de outra. Todavia sobre isto iremos realçar no capítulo referente à análise dos dados.

Diversas investigações (Gifford, 2006; Zaslove, 2008; Harmsen, 2010; Pirro, 2014) andam à volta deste tema cada vez mais elástico, e por isso começa-se agora

a abordar mais sobre o facto de o euroceticismo estar enraizado na abordagem populista, ou seja, têm procurado compreender o facto de haver determinados temas que eram anteriormente usados apenas por partidos eurocéticos, mas que agora são também usados por populistas. Ainda que sejam perceptíveis os avanços alcançados neste tema em particular, não encontramos estudos capazes de nos esclarecer sobre o facto de existirem partidos que defendem uma abordagem eleitoral eurocética, mas que na realidade utilizem uma abordagem populista. Além disso, apesar de existir a relação entre os partidos populistas e o público em termos de capacidade de resposta (Jagers e Walgrave, 2007; Reher, 2015; Spoon e Klüver 2014, 2016), não existe essa mesma relação ao facto de existir a possibilidade de esses partidos populistas se intitularem de eurocéticos, e nessa ordem de ideias, a massa eleitoral vê aqui uma possibilidade de aumentar.

É neste sentido que esta análise nos parece pertinente, pelo facto de ser o primeiro estudo a abordar um líder considerado eurocético, mas que, em boa verdade, prefere adotar estratégias populistas para se consagrar vitorioso. Embora o populismo seja uma preocupação central para a Ciência Política há algum tempo (Albertazzi e McDonnell, 2008), existem determinados paralelismos que ainda não foram analisados empiricamente, tal como o facto de uma abordagem anti-UE, habitual de um discurso eurocético, ser confundida com uma abordagem anti-*establishment*, abordagem esta habitual de um discurso populista. Desta forma, esperamos com o nosso estudo tornar mais clara a explicação de uma abordagem populista, de forma ser mais facilmente distinguível da abordagem eurocética. Ademais, este estudo será a primeira análise escrita em português a abordar a pertinência/saliência de determinados temas utilizadas em discursos e manifestos por um líder político britânico, permitindo, assim, a esse ator ser reconhecido pelo eleitorado como uma escolha viável, dentro do leque disponível. As mensagens transmitidas nos seus discursos, embora distintas em ambas as campanhas, possibilitaram a Farage, a partir de uma abordagem populista, ganhar as duas últimas eleições europeias.

O argumento da atualidade pode também ser invocado para sublinhar o contributo do presente trabalho, dado que o discurso populista tem sido cada vez mais alvo de atenção devido à preferência dada pelos atores políticos, como principal forma de convencer os eleitores da mensagem que querem passar. Por

outro lado, o estudo de um líder radicalista e nacionalista com certeza não será algo de novo, todavia estamos a viver uma era em que este tipo de líderes estão novamente a adquirir notoriedade e vistos como uma alternativa séria.

Além de todos os motivos que mencionamos como relevantes e atuais, importa não esquecer para esta análise o processo Brexit e algumas implicações para o bloco europeu, uma vez que este acontecimento determinou a alteração da saliência oferecida durante a campanha para as eleições europeias de 2019, assistindo dessa forma à conceção de um discurso distinto do obtido nas eleições de 2014. Ademais, importa realçar que a produção científica sobre a temática do Brexit é ainda relativamente escassa e pouco sistemática (Corbett, 2016; Vasilopoulou, 2016; Pitcher, 2019), por isso, este estudo pretende, de alguma forma, contribuir para o aprofundamento do tema.

Metodologia

Tendo os principais pontos de partida da investigação orientados, apresentamos agora o plano científico que foi utilizado ao longo deste estudo, ou seja, qual a metodologia utilizada. Era necessário adotar um quadro teórico de referência e orientador da investigação e o estudo de caso de tipo crucial foi o *design* de investigação que nos pareceu mais adequado para alcançar os nossos objetivos, pois tal como Gerring (2007) o refere, o caso é crucial quando entendemos que vamos contestar uma teoria previamente existente.

Recorrendo a uma abordagem de estudo de caso crucial, pretendemos investigar como Farage, líder político considerado um eurocético, empregou uma abordagem populista em ambas as últimas eleições europeias para se consagrar vitorioso. Isto significa que estamos a testar os argumentos teóricos pelos quais nos sustentamos (Levy, 2008) para chegar às suposições que delineamos. Importa realçar que a principal característica do estudo de caso é a sua utilidade analítica (Gerring, 2001), o que significa que se baseia na confirmação da sua pertinência, bem como na confiança de que o mesmo, poderá servir para eventuais avanços e aperfeiçoamentos da teoria e de possíveis novas hipóteses. Neste sentido, esta investigação trata-se também de um *design* de investigação hipotético-dedutivo, já que a sua construção foi fruto de um raciocínio teórico que deverá ser comprovado

empiricamente (Quivy e Campenhoudt, 1992). Por outras palavras, desta forma conseguimos explicar que certos casos podem afinal não se enquadrar nas teorias existentes e, explicar também, de que forma é que o caso contrapõe as previsões teóricas, para depois conseguirmos refinar ou substituir pelas hipóteses geradas (Levy, 2008).

Importa também referir que, ainda que tenhamos recorrido a dados quantitativos, a principal metodologia orientada para esta investigação assume-se como qualitativa. Trata-se de um *design* de investigação qualitativo em que a amostra equivale a 1 (um), e o caso selecionado para o estudo é visto como determinante para a verificação empírica da hipótese que pretendemos comprovar (King, *et. al.*, 1994). O estudo de caso analisa de forma aprofundada uma situação em particular e, para isso, recorreremos, tal como já indicamos, ao método qualitativo de forma a identificar determinadas particularidades procedentes do nosso estudo. O estudo de caso é um referencial metodológico com enormes potencialidades na área da investigação, especialmente quando procuramos dar resposta à diversidade de problemáticas existentes nas ciências sociais (Coutinho, 2008). Ademais, Merriam (2009) descreveu a pesquisa de estudo de caso pelas suas características – particularista, descritiva e heurística – destacando, além da sua natureza qualitativa o objetivo em foco, que é o de interpretar e descrever, da melhor forma possível, os resultados alcançados.

A seleção do estudo de caso foi auxiliada pela estratégia *two similar cases*. Consideramos esta estratégia pertinente uma vez que investigador escolhe, neste caso, dois casos com várias características idênticas, para que desta forma a maioria das explicações se possam manter constantes e não possam ser interpretadas com as causas das diferenças que existem entre eles (Hancke, 2010). Podemos afirmar que os estudos de caso, partindo do pressuposto que são realizados com rigor, eles funcionam não apenas como meras descrições do caso em estudo, uma vez que são orientados sempre por um esquema teórico capaz de permitir a recolha dos dados, apoiando-se assim, em proposições previamente construídas (Pardal e Correia, 1995). Sobre o estudo de caso objeto da presente dissertação, foi determinante proceder a uma recolha de dados, dados estes que foram obtidos a partir dos discursos de Farage em altura de campanha parlamentar europeia (2014 e 2019) e, para isso, a presente investigação serviu-se da análise de conteúdo para tratar os

dados coletados. Esta técnica ajuda a obtenção de novos conhecimentos e a compreensão de diferentes fenómenos e/ou ações específicas (Krippendorff, 2004), elementos estes, determinantes para o nosso estudo.

Epistemologicamente, seguimos uma perspetiva interpretativista, uma vez que esta reflete sobre aquilo que podemos conhecer do mundo (Furlong e Marsh, 2010). Os fenómenos sociais não podem ser compreendidos independentemente da nossa interpretação sobre estes, por isso, a atribuição de significados aos fenómenos sociais torna-se o objetivo principal para a dissertação que se irá seguir.

A análise de conteúdo foi uma técnica de tratamento de dados que nos fez refletir sobre aquilo que os partidos “verdadeiramente são” e aquilo que enfatizam estrategicamente (Gomez, *et. al.*, 2016, p. 356). Esta técnica é pertinente para o nosso estudo uma vez que possui a capacidade de reduzir de forma sistemática os dados, ou seja, em vez de tentar acompanhar tudo de uma vez e correr o risco da análise tornar-se confusa, o método obriga a selecionar certos aspetos-chave, sendo que será em torno desses aspetos que conseguimos construir o quadro de categorização (Schreier, 2012). A partir dela, foi possível perceber o posicionamento dos partidos de Farage em momentos-chave do contexto político britânico (Volkens 2002) que, por sua vez, nos auxiliou a sustentar as nossas proposições de investigação.

A análise de conteúdo pode ser dividida em duas dimensões, a análise qualitativa e a quantitativa. A análise qualitativa refere-se à presença/ausência de determinada característica, ou de um conjunto delas que qualificam um dado conteúdo, quanto à análise quantitativa, refere-se à quantidade de informação, tendo por base a contagem do número de ocorrências ou o aparecimento de determinada característica no conteúdo alvo da análise (Quivy e Campenhoudt, 2005). Embora as duas análises tenham pressupostos diferentes, elas poderão também atuar em conjunto. No caso do nosso estudo, apesar de o foco principal estar concentrado numa análise qualitativa da *Issue Salience* nos discursos de Farage, para um entendimento mais preciso iremos complementar a nossa investigação recorrendo a uma análise quantitativa. Ainda assim, importa abordar de forma mais profunda a análise de tipo qualitativa, pois foi aquela pela qual despendíamos mais tempo para o nosso estudo. Esta análise revelou-se pertinente pois a partir dela foi

possível descrever o significado do material pelo qual nos debruçamos, atribuindo partes sucessivas do material às categorias do quadro de codificação construído.

A análise focou-se em 16 discursos realizados por Farage, oito em cada campanha parlamentar europeia e na análise ao manifesto⁹ do UKIP, tornado público nas eleições europeias de 2014, intitulado de “*Create an earthquake*” (UKIP, 2014). Não recorremos a uma análise do manifesto do Brexit Party nas eleições de 2019, pois Nigel Farage referiu na sua campanha de abertura que não iria publicar um manifesto, por considerar que os manifestos são agora sinónimo de mentiras e traições, com o qual não quer compactuar (Farage, 2019c). Recorremo-nos destes instrumentos empíricos porque têm sido frequentemente utilizados em estudos sobre partidos políticos (Gomez, *et. al.*, 2016; Fagerholm, 2017).

Todos os discursos que recolhemos de Farage estavam disponíveis na rede *YouTube e foram* publicados por diferentes canais televisivos. Na análise de conteúdo dos documentos que tivemos acesso, procuramos primeiro dividir o material em partes, examinando cada uma das partes para avaliá-la de acordo com a estrutura de codificação que elaboramos. Ao fazer isso, fomos obrigados a prestar igual atenção a tudo o que foi dito, garantindo que nada foi descurado (Schreier, 2012).

Para o sucesso da análise, elaboramos um quadro de codificação tendo em conta o material teórico que acedemos. Este quadro de codificação, só poderia ser considerado válido na medida em que as categorias representassem adequadamente os conceitos em questão e, para conseguir isso, tivemos que adaptar o quadro de forma a ajustá-lo ao material que recolhemos (*Ibidem*, p. 71), isto é, tivemos que ter um cuidado redobrado ao fazer a recolha do referencial teórico sobre a abordagem e as estratégias tidas pelos partidos eurocéticos e populistas para não negligenciarmos a investigação. Assim, para esta investigação, a codificação que utilizamos foi a análise do conteúdo de cada *ocorrência* presente na mensagem proferida pelo ator alvo de estudo, independentemente da extensão da

⁹ A análise de conteúdo dos manifestos tem sido sobretudo utilizada (como nos exemplos acima citados) para realizar estudos longitudinais e com uma maior amostra de partidos, através de análise estatística e da construção de escalas para o posicionamento dos partidos. Os seus contributos direcionam-se essencialmente a tentativas de categorização ou a medições de larga escala do posicionamento dos partidos. Sendo esta investigação focada em apenas dois partidos e num período de tempo de 13 anos, estes objetivos não se enquadram. Acresce que também já foram também apontadas algumas limitações à construção de escalas através dos dados do CMP e do CHES (ver Lourenço, 2017).

mensagem. Para terminar, importa mencionar que das categorias formuladas produzimos subcategorias exclusivas, garantindo assim, a confiabilidade entre os codificadores (*Ibidem*, p. 140).

Antes de começarmos a classificar os dados recolhidos consideramos determinante testar a estrutura de codificação criada. Compreendemos que só a partir destes “ensaios” é que conseguiríamos chegar a uma estrutura coerente e confiável. Depois de traduzirmos todo o significado do material selecionado nas categorias do quadro de codificação, procedemos à sua classificação (*Ibidem*, p. 143), sendo que essa classificação, foi feita a partir de uma interpretação cuidada dos dados, em vez de uma mera descrição dos componentes.

Para além da análise do conteúdo dos discursos e do manifesto, de forma pontual e em momentos que consideramos pertinentes recorreremos a fontes primárias de documentos oficiais da UE, como determinados tratados/convenções, acordos e legislação. Como fontes secundárias recorreremos a livros, capítulos de livros, artigos científicos e artigos de imprensa.

Os dois partidos objeto da nossa análise – UKIP e *Brexit Party* – possuem diversas similaridades entre eles, apesar de terem tido o seu pico em dois marcos históricos diferentes – antes e depois do processo Brexit. Ambos os partidos se assumem como eurocéticos e ambos negam defenderem uma abordagem populista. A partir da análise de conteúdo pretendemos perceber se, de facto, Farage utilizou ou não uma abordagem populista de direita nas duas últimas campanhas eleitorais europeias. É por estas razões que esta foi a técnica que nos pareceu mais exequível. Assim sendo, os conceitos operacionalizados são o de euroceticismo e populismo, e, mais concretamente, o tipo de abordagem habitualmente utilizada pelos partidos que analisamos. Para a elaboração de uma análise mais precisa, parece-nos determinante a compreensão destes elementos, mas sobre isso, ofereceremos destaque no capítulo seguinte.

Estrutura da dissertação

A presente investigação está dividida em quatro capítulos. **O primeiro capítulo** desta dissertação é referente ao quadro teórico e aos conceitos estruturantes deste estudo. Em primeiro lugar consideramos pertinente elucidar

para a teoria pela qual nos sustentamos, a *Issue Salience*, para que assim seja possível, de forma mais coerente, compreender o recente reaparecimento do euroceticismo e populismo no seio da UE. Apesar de considerarmos Nigel Farage um populista, o ceticismo em relação à integração europeia esteve sempre presente nos seus discursos e, portanto, importa oferecer igual destaque a estes dois conceitos.

Para o **segundo capítulo**, esta investigação procurou compreender a evolução do PE para o surgimento de partidos contra o processo de integração e contra a própria unificação. Depois disso, uma vez que os partidos eurocéticos e populistas se opõem de alguma forma à UE, procuramos perceber que tipo de partidos são eles, isto é, se por norma representam ou não algum papel constitucional. Por fim, damos a conhecer os dois partidos que Farage foi líder, o UKIP na fase do pré-Brexit e o Brexit Party na fase do pós-Brexit.

O **terceiro capítulo** refere-se precisamente ao contexto político vivenciado pelos britânicos na altura das duas últimas campanhas parlamentares europeias. Consideramos que só a partir de uma boa compreensão destes dois diferentes contextos, é que se tornará possível compreender o porquê da abordagem populista empregue por Farage ter sido tão bem aceite pelo público britânico. Assim, numa primeira fase, fazemos um enquadramento sobre o contexto político vivido pelos britânicos, contexto esse que nos leva a compreender melhor o processo de desintegração entre o RU e a UE. De seguida, e para compreender o forte crescimento do euroceticismo britânico nos últimos anos, fazemos uma análise sobre as principais crises que ocorreram nas duas últimas décadas, crises estas que possibilitaram o sucesso da abordagem populista de Farage.

O **quarto capítulo** corresponde à análise dos discursos e manifesto de Farage para as campanhas das eleições parlamentares europeias de 2014 e 2019. Para isso, numa primeira fase indicamos e explicamos quais as categorias de análise que utilizamos para verificar se, de facto, Farage aplicou uma abordagem populista para se sagrar vencedor em ambas as eleições europeias. A partir das categorias da análise, procuramos perceber quais foram os temas que Farage ofereceu maior saliência. O contexto político vivido pelos britânicos foi uma ferramenta determinante para realizar uma análise mais precisa, pois auxiliou-nos na descoberta que Farage, é na verdade um populista, mas também, permitiu-nos compreender as diferenças existentes na abordagem populista em ambas as

campanhas. Ainda neste capítulo iremos discutir sobre os resultados que alcançamos. A abordagem populista possibilitou a Farage consagrar-se vitorioso nas duas últimas eleições e, por isso foi um líder capaz de convencer o público com a sua mensagem populista, oferecendo credibilidade a temas mais sensíveis, ao mesmo tempo que era visto como um ator político confiável entre os demais.

Na conclusão, procuramos compreender de que forma fomos capazes de responder à nossa pergunta de investigação e, se realmente, fomos capazes de dar resposta às hipóteses de delineamos. Em função das conclusões, sugerimos algumas sugestões sobre futuras vias de investigação.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCETUAL

A abordagem teórica utilizada para esta dissertação foi a *Issue Salience*. Por isso, neste capítulo iremos, numa primeira fase, definir de forma precisa a teoria. Em seguida, apresentamos os conceitos estruturantes da nossa análise (euroceticismo e populismo). Só assim será possível compreender se, de facto, Farage aplicou ou não uma abordagem populista.

1.1. A teoria da *Issue Salience*

A teoria de *Issue Salience* já foi operacionalizada por vários investigadores (Petrocik, 1996; Sides, 2006; Kaplan, *et. al.*, 2006; Sigelman e Buell, 2004; Bélanger e Meguid, 2008) e tem sido amplamente empregada em análises de comportamento eleitoral, possibilitando dessa forma a explicação sobre quais os temas são discutidas ou negligenciadas pelos candidatos em uma campanha eleitoral, bem como que influência as escolhas desses mesmos temas poderão ter nos resultados eleitorais (Opperman e Viehrig 2011; Wlezien, 2005).

Todavia este estudo em particular nunca antes havia sido elaborado, pois nunca antes se procurou estudar um partido que defendesse uma determinada ideologia, mas que, na verdade, desse uso de uma outra em campanha eleitoral. Além disso, a teoria *Issue Salience* foi aquela que nos pareceu mais exequível uma vez que esta teoria defende que o voto depende, essencialmente, das escolhas que são oferecidas pelos líderes políticos (Sides, 2006) e essas escolhas são pensadas e adequadas consoante o contexto político vivido naquele momento.

Os partidos enfatizam temas sobre as quais acham que irão obter vantagens e ao mesmo tempo, subestimam outros pelas quais sabem que o adversário não têm uma boa reputação (Bélanger e Meguid, 2008; Budge e Farlie, 1983; Petrocik, 1996). A relevância dada a determinados temas tem consequências para a participação e satisfação dos cidadãos com a democracia (Reher, 2015), sendo por isso definida como a prioridade do problema partilhado pelos partidos e pelos eleitores num determinado momento, pois apesar do voto depender dos temas que os líderes políticos optam por salientar, depende também da proeminência que os tomadores de decisão oferecem às mesmas.

Tanto o UKIP como o Brexit Party, são reconhecidos por apresentarem uma forte oposição à interação europeia, todavia, e tal como Ciuk e Yost (2016) nos dizem, existem partidos que usam a questão da UE como uma questão de segunda ordem que servirá para reforçar uma posição mais forte em outros temas, que possivelmente se tornarão centrais no partido. Claramente, esses novos temas terão alguma relação com a relevância da questão europeia para o sistema partidário, no entanto, no caso dos partidos em que Farage foi líder, encontramos uma grande disparidade na quantidade de destaque que é realmente concedida para esse tema, isto é, apesar de referir várias vezes a relevância que o tema tem para os dois partidos, na realidade, a saliência oferecida em momento de discurso não é assim tanta.

O facto de Farage optar por tornar a questão europeia como uma questão de segunda ordem poderá ainda estar relacionado com uma diferente problemática. O RU era reconhecido por ser um Estado-Membro em que as próprias elites políticas manifestavam relutância em relação à UE, portanto, sendo o UKIP um partido relativamente pequeno e o Brexit Party um partido recém-criado, era importante fazer algo para garantir a propriedade de emissão (Wagner, 2012). Para sustentar a propriedade sobre certos tópicos, Farage precisou enfatizar consistentemente temas sobre os quais ele considerava ter alguma vantagem comparativa.

Sobre as estratégias utilizadas em campanha seguimos agora a ideia de Häusermann e Kriesi (2015) ao considerarem a dimensão cultural e a transformação económica as dimensões de principal saliência entre o público. Em 2014, Farage ofereceu maior saliência à dimensão cultural. A oposição à integração europeia sempre foi importante para o UKIP, mas havia tornando-se mais popular em 2014. No entanto os dados afirmaram que essa saliência não era igualmente relevante para os apoiantes (McDonnell e Werner, 2019). Era por isso determinante fazer algo, oferecer ao público um novo tema e uma nova saliência. Assim, enquanto líder do UKIP, acreditamos que Farage alterou o discurso eurocético do partido para um discurso centrado na questão da problemática da imigração, abordagem esta, mais própria de um discurso populista. Os resultados indicaram uma proximidade muito maior entre os líderes populistas e os seus eleitores quando estes priorizavam nos seus discursos a questão da imigração (Mudde, 1999). Para não cair no erro de nos suportarmos em falsas concepções, importa ressaltar que o populismo não se

resume apenas a esta questão, além de que, a mesma não é exclusiva dos partidos populistas de direita, no entanto, acreditamos que para o sucesso do UKIP em 2014, ela foi determinante.

Em 2019, enquanto líder do Brexit Party, Farage optou por dar menos relevância a esta questão tão salientada em 2014, oferecendo maior peso ao impasse do Brexit. Neste sentido, De Vries (2010) descobriu que, quando os temas são altamente salientes para os eleitores, eles têm maior probabilidade de ter um impacto nas posições dos partidos político. Ademais, os partidos de oposição são reconhecidos por darem uso de campanhas em que atribuem a culpa ao governo, mesmo que não tenham um conjunto completo de opções alternativas às políticas disponíveis. Segundo Pardos-Prado e Sagarzazu (2019) em tempos de crise os partidos da oposição têm mais sucesso em moldar as percepções dos eleitores sobre as questões económicas do que os partidos governamentais.

Neste sentido, o caso de Farage é um ótimo exemplo de que os partidos podem procurar transformar a sua estratégia de uma campanha para a outra, uma vez que pode surgir um problema que está a ser vivenciado por uma enorme parte do eleitorado, obtendo assim uma forma de adquirir maior número de votos, que de outra forma, poderiam não conseguir (Sides, 2006). Este líder não se preocupou em fornecer respostas diferentes para uma determinada agenda de problemas, antes pelo contrário, tendo em conta o contexto vivido pelo público procurou concentrar a atenção em temas que considerou serem vantajosos para ele. Com o UKIP, a vantagem centrou-se com a imigração e com o Brexit Party, a grande vantagem foi o impasse em relação ao Brexit. Em qualquer um destes dois temas, Farage não encontrou competição partidária.

Estes são os motivos que nos levam a considerar que Farage, ao invés de ser um líder eurocético é, na verdade, um líder populista e segundo a literatura, os partidos populistas são os melhores capazes de responder à saliência pública (Plescia, *et. al.*, 2019; Bos, *et. al.*, 2011; Wagner e Meyer, 2014) e este líder foi capaz de convencer o eleitorado britânico de que seria a melhor opção entre os demais, tanto nas eleições de 2014 como nas de 2019.

Antes de passarmos para a análise propriamente dita, importa esclarecer os principais conceitos pelos quais nos debruçamos e, também um esclarecimento

sobre os dois diferentes contextos vividos pelos britânicos na altura das duas últimas campanhas parlamentares europeias.

1.2. Euroceticismo e populismo: clarificação concetual

A posição de um partido na questão da integração europeia pode potencialmente ser explicada por vários fatores (Johansson e Raunio, 2001; Taggart e Szczerbiak, 2001) mas em essência, pode ser trazida de volta à questão principal: estratégia ou ideologia. Em outras palavras, a dúvida que muitos investigadores encontram é se a posição de um partido sobre a integração europeia é alterada sempre que for considerado estrategicamente conveniente ou se, por outro lado, está fundamentada na ideologia mais ampla do partido. Foi Taggart (1998), Hooghe, *et. al.* (2002) e Mudde (2004) os primeiros autores a olharem para o euroceticismo como estando, de alguma forma, relacionado com o populismo. Todavia, antes de nos debruçarmos sobre isto, importa clarificar os conceitos pelos quais nos debruçamos para este estudo.

Vários autores (Taggart, 1998; Taggart e Szczerbiak, 2001; Sitter, 2001) argumentam que o euroceticismo pode ser explicado principalmente a partir de uma verificação relativamente à posição do partido no sistema partidário, ou seja, o euroceticismo é mais rapidamente considerado estratégico se o partido que o defende for da oposição e, por outro lado, o euroceticismo é mais rapidamente considerado ideológico se for o partido que está no governo quem defende. Ainda assim, importa realçar que qualquer que seja o partido, eurocético ou populista ou mesmo um partido tradicional, ele irá procurar sempre controlar os temas de alta relevância entre os eleitores.

Uma classificação influente sobre o euroceticismo foi a distinção proposta por Easton (1965) sobre as diferentes formas de apoio aos regimes políticos. Este autor distingue a integração europeia entre o apoio "difuso" e o apoio "específico". O apoio difuso relaciona-se com o apoio às ideias mais gerais da integração europeia, ao passo que, o apoio específico, está relacionado com o apoio à prática da integração europeia, ou seja, o apoio à forma como ela se está a desenvolver. Na primeira dimensão de apoio, distingue-se *Europhiles* dos *Europhobes*. Os primeiros vêem a integração europeia como um projeto de criação de um novo Estado

supranacional (por exemplo, federalistas), mas também aqueles que vêm a integração europeia exclusivamente em termos económicos (por exemplo, a criação de uma zona de livre comércio). Muitos líderes políticos dos estados que se vieram a tornar membros da UE tinham esta premissa como a principal a jogar a favor da integração, tendo sido estas eventuais melhorias económicas e comerciais para o país, o fator decisor da cessão de alguma da soberania para as autoridades europeias. Os segundos não apoiam e frequentemente opõem-se às ideias gerais de integração europeia subjacente à UE. Eles assumem essa posição porque são nacionalistas, ou simplesmente porque acreditam que a ideia de integração europeia é imprudente diante da diversidade e incompatibilidade existente entre os Estados europeus. O maior exemplo de *Europhobic* é a ideia de construção da *Europe der Völker* (Os povos europeus), que implica a cooperação entre países europeus (considerados puros) mas apenas em questões específicas e sem perder a soberania do Estado-Nação ou a identidade nacional (Henderson, 2001). Este euroceticismo é por isso enquadrado como sendo de direita.

A segunda dimensão de apoio separa os otimistas dos pessimistas em relação à UE. Os otimistas acreditam na direção do desenvolvimento da UE (Batory, 2002). Nesta dimensão salienta-se aquilo que já tínhamos defendido anteriormente, ou seja, uma atitude crítica em relação a uma determinada política da UE não desqualifica a possibilidade de ser otimista em relação à UE. Os pessimistas em relação à UE, pelo contrário, ou não apoiam a UE como ela funciona atualmente ou são pessimistas sobre a direção de seu desenvolvimento. Ainda assim, isto não pode significar que todos os pessimistas da UE se opõem à adesão à UE. Alguns podem simplesmente apoiar ou esperar uma possível mudança desta União. No caso concreto deste tipo de euroceticismo, ele é enquadrado como sendo de esquerda (Mudde, 2000). Posto isto, acreditamos que o euroceticismo pode assumir diferentes formas e seguindo diferentes visões da integração europeia e diferentes interpretações da UE.

Já uma definição inicial foi proposta por Taggart (1998) e inicialmente aplicada ao euroceticismo entre partidos políticos. Este, equiparou o euroceticismo entre a oposição condicional à integração europeia e a oposição total e incondicional. Essa definição inicial, que abrangeu uma ampla gama de atitudes em relação à UE, foi posteriormente dividida por Taggart e Szczerbiak (2001). Estes

consideraram que o euroceticismo duro se referia à oposição dos princípios à UE e à integração europeia (articulando aqui os partidos e atores que defendem a retirada da UE ou a oposição à adesão à UE) e o euroceticismo brando, que se referia a uma oposição qualificada à UE, ou seja, a existência de uma insatisfação com determinadas políticas da UE ou com a atual trajetória, que poderá estar, de alguma forma, a ser percebida de forma contrária aos interesses nacionais.

Seguindo o raciocínio de Brack (2015) o termo euroceticismo pode ter tido a sua origem na década de 80 do século passado no RU e na sua forma mais simples, o termo refere-se a alguém que se opõe aos poderes da UE. No entanto ao examinarmos a sua natureza entre os Estados-Membros, enfrentamos algumas dificuldades inevitáveis em definir o que consiste exatamente esse conceito. O euroceticismo passou a ser equiparado a diferentes formas de demonstrar oposição à integração europeia.

É por isso particularmente importante para a nossa investigação o facto de existirem vários autores que centraram a sua investigação em possíveis explicações sobre aquilo que pode levar um partido a suportar-se de atitudes e posições eurocéticas. Alguns focaram-se no impacto do desempenho económico (Carubba, 1997; Eichenberg e Dalton, 1993, 2007) ou em indicadores individuais subjetivos (Gabel, 1998), enquanto outros concentraram-se na identidade nacional para entender o crescente nível de oposição à UE (Bruter, 2005; Carey, 2002; McLarren, 2004). Recentemente, pesquisadores investigaram o impacto da confiança (ou a falta dela) em instituições políticas domésticas sobre as atitudes públicas em relação à UE (Anderson, 1998; Sanders, *et. al.*, 2012), bem como o impacto das ideologias políticas e a interação entre partidos e a opinião pública (Hooghe, 2007; Lubbers e Scheepers, 2010; Steenbergen, *et. al.*, 2007) como estando, de alguma forma, relacionado com a oposição a esta União.

Seja qual for a classificação do euroceticismo, o certo é que este conceito faz agora parte da corrente principal da política europeia e, com as atuais crises económicas e políticas, é provável que apenas se consolide (Hartleb, 2012). No entanto tudo indica que o euroceticismo ainda é algo que geralmente poderá ser temperado, seja a nível nacional ou supranacional, uma vez que a sua participação tem um efeito moderador na política. Ainda assim, consideramos que não deve ser descurado.

Sobre o conceito de populismo, inspirou nos últimos anos muita discussão e, ao mesmo tempo muita confusão. Foi descrito de várias maneiras até que alguns levantaram dúvidas sobre se o termo tinha alguma utilidade analítica, uma vez que parece vago demais para nos dizer algo significativo sobre a política. Com base nos desenvolvimentos de Mudde (2004) na literatura teórica, argumenta-se que o populismo deve ser considerado uma ideologia que, embora de uso analítico limitado em seus próprios termos, transmite, no entanto, um conjunto distinto de ideias sobre o político que interage com as tradições estabelecidas.

Muitos autores têm dificuldade em olhar para este conceito como uma ideologia, uma vez que as ideologias bem desenvolvidas e intelectualmente complexas caracterizam os grandes esquemas tradicionais, tal como o conservadorismo, liberalismo e socialismo ou, inversamente, o comunismo e o fascismo. Porém Mudde (2005) é um dos poucos autores que mesmo assim vê o populismo dessa forma. O populismo como ideologia divide a sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos: o povo justo e puro e a elite corrupta que argumenta que a política deve ser a expressão da vontade geral do povo. Embora o populismo seja frequentemente utilizado como uma conotação negativa, com o objetivo de desacreditar os oponentes políticos, tentar torná-lo numa ideologia não o tornará necessariamente positivo. A democracia populista é iliberal e defende a vontade putativa do povo soberano, sem restrições por procedimentos, contrapesos ou distorções por intermediários (Caramani e Manucci, 2019). Além disso, o populismo tem um caráter homogêneo e, portanto, uma visão não pluralista do povo, o que leva à desconfiança se, de facto esses partidos são portadores de interesses particularistas contra o bem comum.

As ideologias não refletem simplesmente caminhos possíveis através da política, eles também desempenham um papel importante na formação da política, por isso, uma ideologia abrangente e completa conterá interpretações e configurações de todos os principais conceitos políticos que uma sociedade específica exige (Heywood, 2017). Importa por isso clarificar algo, as ideologias existentes não são necessariamente abrangentes, isto é, embora seja possível encontrar uma variedade de expressões diferentes da mesma ideologia, a riqueza de qualquer ideologia depende do potencial em manter-se clara e singular.

Em contrapartida à possibilidade do populismo ser visto como uma ideologia, temos também a possibilidade de o populismo dizer respeito ao conhecimento, ou seja, aquilo a que alguns autores chamam de “populismo epistemológico” (Saurette e Gunster 2011) e, nesse sentido, Fricker (2007) chama o populismo de “injustiça epistémica”, isto é, a percepção de que no populismo certas formas de conhecimento são negligenciadas e/ou marginalizadas. Por outro lado, debruçamo-nos em algo que não foi ainda investigado em termos empíricos e que diz respeito ao papel da cultura popular. Dado que o populismo é precisamente uma política “popular”, parece-nos surpreendente que uma maior atenção não tenha sido dada ao papel que a cultura popular desempenha na criação e na sustentação da política populista.

Uma diferente forma de olhar para o populismo surge-nos com Laclau (1996; 2005) e para este autor o populismo deve ser visto como um modo distintivo da política de oposição. A partir dessa premissa, o populismo surge quando uma série de demandas, até agora não atendidas, que são articuladas numa cadeia de equivalência contra a hegemonia, proporcionando uma aparência de duas unidades: primeiro pela produção de significantes vazios, nomes privilegiados, conceitos ou ideais que dão uma coerência à formação populista (Laclau, 1996) e, segundo, pela natureza oposicional da cadeia de equivalência, construída em torno de um inimigo comum. Essa lógica populista de articulação, implica necessariamente a construção de um povo, mas isso não significa que os atores políticos se mobilizem sob o significativo povo, em vez disso, significa que o populismo implica a construção de um povo no sentido mais geral de uma coletividade politizada com compromissos afetivos (Laclau 2005; Klandermans, 2014), sendo essa a razão o facto de elementos morais e hegemónicos estarem fortemente embutidos na definição de populismo (Mudde e Kaltwasser, 2017). Assim, ou concordamos que o populismo é um fenómeno ressurgente que agora se expressa, embora de maneiras diferentes e em graus variáveis, em quase todos os contextos políticos ou pelo contrário, resistimos a esse impulso e insistimos numa conceção diferente do populismo e olhamos para ele como um elemento-chave de uma ideologia (Mudde, 2004).

O certo é que o propósito para este estudo não é pronunciarmo-nos sobre estas questões, contudo, importa ressaltar que as perspetivas usuais sobre a ideologia populista não nos parecem incorretas, mas certamente requerem refinamento. Na melhor das hipóteses encaramos o populismo como uma ideologia

fantasma (Stanley, 2008), um espectro que pode ser envolvido em questões sociopolíticas urgentes e intrincadas, a fim de as usurpar, isto porque há pouca evidência de elementos institucionais que indiquem um objetivo ou unidade comum entre os populistas. O populismo carece de determinadas características que as outras ideologias políticas partilham. No populismo, não encontramos uma história comum um programa nem uma base social. A sua essência ampla significa que é incapaz de se sustentar como ideologia política prática: falta a capacidade de apresentar um programa amplo e coerente para a solução de questões políticas cruciais.

Ainda que possa ser uma ideologia, os críticos do populismo irão continuar a caracterizá-lo como um conceito que põe termo a práticas demagógicas: joga com as emoções populares, faz promessas irresponsáveis e irrealistas às massas e alimenta uma atmosfera de inimizade e desconfiança em relação às elites políticas (Betz, 2004; Rooduijn e Akkerman, 2015 e Mouffe, 2018;). Essas posições ontológicas implicam compreender de que forma se está a interpretar o conceito no sistema político, isto é, quais os princípios, qual a essência que está a ser associada ao populismo nos diferentes sistemas políticos. Se a formação de ideias são interpretações individuais, as ideologias são estruturas interpretativas que surgem como resultado da boa prática de transformar ideias em conceitos (Freedon, 1996).

Numa perspetiva contrastante, o populismo é para um grande número de estudiosos um conceito ilusório (Canovan, 2004; Mudde, 2004, Mudde e Kaltwasser 2017; Taggart, 2000) e por isso, a primeira e mais complicada tarefa está relacionada com a forma como se deve delinear esse fenómeno da maneira mais precisa possível. Ainda assim, consideramos pertinente olhar para o populismo como um conjunto de ideias que contém principalmente dois componentes: a importância das pessoas e a importância de uma mensagem anti-elitista (Rooduijn e Akkerman, 2015). O populismo é um tipo de mobilização política – especialmente bem-sucedida em tempos de profundas mudanças socioeconómicas, e mais especificamente em momentos de crise – cujo objetivo é deter o poder confiando numa aliança com o povo (Wirth, *et. al.*, 2016). Os projetos populistas são frequentemente liderados por líderes carismáticos (Martín-Cubas, *et. al.*, 2019) e, a partir desse ator, será possível a regeneração da sociedade como um todo contra uma elite que lhe é atribuída a responsabilidade de causar os problemas do país.

Ainda uma outra perspectiva considera o populismo como um modo característico da política de oposição que vai muito além dos apelos retóricos ao "povo" e/ou uma elite odiada (Laclau, 2005). É nesta ordem de ideias que os partidos populistas são muitas vezes vistos como uma opção viável em alturas de crise política (Van Kessel e Pirro, 2014), uma vez que nesta altura estes partidos esforçam-se para apresentarem agendas alternativas enfatizando temas que muitas vezes são mantidas em silêncio pelos partidos principais, pois são muitas vezes temas que podem não ser de apoio geral pelo público, o que poderia custar o fracasso nas eleições. Importa refletir por isso, até que ponto os partidos populistas apresentam agendas alternativas.

Tal como já mencionamos, estes partidos enfatizam temas que muitas vezes são mantidos em silêncio pelos partidos principais (Bardi, *et. al.*, 2014), o que faz com que ganhem aqui uma grande massa eleitoral. Neste sentido, o público poderá ser movido pelos discursos populistas a partir de uma identificação com a Nação (definição cultural), com a pertença de classes (definição económica) ou com a soberania do Estado-Nação (definição política) (Kriesi, 2014; Mény e Surel, 2001), sendo que os dois primeiros são os principais temas de identificação com esses partidos. Outra razão é argumentada por Wagner (2012) ao indicar que é mais provável que os partidos populistas adotem posições radicais para garantir a propriedade da emissão, uma vez que sendo partidos ainda relativamente pequenos, os meios de comunicação poderiam optar por negligenciar o tópico e a probabilidade da ideia se espalhar seria menor.

Estamos a assistir a uma explosão populista (Laclau, 2005) e essa explosão foi bem visível nas duas últimas eleições europeias, pois, mesmo apresentando discursos radicalistas, os resultados apresentam um denominador comum: o sucesso eleitoral destes partidos. Estes partidos conseguiram obter um número de votos significativo e conseguiram descredibilizar a viabilidade da UE, tornando-se rapidamente importantes atores políticos e conseguindo isso respondendo às preocupações do público geral.

Para determinar que Farage utilizou uma abordagem populista e não eurocética, sendo esta segunda, a ideologia que defende pertencer a ambos os partidos que liderou, recorreremos à *Issue Salience* para perceber se, nos seus discursos e no seu manifesto, este ator político ofereceu maior atenção a temas

provenientes de um discurso eurocético ou, por outro lado, se focou a sua campanha em temas oriundos de um discurso populista.

1.2.1. Euroceticismo: direita *versus* esquerda

A despeito do conceito de euroceticismo, reconhecemos que o próprio termo sofre de grande ambiguidade conceitual. As vezes é usado para descrever qualquer forma de oposição ou crítica ao processo de integração, enquanto em outras ocasiões implica uma posição ideológica que estrutura as posições dos partidos para realçarem outras questões. Relacionado a isso, alguns autores concebem o euroceticismo como uma estratégia frequentemente empregada por partidos políticos à margem do sistema partidário (Taggart, 1998), enquanto outros mantêm que o posicionamento partidário eurocético está enraizado na ideologia – esquerda/direita (Marks e Wilson, 2000; Hooghe, *et. al.*, 2002).

Recentemente Brack (2015) foi mais além no estudo sobre partidos eurocéticos, uma vez que centrou a sua investigação na atuação dos líderes partidários uma vez membros do PE. Segundo a autora, é possível observar o euroceticismo a vários níveis. Existem partidos eurocéticos que, uma vez presentes no PE optam por não se pronunciar uma vez que recusam qualquer envolvimento com uma instituição que não acreditam, sendo considerados por isso deputados ausentes. Embora negligenciem o PE, estes autores, por norma, estão bastante ativos ao nível nacional. Um outro tipo de eurocéticos no PE são os chamados de pragmáticos (Brack, 2015). Estes cumprem o seu mandato de uma maneira completamente diferente dos eurocéticos mencionados em cima. Estes, são estéreis relativamente à sua posição, mas ao mesmo tempo procuram encontrar um equilíbrio entre a promoção das suas convicções e a busca por resultados tangíveis sem que isso signifique perturbar o funcionamento do parlamento ou comprometer o sistema político europeu. Embora estes eurocéticos prestarem atenção com a área nacional do seu país, eles prestam ainda maior preocupação com os problemas regionais. Assim, o PE é usado como um fórum para resolver problemas nacionais e regionais e defender interesses específicos que eles não são capazes de defender efetivamente no nível nacional. Presente no PE temos também o eurocético participante (Brack, 2015). Este é caracterizado pela sua vontade de parecer um

deputado como outro qualquer, uma vez que procura adaptar-se às regras do jogo. Esta adaptação tem um propósito, que é o de ser capaz de influenciar o processo legislativo. Assim, estes eurocéticos antes de se demonstrarem opositores, procuram formular iniciativas europeias e discuti-las com outros deputados. O último é chamado de deputado orador público e é aquele que mais nos interessa para o nosso estudo. Este deputado discursa com o intuito de acusar o PE como o causador dos problemas nacionais (Brack, 2015) e, além disso, move-se pela satisfação de falar e convencer o público. Segundo a literatura existente sobre os partidos eurocéticos presentes no PE (Brack, 2015), Farage é considerado um orador eurocético. Porém para nós, Farage é mais do que isso, mas acerca disso, iremos explorar mais à frente.

Taggart e Szczerbiak (2001) elaboraram no seu estudo uma definição sobre o seu entendimento acerca de partidos eurocéticos estabelecidos e partidos eurocéticos baseados em protesto. Os primeiros são reconhecidos porque fizeram ou fazem parte do governo em funções e a sua atuação é na tentativa de promoverem-se como dignos de apoio devido à sua proximidade com os partidos governamentais. Por outro lado, os segundos são descritos como partidos que tomaram uma posição anti-UE como um complemento à sua oposição ao funcionamento de qualquer sistema político, nacional ou internacional. Todavia e tendo em conta a definição deste tipo específico de partidos eurocéticos, importa mencionar que para nós, estes partidos parecem-nos populistas, mas sobre isso iremos clarificar mais à frente.

Neste sentido, e pensando sobre o progresso ou o retrocesso da integração europeia, rapidamente vemos as elites políticas como uma força determinante na formação da opinião pública (Gabel e Scheve, 2007). Estas elites exercem a sua força de distintas formas, dependendo se estão à direita ou a esquerda do espectro político. Desta forma, conseguimos facilmente chegar a uma explicação para o facto de o público britânico sempre ter se demonstrado resistente a uma maior integração, pois as elites eram os partidos eurocéticos estabelecidos do sistema partidário.

Usherwood e Startin (2013) desconsideram a gravidade do euroceticismo partidário, já que, até o momento, é um fenómeno amplamente sentido nos extremos do espectro político, partidos estes que, na ótica destes autores não têm capacidade de influenciar de forma vinculada a opinião pública. Ainda que estes partidos

eurocéticos possam ser discrepantes em termos da posição esquerda/direita, nós consideramos que estes partidos são uma força decisiva para influenciar a opinião pública contra o projeto europeu ao mesmo tempo que mobilizam uma crescente incerteza sobre o futuro da União. Podendo mesmo considerar estes partidos como periféricos (Taggart e Szczerbiak, 2001) ou até mesmo irrelevantes (Usherwood e Startin, 2013), a nós parece-nos razoável assumirmos que estes partidos desempenham um papel importante na mobilização de sentimentos públicos contra a UE, sendo que a razão desta mobilização vai variar entre os partidos de direita e esquerda.

A respeito da grande heterogeneidade presente na UE entre os partidos políticos e eleitores, Van Elsas (2017) considerou o esquema classificatório proposto por Szczerbiak e Taggart (2008) entre euroceticismo duro e brando para classificar os partidos de direita como sendo os eurocéticos duros e os partidos da esquerda, os eurocéticos brandos. Os partidos eurocéticos de esquerda procuram resistir à integração com base no caráter neoliberal da incerteza económica (De Vries e Edwards, 2009) e, segundo Van Elsas (2017), são vistos como eurocéticos brandos, pois alojam a sua crítica à forma atual de funcionamento da UE e as afinidades internacionalistas e solidárias que sustentam o núcleo do campo ideológico. Em contrapartida, como os partidos eurocéticos de direita enfatizam a soberania do Estado-Nação e a identidade nacional (De Vries e Edwards, 2009) são vistos como os duros do euroceticismo (Van Elsas, 2017), uma vez que as suas afinidades nacionalistas levam a uma rejeição da UE tanto na sua forma atual como em relação às perspetivas de aprofundamento.

No sentido da distinção entre partidos eurocéticos de esquerda e direita, encontramos diferentes definições onde é também possível incorporar o euroceticismo em relação à UE. Em primeiro lugar, existe a posição anti integração daqueles que se opõem à própria ideia de integração europeia e, conseqüentemente, opõem-se à UE (Taggart, 1998). Estes, são considerados como sendo eurocéticos de direita. Em segundo lugar, existem aqueles que, em princípio, não se opõem à integração europeia, mas são céticos sobre a presunção de a UE ser a melhor forma de integração porque é muito inclusiva, ou seja, é uma porta de entrada para o aumento da imigração em massa (Bogdanor, 1989). Estes são igualmente considerados como sendo eurocéticos de direita. Por fim, existem aqueles que não

são, em princípio, contrários à integração europeia, mas céticos de que a UE é a melhor forma de integração porque é muito exclusiva (Silver, 2007). Esse sentimento de exclusão pode ser geográfico ou social e inclui aqueles que se opõem à UE porque exclui regiões mais pobres ou daqueles que vêem a UE como um obstáculo aos interesses da classe trabalhadora internacional. Contrário às duas primeiras posições, este tipo de euroceticismo é visto como sendo de esquerda.

Dependendo se estão à direita ou à esquerda, os eurocéticos tenderão a apelar a interesses distintos entre os eleitores, sobretudo do ponto de vista socioeconómico. Os partidos eurocéticos de direita concordam que a UE é algo que deve ser abolida (Hooghe e Marks, 2007). Ademais, afirmam servir aos interesses das pessoas do Estado que representam e sugerem que a excessiva autoridade da UE é prejudicial para os Estados-Nação. Uma vez que estes partidos são a favor do fim da integração europeia como a única forma de recuperação das crises, somos levados a esperar um melhor desempenho e favorecimento a estes partidos por parte dos eleitores mais extremistas e/ou radicais (Van Elsas, 2017) e, além disso, são igualmente mais atrativos para os eleitores das classes mais baixas. Estes partidos, apesar de defenderem uma posição crítica relativamente à UE, eles superam a aparente heterogeneidade das suas atividades individuais através de uma análise dos papéis que desempenham concentrando-se assim naquilo que os motiva para defenderem o euroceticismo (Searing, 2012).

Quando aos eurocéticos de esquerda, estes começam a adquirir maior força na altura dos efeitos da crise de 2008 e das medidas de austeridade. Enquanto a base eurocética de esquerda procura respondera às dificuldades económicas e às políticas de austeridade geradas pela crise, por outro lado, a de direita centra-se mais na oposição das fronteiras abertas implementadas pela culpada UE, ignorando as preocupações económicas (Hobolt e De Vries, 2016). Ainda sobre as questões económicas, os eurocéticos de direita centram-se na crítica à regulamentação excessiva da UE e à intromissão desta na economia nacional, enquanto os eurocéticos de esquerda atacam a UE por considerarem que ela prejudica o Estado de bem-estar social.

É nesta ordem de ideias que os eurocéticos de esquerda partilham a crítica ao neoliberalismo e ao militarismo e concordam em direcionar de forma equitativa vários domínios políticos, como política regional, coesão social e económica,

proteção ambiental, entre outros (Dunphy, 2004; Hough e Handle, 2004). Por outro lado, têm uma postura revolucionária, criticando por isso o capitalismo, a economia de mercado e a democracia liberal (Hooghe, *et. al.*, 2002). De acordo com Kopecky e Mudde (2002) estes partidos não consideram a UE a melhor forma de integração europeia, no entanto, a sua retórica centra-se na esperança de tornar a UE um reflexo mais próximo disso mesmo. Assim, ao mesmo tempo que são céticas quanto aos valores do projeto de integração, apoiam a participação da UE nos interesses de países ou constituintes.

Segundo Brack e Startin (2015), o euroceticismo tem avançado de formas distintas para o *mainstream* da política europeia ao longo dos 25 anos que se sucedem à assinatura do Tratado de Maastricht. e por isso, é compreensível que o discurso eurocético leve consigo diferentes vertentes e objetivos. Apesar de existirem elementos ideológicos que distinguem os partidos eurocéticos, para nós, essa matriz ideológica que eles indicam fazer parte do partido não nos parece suficiente para refletirmos sobre onde se posicionam em relação a determinadas políticas, sendo indispensável avaliar os elementos estratégicos que levam à construção desse posicionamento (Szczerbiak, 2008). Por razões não só ideológicas, mas também estratégicas, o posicionamento dos partidos tende a se moldar segundo os interesses das camadas que eles procuram alcançar entre os eleitores (Taggart, 1998; Szczerbiak e Taggart, 2008) e para atender aos interesses das camadas, o euroceticismo nos partidos terá que evoluir em torno de duas dimensões: oposição cultural e oposição económica (Sitter, 2002).

Os partidos que se opõem à integração europeia podem fazê-lo para defender a soberania nacional e a comunidade nacional e/ou para rejeitar o projeto europeu com base em seu caráter neoliberal, que prejudica o Estado de bem-estar nacional (Hooghe, Marks & Wilson 2002; Marks & Wilson 2000), no entanto, essa oposição não tornará automaticamente o partido eurocético, pois este poderá estar apenas a apropriar-se dessa abordagem para conseguir tornar pública a sua mensagem, sendo por isso complicado delinear um partido eurocético, até porque o uso de uma retórica anti-UE está a tornar-se cada vez usada por vários partidos como estratégia para vencerem as eleições (Abbarno e Zapryanova, 2013).

É por isso determinante para o nosso estudo a investigação de Avci (2011) e a sua tentativa de distinguir partidos eurocéticos dos populistas. Este autor concluiu

que os primeiros não mostram necessariamente características populistas na sua mensagem, ao contrário dos populistas, que detêm de uma mensagem eurocética nos seus discursos. Ademais, importa referir uma interseção estratégica central entre o euroceticismo e o populismo que é o facto de podermos encontrar em ambos os discursos uma abordagem anti-elitista. Ainda assim, consideramos que são os partidos populistas os melhores capazes de responder à saliência entre o público na sua mensagem cultural e económica (Plescia, et.al, 2019).

1.2.2. Populismo: direita *versus* esquerda

Há estudiosos que defendem que deixou de ser útil distinguir entre partidos populistas de esquerda e direita (Clark, *et. al.*, 2008; Judis, 2016; Rivero, *et. al.*, 2017) pois a visão tradicional esquerda-direita não é mais válida. Todavia há ainda um maior leque de autores que defendem que os partidos populistas não são apenas populistas, mas defendem também uma ideologia de forma forte (Mudde, 2004; Hernández e Kriesi, 2016; Segatti e Capuzzi, 2016). Essas diferenças não devem obscurecer o facto de que partidos populistas de diferentes blocos também partilham características importantes.

Os populistas tendem a ser defensores de uma democracia direta e reivindicam legitimidade com base no facto de falarem pelo povo, isto é, afirmam representar o soberano democrático e não um interesse seccional como uma classe (Canovan, 1999). Ao mesmo tempo que o populista fala pelo povo, fala também contra o sistema vigente. É com base nisso que fazemos a distinção entre populismo de direita e populismo de esquerda atualmente presente na Europa.

Nesse sentido importa destacar Mouffe (2018), uma vez que este sintetizou a diferença entre os dois populismos quanto à sua mensagem direcionado ao povo. Quando o populismo de direita fala sobre o “povo”, refere-se a uma entidade que está restrita a uma certa categoria de povo na qual os imigrantes estão excluídos e isso, é normalmente acompanhado por um discurso xenófobo e anti-democrático. Por outro lado, quando o “povo” é organizado contra uma determinada elite económica que impulsiona programas neoliberais de austeridade fiscal, esse populismo é definido como de esquerda. No populismo de esquerda a noção de “povo” é construída de forma diferente: ela inclui os imigrantes, uma vez que

procura, acima de tudo, incluir todos os trabalhadores de um país. Os adversários do povo nesse caso não são os imigrantes, mas as grandes corporações transnacionais e todas as forças da globalização neoliberal.

Retornando à invocação do povo por parte de um partido populista, importa referir algo que pode ser visível tanto numa ideologia de esquerda como de direita. Qualquer referência populista que relacione o povo à democracia tem um efeito retórico manipulador, qualquer referência da democracia de forma abstrata, a partir de armadilhas constitucionais liberais, estão, sem dúvida, associadas ao populismo (Kalyvas, 2008). É precisamente a palavra perturbada, irreal e poderosa "povo", empregada como uma arma de argumentação, carregada de reivindicações próprias num discurso político público, seja ideológica, étnica, religiosa ou de gênero, que permite que muitos destes líderes políticos sejam vistos de forma favorável. Neste sentido, Rooduijn e Akkerman (2015) argumentam que partidos populistas de esquerda e de direita não diferem significativamente um do outro em relação ao seu populismo, uma vez que partilham a mesma mensagem: as elites corruptas negligenciam os interesses das pessoas comuns.

Ainda que os partidos populistas de esquerda e direita partilharem, em grande parte, uma retórica eleitoral, eles comportam-se de forma distinta. Quanto aos partidos populistas de direita, estes enfatizam os problemas do "povo", reagindo por isso de forma responsiva à saliência pública, particularmente em temas como a diversidade cultural, a integração económica, liberalismo cultural e redistribuição do bem-estar (Plescia, Kritzinger e De Sio, 2019). Estes partidos encontram nestes temas uma forma de adquirir maior importância do que os partidos que, mesmo sendo populistas, não apresentem propostas radicais. Os eleitores optam preferencialmente por este leque, pois acreditam que estes irão ter mais dificuldades para diluir as promessas eleitorais (Kedar, 2005).

Recordamos agora a distinção de populismo proposta por Laclau (2005), ao referir que este conceito não é por definição nacionalista, racista ou anti-imigrante, sendo essas características simplesmente particulares à direita do populismo. Mudde (2007), vai ao encontro dessa apreciação ao referir que a mensagem que mais e melhor distingue os dois populismos é a questão da imigração, uma vez que esta está fortemente ligada ao populismo de direita.

Existem por isso duas ideias proeminentes nas ideologias do populismo de direita. Primeiro, eles rejeitam a noção de que os indivíduos são iguais, percebendo as desigualdades (económicas, étnicas ou religiosas) como opostas aos projetos políticos que visam criar sociedades igualitárias. Segundo, a direita populista adere a um sistema de crenças no qual a sociedade é considerada separada em dois grupos homogéneos e antagónicos “as pessoas puras *versus* a elite corrupta” (Mudde, 2007) argumentando que a política deveria ser uma expressão da vontade geral do povo. Estes partidos aceitam instituições e procedimentos democráticos, enquanto criticam o sistema partidário e parlamentar existente. Por outras palavras, o populismo de direita vê o governo como o problema e não como uma possível solução (Michael, 2016).

Dentro do populismo económico, a retórica dos populistas de direita centra-se na oposição à globalização. Neste sentido, Zaslove (2008) chegou à conclusão de que essa oposição se deve ao facto de ser dirigida pela elite, o que limita a soberania do estado, ligado ao crescente poder da UE. Além disso, também consideram que a globalização destrói a natureza orgânica da sociedade civil, ameaçando assim a ordem económica. Estes partidos transmitem uma mensagem de que as elites, quanto aqueles que incorporam a globalização e a integração europeia são os responsáveis pelo declínio ou fragilidade do bem-estar destas pessoas “esquecidas” (Fieschi, *et. al.*, 2013).

Ademais, vários foram os estudiosos que se concentraram em como o nacionalismo populista pode emergir em resposta ao processo de globalização, como a migração em larga escala, a rápida mudança demográfica, o capitalismo global e ameaça e realidade do terrorismo (Ginrich e Banks, 2006; Berezin, 2009; Eriksen, 2016; Holmes, 2000; Kalb e Halmani, 2011; Kinvall, 2015). Desta forma, os populistas de direita propõem uma solução simples e clara: a elite liberal deve ser deposta e os representantes do povo devem ser instalado no poder. Apercebemo-nos assim que os populistas de direita não irão apenas lamentar o suposto prejuízo dos efeitos da crise, mas também irão procurar enfatizar a necessidade de reestruturar a soberania do povo (Bornschieer, 2011).

Em contextos de alto descontentamento público com a política, alguns atores políticos consideram vantajoso cultivar sentimentos existentes na população contra o *establishment* em custo da identificação como povo soberano. Antes de

prosseguirmos, importa clarificar qual o nosso entendimento sobre *establishment*. A literatura oferece uma variedade de conceitos, como anti-partidário ou política anti-partidária (Ignazi, 1996; Kenney, 1998; Scarrow, 1996), política "anti-political-establishment" (Schedler, 1996a) e até mesmo populismo (Canovan, 2002; Kitschelt, 2004). Apesar da diversidade terminológica, todas essas abordagens dizem respeito à reivindicação de que a elite do poder é incapaz ou não quer representar cidadãos comuns. Assim, é do nosso entendimento, que uma oposição ao *establishment* é uma oposição a qualquer elite, seja ela social, económica ou política.

O fortalecimento de partidos populistas de direita na Europa, verificado mais assertivamente a partir da crise económica e financeira de 2008, apresenta-se de forma relevante para a área de estudos da ciência política (Heinisch, 2003; Otjes e Louwerse, 2015; Von Beyme, 2013). Vários autores afirmaram que com a crise estes partidos se moveram mais para a esquerda na economia, adaptando a oferta de políticas económicas aos interesses e demandas dos eleitores com preferências culturalmente de direita e economicamente de esquerda (Betz e Meret, 2013; Harteveld, 2016; Lefkofridi e Michel, 2014; Van der Brug e Van Spanje, 2009). Assim, algo que era visto para estes partidos como uma questão secundária, com a crise passa a ter enorme peso (Hernández e Kriesi, 2016), permitindo desta forma uma maior capacidade de convencerem ainda mais eleitores. Diante desta perspectiva, atenta-se para o componente eurocético dos partidos populistas, opondo-se seriamente à construção e integração europeia e, estranhamente ou não, assistimos a uma predominância desta oposição entre os países mais ricos do continente, particularmente na Europa Ocidental, tal como é o caso do RU.

Os populistas de direita encontram "algo de podre no Estado" (Fennema, 2005) e identificam por isso os partidos tradicionais, as elites internacionais e os imigrantes como os culpados da crise. Ao mesmo tempo, enfatizam restrições à mobilidade de mercadorias (mais protecionismo) e pessoas (barreiras aos imigrantes, que "roubam" o trabalho dos nativos) (Mols e Jetten, 2017). Eles assumem que o homem comum é bom e que suas opiniões são sempre boas, enquanto a elite política é, por sua própria natureza, egoísta e desonesta. A sua retórica é muito no sentido de que existe uma divisão entre aquilo que os políticos dizem e aquilo que fazem e, por isso, a partir de uma democracia mais direta, procuram resolver os problemas sociais, sejam eles ao nível da segurança pública,

imigração ou assistência médica. Além disso, as teorias da conspiração aparecem frequentemente neste tipo de discurso populista e isso é notório quando olhamos para a imagem que constroem à volta da UE. Assim, faz todo o sentido que a retomada das demandas políticas populistas de direita na Europa esteja sobretudo interligada a uma crescente insatisfação com o governo nacional (Werts, *et. al.*, 2012) e com a instituição supranacional (Bustikova, 2009).

Segundo Iversen (1994) os populistas de direita são, por norma, as forças eurocéticas nos seus países. No caso de haver partidos com base ideológica eurocética num sistema partidário, os populistas de direita irão procurar ter uma posição eurocética mais distinta, para que consigam se aproximar mais facilmente do eleitorado que os partidos eurocéticos (Wagner, 2012). Por outro lado, caso não haja competição partidária nesta questão estes partidos irão optar por não a tornar tão visível. Existe uma incongruência considerável entre as posições dos populistas de direita e os seus apoiantes no que diz respeito à integração europeia e, por isso, é preferível não tornar essa questão demasiado discutida, mas sim abordá-la como uma espécie de trilha para abordar temas mais pertinentes entre o público. Uma vez que a questão do euroceticismo é menos saliente para aqueles que apoiam os populistas de direita, é preferível tornar mais saliente a questão da imigração (Klüver e Spoon, 2017), questão essa mais relevante entre os eleitores. O certo é que o choque da crise económica e financeira de 2008, cujos efeitos económicos e políticos foram particularmente severos e duradoura para a UE, ofereceu oportunidades para estes partidos ampliarem-se em profundidade e em proeminência do seu euroceticismo.

A UE é por isso geralmente encarada com grande desconfiança, pois estes partidos alertam contra uma perda maciça de soberania nacional e identidade às instituições de Bruxelas que, segundo esta lógica, não têm proximidade com os cidadãos e legitimação democrática (Schmidt, 2013). Com o passar do tempo, tornaram-se mais cautelosos com a UE e com o processo de integração europeia, apoiando-se na exploração de sentimentos anti-europeus e muitas vezes agindo de forma ambivalentemente em relação à UE, especialmente no que diz respeito à questão da imigração.

É nesse sentido que o nacionalismo populista propagado pela direita se baseia em reivindicações para proteger a pureza étnica ou cultural da Nação (Gidron

e Hall, 2017), colocando um povo moralmente moral e virtuoso contra um conjunto de outros, os externos e descritos como uma ameaça ao Estado-Nação (Mudde e Kaltwasser, 2017; Gilroy, 2000). Esta ideia de proteger a etnia e a cultura da cada Nação é, tal como já vimos uma forte abordagem utilizada pelos partidos de direita populista, podendo por isso, serem estes mesmos conotados de nativistas étnicos e autoritários culturais (Nugent, 2013).

Além do referido até aqui, o programa partidário destes partidos centra-se também na importância da abolição do crime a partir do militarismo nacional e do desemprego, no entanto, consideram que a solução está na suspensão da imigração (Fennema, 2005). É por estas razões que o nativismo e o autoritarismo são característica do populismo de direita. O nativismo é uma ideologia que sustenta que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo (a nação) e que elementos não nativos (imigrantes) ameaçam fundamentalmente o Estado-Nação homogêneo (Wodak, *et. al.*, 2013). Já o autoritarismo é a crença em uma sociedade estritamente ordenada, pelo que as infrações de autoridade devem ser punidas severamente (Weyland, 2019). Os partidos populistas com forte ideologia nativista e autoritária adotam frequentemente posições nacionalistas sobre o militarismo, sendo que consideram que ele deve ser regido pela Nação. Além disso, alegam estar também preocupados com a defesa dos cortes orçamentais, isto é, consideram que os gastos com a UE são elevados e defendem por isso a importância de o orçamento ser gasto na defesa territorial (Balfour, *et. al.*, 2016).

A atuação destes partidos centra-se na articulação de uma política que organiza o nacionalismo e identifica como fronteira agonística os imigrantes, ou algum tipo de preconceito étnico, identitário ou racial (Pelinka, 2013). Nesse sentido, os partidos populistas de direita, geralmente são catalogados com o rótulo de radicais devido à combinação de atitudes nacionalistas e xenófobas, mas também devido ao compromisso que manifestam com a ideia de que apenas os membros de Nação é que devem habitar um Estado e que elementos não-nativos são uma ameaça (Mudde, 2007). Os principais partidos são muitas vezes limitados na sua forma de abordar a imigração. Discursos que envolvem posições radicais (à direita) sobre a imigração podem alienar os seus parceiros europeus, tanto no que diz respeito às distribuições de bem-estar nacionais, mas também com tolerância étnica a outros

cidadãos da UE (Mény e Surel 2001). Os partidos populistas à direita, ganham aqui uma vez mais uma forma de mobilizar os eleitores que sentem esses problemas.

Sobre o populismo de esquerda, Mudde (2007) e Laclau (2005) afirmam que estes surgem para dar resposta às necessidades dos eleitores de esquerda, algo que não estava a ser conseguido pelos partidos socialistas e trabalhistas, uma vez que, segundo os autores estavam a unir-se ao centro. Os populistas de esquerda frequentemente afirmam que a elite política cuida apenas dos interesses das elites empresariais e negligencia os interesses do trabalhador comum (Mudde, 2007) e, por isso, estes partidos são céticos relativamente à ideia de a UE ser a melhor forma de integração pois não é uma instituição capaz de beneficiar todos de forma equitativa.

O populismo de esquerda é por isso caracterizado por oferecer um grande destaque a questões socioeconómicas preocupando-se, acima de tudo, com o Estado de bem-estar social. Nesse sentido, tal como os populistas de direita, os de esquerda são também capazes de mobilizar aqueles que são críticos da integração europeia. A diferença é que a crítica à esquerda se centra no argumento de que o projeto europeu prejudica aqueles que não podem tirar proveito da mobilidade transnacional (Goodhart, 2017), portanto, percebemos que se estes partidos mantêm um compromisso com o internacionalismo da classe trabalhadora, não poderão assumir uma posição forte contra a imigração.

Verificamos até aqui que estes partidos sempre ofereceram destaque às questões económicas. Todavia ela intensificou-se na altura da crise económica e financeira de 2008, mais concretamente no momento em que se implementava em vários Estados-Nação fortes medidas de austeridade. Uma retórica que era apenas utilizada por estes partidos, com a crise, este tipo de abordagem começou a ser igualmente utilizada pelos partidos populistas de direita.

Ainda assim, a ascensão do populismo de esquerda nos sistemas partidários em que a esquerda radical já estaria presente e consolidada poderá ser particularmente intrigante, até porque é possível encontrar muitas propostas comuns em ambas as agendas políticas, tal como é exemplo o facto de ambos manifestarem preocupação com temas como a igualdade de género e o ambientalismo (March, 2008). É por isso possível que o carácter de "protesto" dos partidos de esquerda radical estabelecidos tenha sido diluído devido a sua crescente

participação no governo como parceiro dos partidos em funções (Ramiro e Gomez, 2017). Os eleitores da esquerda procuraram um governo que não se unisse aos partidos tradicionais que lhes falharam e isso é erguido e repercutido nos partidos populistas de esquerda. Esta falha possibilitou aos populistas de esquerda ganhar apoio eleitoral e isso foi feito a partir de uma retórica que afirmava ser capaz de obter uma rede de segurança, redistribuir a riqueza de forma mais igualitária e conter o poder das grandes empresas, olhando para estas transformações como uma forma de redefinir a democracia e a coesão social (Martín-Cubas, *et. al.*, 2019).

Nesse sentido, e tal como Pirro *et. al.* (2018) argumentaram, a principal característica que distingue os populistas de direita dos de esquerda no período pós-crise é que os à direita colocaram críticas socioeconómicas e socioculturais da UE no centro de estruturação da questão, enquanto os de esquerda focam predominantemente as socioeconómicas. Devido a este fator, a mensagem dos partidos populistas de esquerda centra-se na procura por respostas às dificuldades económicas da classe trabalhadora, manifestando por isso um comprometimento com o internacionalismo dessa mesma classe (March e Mudde, 2005). Ademais, estes partidos criticam o modelo neoliberal propagado pelas elites políticas e económicas (Pirro, *et. al.*, 2018), preocupando-se por isso com a redistribuição da riqueza de forma mais igualitária, uma vez que o mais determinante para as populações deverá ser a coesão social (Martín-Cubas, *et. al.*, 2019), sendo que para isso, é necessário atingir o bem-estar económico (Mudde, 2007). É nesta ordem de ideias que estes partidos invocam o povo para se revoltarem contra as grandes corporações transnacionais e todas as forças da globalização neoliberal. Além da revolta contra essas corporações, estes partidos começaram mais recentemente a serem reconhecidos pelo uso habitual de uma retórica que favorece a igualdade de género e também medidas ambientalistas (March, 2012).

Para finalizar e, segundo Golder (2003) há uma maior tendência de proeminência de partidos eurocéticos de direita nos países da Europa ocidental, em ascensão, estão tanto os partidos eurocéticos como os populistas e estes, juntos refletem o crescente descontentamento da população com partidos e elites tradicionais (Albertazzi e McDonnell, 2007; Mair, 2011). Apesar disso, tanto os partidos eurocéticos como os populistas não possuem inteligência sobre todos os temas e por isso não são capazes de exercer igual influência em todas. A

dimensionalidade da competição política sugere que o impacto dessa família partidária está limitado a certas áreas de competência (Pirro, 2014) e que nas áreas restantes, as dinâmicas existentes são condicionadas por estruturas de oportunidade políticas que compreendem configurações específicas de recursos, arranjos institucionais e precedentes históricos para a mobilização (Kitschelt, 1986). Ainda assim, importa não descurar o forte impacto positivo que qualquer crise possibilita a estes partidos. As crises minam a confiança do público nas instituições democráticas (Kröger e Friedrich, 2013; Armingeon e Guthmann, 2014) e possibilitam ao mesmo tempo o aumento de votos em partidos anti-UE e *anti-establishment*.

1.3. Apresentação das categorias de análise

Não obstante daquilo que clarificamos até aqui, expomos abaixo as categorias de análise aplicadas à identificação de mensagens pertencentes a partidos eurocéticos e populistas. Embora de forma sucinta, importa recapitular o quadro teórico pelo qual nos sustentamos de forma a proporcionar um maior cuidado na compreensão da nossa análise.

O critério utilizado para codificar os dados recolhidos foi a partir de *ocorrências*, isto é, recortamos os dados consoante a mensagem independentemente da sua extensão. Ao usarmos este critério para dividir o nosso material em unidades de codificação, procuramos verificar mudanças específicas que ocorram ao longo do discurso. Estas mudanças sinalizam o fim de uma unidade e o início de outra (Schreier, 2012). Desta forma será mais claro definir quais os temas que se assentam exatamente nas subcategorias do nosso quadro de codificação.

Um partido eurocético é essencialmente reconhecido pela sua retórica anti-UE (Taggart e Szczerbiak, 2001), isto é, qualquer que seja a mensagem eurocética, ela vai suprimir, de alguma forma, o apoio à UE colocando problemas em torno do processo de integração europeia e culpabilizando as elites desses mesmos problemas.

Quanto aos partidos populistas, as suas principais características centram-se no facto de toda a sua retórica estar centrada na importância do povo, em que a soberania popular sobrepõe-se à soberania do Estado, isto é, o Estado deverá estar

sujeito à vontade do povo. A democracia é um conceito também bastante evocado por estes partidos, afirmando que a mesma falha uma vez que o sistema político não proporciona o seu exercício. Assim sendo, estes partidos alimentam a ideia de que o conjunto de instituições provenientes do Estado não funciona em benefício dos seus cidadãos. Nesse sentido, estes partidos apelam para que o povo lute contra as elites (Mudde, 2007). A partir destes dois temas centrais no debate político destes partidos, é desenvolvida uma abordagem anti-*establishment*. Por um lado, a abordagem política utilizada assenta na forte oposição ao projeto europeu, mas ser opositor não é suficiente, uma vez que eles se preocupam acima de tudo em promover uma imagem negativa sobre a UE (Bakker, *et. al.*, 2015).

Tabela 1. Categorias de análise aplicadas à identificação de mensagens pertencentes a partidos eurocéticos de direita

Partidos Eurocéticos de Direita	
Categorias de análise	Definição
<i>Anti-UE</i>	- Promover uma oposição à própria ideia de existência de uma integração entre várias nações; - Identificar as fronteiras abertas para criticar a regulamentação excessiva da UE.
<i>Identidade nacional</i>	- Reconhecer a importância de se manter uma identidade nacional, desvalorizando a existência de uma identidade da UE;
<i>Soberania do Estado-Nação</i>	- Desenvolver uma retórica centrada na importância de existir um Estado soberano; - Referir a necessidade de o Estado-Nação ser mais independente e mais detentor de autoridade.
<i>Anti-elites Supranacionais</i>	- Promover uma retórica centrada na oposição às elites supranacionais.

Tal como indica a *Tabela 1*, se o partido estiver à direita do espetro partidário, este demonstrará ser um opositor à própria ideia de existência de uma integração entre vários Estados. Estes partidos são fortes opositores às fronteiras abertas (Bogdanor, 1989) para criticar a regulamentação excessiva da UE, em termos quer sociais quer económicos. É neste sentido que este eurocético apresenta uma forte identificação com a nação, ou seja, não reconhece uma entidade com poder mais absoluto do que o Estado-Nação, sendo que cada Estado deverá ser a entidade soberana, rejeitando por isso a viabilidade da UE. Finalmente, importa referir que estes partidos manifestam uma retórica de oposição aos políticos, no entanto, essa

retórica centra-se nos políticos presentes nas instituições europeias (De Vries e Edwards, 2009).

Tabela 2. Categorias de análise aplicadas à identificação de mensagens pertencentes a partidos eurocéticos de esquerda

Partidos Eurocéticos de Esquerda		
Categorias de análise	Definição	
Céticos em relação à forma como a UE se está a desenvolver	UE alheia a valores elementares de uma verdadeira União	- Identificar a UE como não sendo a melhor forma de integração pois não é suficientemente solidária nem inclusiva; - Promover uma ideia negativa quanto aos valores do projeto de integração; - Identificar a UE como uma organização que não age em conformidade com os interesses da classe trabalhadora.
	Resistência à integração europeia	- Promover uma resistência à integração com base no caráter neoliberal da incerteza económica;
UE como uma instituição <i>protecionista</i>	Intervir a pedido do Estado	- Promover a interação da UE nos interesses de países ou constituintes.
Crítica aos grupos económicos	Anti-multinacionais	- Identificar as multinacionais como um obstáculo aos interesses da classe trabalhadora internacional.
	Forças económicas	- Promover uma retórica que desfavorece aqueles que maior poder económico detêm.
	Controlo excessivo de gastos	- Desenvolver uma oposição às medidas de austeridade económicas e políticas geradas pela crise.
Estado <i>social</i>	Crítica ao funcionamento económico e político do Estado	- Criticar o neoliberalismo e o militarismo.
	Estado equitativo	- Promover a direção equitativa de vários domínios políticos, como política regional, coesão social e económica e proteção ambiental.

Os eurocéticos de esquerda, segundo a *Tabela 2*, são céticos de que a UE é a melhor forma de integração, porque é muito exclusiva a nível geográfico e social, sendo por isso um obstáculo aos interesses de toda a classe trabalhadora, ou seja, estes eurocéticos consideram que a UE não trata os seus cidadãos da mesma forma, considerando que beneficia aqueles que detêm mais poder económico. Uma vez que estes partidos procuram responder às dificuldades económicas, a sua oposição às

elites é, essencialmente, às económicas (De Vries e Edwards, 2009), culpabilizando estas de contribuírem para o aumento das taxas de desemprego e, conseqüentemente, para o decréscimo do nível de vida económico da população. Nesse sentido, a resistência a uma maior integração europeia passa também pela crítica ao neoliberalismo, pois consideram que os interesses dos demais são menosprezados pelas elites políticas. Estes eurocéticos, procuram ainda responder às dificuldades económicas geradas com as políticas de austeridade em resposta à crise económica e financeira (Hobolt e De Vries, 2016).

Tabela 3. Categorias de análise aplicadas à identificação de mensagens pertencentes a partidos populistas de direita

Partidos Populistas de Direita		
Categorias de análise	Definição	
<i>Anti-establishment</i>	Anti projeto europeu	- Manifestar uma oposição à ideia de unificação, para chegar à ideia de que este projeto europeu serve apenas as elites.
	Oposição à globalização	- Promover uma ideia de que a globalização é dirigida pelas elites o que limita a soberania do Estado; - Identificar a globalização como algo que beneficia apenas aqueles com poder aquisitivo superior.
	Anti classe de políticos	- Identificar a classe política como corruptos e desonestos para com o povo.
	Estado não representativo	- Identificar o Estado como os grandes culpados de qualquer crise.
<i>Soberania popular</i>	Povo vs elites	- Identificar a importância e a necessidade de as decisões do Estado serem impostas a partir da vontade do povo; - Abordar a importância do povo se unir contra as elites, isto como única forma de contribuir para o bem-estar dos esquecidos (povo).
	Democracia iliberal	- Apelar para a importância e para o exercício da democracia para conduzir o povo a unir-se contra a pluralidade.
<i>Anti-imigração</i>	Anti-imigrantes	- Identificar os imigrantes como os culpados do desemprego dos nativos e do decréscimo do bem-estar social;
	Racismo	- Proporcionar uma retórica por vezes racista (sendo que esta característica é uma característica pela qual estes partidos pretendem fugir, ou seja, esforçam-se para não serem associados como racistas).
<i>Nativismo e autoritarismo</i>	Intolerância cultural	- Desenvolver uma retórica nativista e autoritária em temas culturais e económicas; - Relembrar e invocar o retorno ao passado histórico e cultural.
	Nacionalismo	- Promover a importância de o militarismo ser de nível nacional.

Os populistas de direita, tal como consta na *Tabela 3*, mais do que culpabilizarem a UE de qualquer problema nacional, preocupam-se em culpar a classe política, portanto, nesta ótica, os governantes são o problema e a solução é o povo unido contra os que governam (Michael, 2016). Estes populistas aproveitam-se da problemática da imigração para associá-la ao défice de bem-estar social e

económico do povo, introduzindo, por vezes, uma retórica racista, de forma a convencer mais facilmente o público (Laclau, 2005). Ainda sobre a imigração, os populistas de direita culpam os imigrantes de contribuir para o desemprego dos nativos. Depois desta introdução apercebemo-nos que os populistas de direita se diferenciam bastante dos eurocéticos de direita na posição relativamente à UE. Estes partidos apresentam, tal como os partidos eurocéticos de direita, uma forte identificação com a nação, contudo, existe uma diferença significativa que os distingue, pois apesar de ambos os partidos adotarem habitualmente este tipo de retórica nas suas abordagens, num discurso populista de direita, a identificação com a Nação é referida para lembrar o passado histórico e cultural vanglorioso que foi deixado para trás (Mudde, 2007).

Tabela 4. Categorias de análise aplicadas à identificação de mensagens pertencentes a partidos eurocéticos de direita

Partidos Populistas de Esquerda		
Categorias de análise	Definição	
Céticos em relação aos moldes de funcionamento da EU	- Identificar a UE como uma organização que não funciona de forma a beneficiar todos de forma equitativa.	
Crítica aos políticos	- Fomentar uma retórica centrada no facto de o governo cuidar mais dos interesses das elites empresariais e negligenciarem os interesses do trabalhador comum.	
Grupos trabalhistas	Capitalismo de bem-estar social	- Manifestar uma preocupação com a qualidade de vida económica da classe trabalhadora; - Manifestar uma preocupação com a redistribuição de uma riqueza igualitária para todos os trabalhadores comuns.
	Pluralidade económica	- Desenvolver uma retórica de inclusão perante os imigrantes, uma vez que fazem igualmente parte da classe trabalhadora;
	Anti-globalização	- Proporcionar uma revolta por parte da classe trabalhadora em relação às grandes corporações transnacionais e todas as forças da globalização neoliberal.
Anti-elites económicas	Estado de bem-estar social	- Divulgar uma preocupação com o estado de bem-estar social (principal destaque é centrado em temas socioeconómicas).
	Liberalismo económico	- Criticar o modelo neoliberal.

Bem distinto dos populistas de direita, os de esquerda são críticos em relação à UE pois não consideram que esta organização internacional funciona de forma a beneficiar todos de forma equitativa (Mudde, 2007). Tal como a *Tabela 4* nos mostra, estes partidos manifestam uma oposição relativamente às elites económicas e criticam as elites políticas, pois estas cuidam apenas dos interesses das empresas multinacionais, negligenciando assim os interesses do trabalhador comum. Além disso, criticam o modelo neoliberal muitas vezes propagado pelas elites políticas e económicas (Pirro, *et. al.*, 2018). Manifestam uma grande preocupação com a redistribuição da riqueza, de forma a torná-la mais igualitária, uma vez que o mais determinante para as populações deverá ser a coesão social (Martín-Cubas, *et. al.*, 2019) para atingir o bem-estar económico (Mudde, 2007).

Feita a síntese, estas foram as concepções que tivemos em consideração para determinar se Farage utilizou ou não de uma abordagem populista de direita para ganhar ambas as eleições parlamentares europeias.

Concluído o primeiro capítulo, importa mencionar que para este capítulo procurou-se fazer a distinção detalhada da abordagem e das ferramentas habitualmente utilizadas pelos partidos eurocéticos e pelos partidos populistas. Uma vez que em certas características a abordagem eurocética e populista encontram-se, importante será dizer que o quadro teórico pelo qual nos debruçamos é bastante preciso, pois tentou-se ao máximo torna-los o mais disto possível. Por outro lado, foi interessante debruçarmo-nos sobre estes dois conceitos, até porque têm sido alvo de grande destaque para a ciência política nestes últimos anos. Sobre o conceito de euroceticismo, esta nova vaga surge com o novo período de temores e receios vivenciados por todos os cidadãos europeus. O receio do surgimento de uma nova guerra mundial foi substituído pelo receio das crises socioeconómicas, financeiras, políticas e migratórias. Com esta nova realidade, surge uma nova vaga no sistema político que é caracterizada pelo crescimento de partidos de extrema-direita, radicalistas, eurocéticos e populistas, e estes partidos, de diferentes formas, conduzem ao crescimento de sentimentos discriminatórios e céticos em relação à UE. Apesar de podemos tomar como princípio de que em praticamente todos os Estados-Membro da UE existe um grau relativamente alto de consenso entre as elites políticas sobre a natureza positiva da integração europeia, importa diferenciar aqueles que estão fora desse consenso e, portanto, que expressam hostilidade à ideia de integração europeia. Atitudes públicas positivas são cruciais para o sucesso da UE (Cichowski, 2000) e, por isso, qualquer tipo de negativismo pode induzir estagnação, paralisação ou em última análise, a implosão da integração europeia.

CAPÍTULO 2 - A ASCENSÃO DE PARTIDOS EUROCÉTICOS E POPULISTAS NO SEIO DA UNIÃO EUROPEIA

Este capítulo tem por objetivo tornar claro os conceitos que são transversais à nossa investigação – euroceticismo e populismo. Para isso, é fulcral compreender o funcionamento e as estratégias utilizadas por estes partidos. Acresce ainda a este capítulo, uma reflexão sobre os dois partidos alvos de análise, o UKIP em 2014 e o Brexit Party em 2019.

2.1. Os partidos contra a integração europeia no Parlamento Europeu: surgimento e evolução (1979-2019)

A surgimento do PE deverá ser visto como um marco especial para todos nós, pois com ela, assistimos à delegação e à confiança por parte de vários Estados-Nação de alguma da sua soberania, para que assim seja possível trabalhar em consonância entre todos e como um só. Haas (1975) entende por isso a integração internacional como o processo pelo qual os agentes políticos de várias áreas nacionais procuram transferir as suas lealdades, expectativas e atividades políticas para um centro novo e mais abrangente. Numa fase inicial, o principal e mais importante objetivo que levou à criação do bloco europeu foi a vontade de promover uma cooperação económica, baseada na ideia de que os países que comercializassem entre si tornar-se-iam economicamente interdependentes e assim, melhor capazes para evitarem conflitos. As Comunidades Europeias (CE) surgiram das atrocidades das Guerras Mundiais e do Holocausto, e a intenção da sua criação passava pelo impedimento da reprodução dos erros do passado, lutando por isso pela promoção da paz, liberdade, a pela igualdade dos povos. Contudo o que começou com uma União que tinha como pauta principal a economia, evoluiu para um agrupamento de Estados voltados para as mais diferentes áreas, tais como: política externa, segurança e defesa, desenvolvimento e ajuda humanitária, mudanças climáticas, meio ambiente e saúde, relações externas e segurança, justiça e migração (Costa, 2017). Acima de tudo, a adesão à UE significa o acolhimento de liberdades, quer as liberdades individuais, tuteladas na Carta da Direitos Fundamentais da União Europeia (2000), quer as

liberdades de circulação, garantidas pelo Tratado de Maastricht (1992). Assim, a adesão à UE significa o reconhecimento de uma cidadania europeia que promove uma maior integração entre todos os povos pertencentes a ela.

As eleições para o PE oferecem uma oportunidade única para os cidadãos europeus moldarem as políticas e o futuro da União. Quando foram realizadas eleições diretas para o PE pela primeira vez, em 1979, a expectativa era que isso aumentasse a dimensão democrática da UE, criando assim um órgão legislativo mais responsável e representativo dos interesses dos eleitores (Rittberger, 2005; Hix, *et al.*, 2008). As intenções eram boas, mas as eleições para o PE falharam na promoção de uma genuína ligação eleitoral entre eleitores e decisores políticos da UE. No centro do problema está a chamada “eleição de segunda ordem” que as eleições do PE representam para uma grande parte dos europeus (Reif e Schmitt, 1980; Van der Eijk e Franklin, 1996). A maioria dos eleitores revelou não se importar o suficiente com estas eleições. Em 1979 a participação nas eleições¹⁰ foi a mais alta, com 61,99% dos votos, já em 2014 foi de 42,61% e em 2019 foi de 50,66%, sendo que estas últimas eleições registaram um aumento no número de votos¹¹, algo que ainda não havia acontecido na história das eleições europeias.

Nas eleições europeias de 2014, muitos esperavam que o aumento da saliência em temas sobre a UE e sobre o fortalecimento do vínculo entre a votação do PE e a direção política da Comissão, mobilizaria eleitores a participar nas eleições em maior número e incentivá-los-ia a fornecer um mandato mais democrático para a futura direção da UE. O PE chegou a colocar grandes *outdoors* na véspera das eleições proclamando “Esta vez é diferente” (Nielsen e Franklin, 2016). A questão europeia desempenhou um papel mais central nestas eleições do que alguma vez já havia desempenhado, todavia, o resultado também expôs profundas divisões nas opiniões sobre o futuro da UE.

Embora a integração europeia tenha sido sempre contestada e moldada pelas crises (Crespy e Verschueren, 2009; Ross, 2011), a oposição ao projeto europeu era visto como algo periférico e/ou excepcional. Agora, já não é tão excepcional como outrora havia sido. A retórica eurocética tornou-se cada vez mais popular, no sentido de que se tornou cada vez mais legítimo e saliente (e de muitas maneiras

¹⁰ Parlamento Europeu (2019). Participação nas eleições europeias por ano. Acesso aos resultados finais conforme publicados pela autoridade eleitoral oficial do Estado-Membro após terem sido contados todos os votos.

¹¹ Comissão Europeia (2019). The Standard Eurobarometer.

menos contestado) em toda a Europa. A integração europeia é por isso atualmente percecionada como uma das principais dimensões de competição política na Europa (Bakker, *et. al.*, 2012) e nessa competição política, aquilo que mais é debatido está relacionado com o processo de aumento do nível de centralização das políticas à UE (Schimmelfennig, 2018) e por isso, a competição divide-se em torno do binómio mais/menos integração (Hix, *et. al.*, 2006). Estamos a assistir a uma evolução da opinião pública europeia que se torna cada dez mais desinteressada em relação à UE, assistimos também a um maior apoio a partidos que se opõem à integração europeia, um aumento da retórica eurocética entre os principais partidos tradicionalmente pró-UE e um aumento do número de grupos na sociedade civil com posições eurocéticas.

Dentro do PE encontramos por isso líderes opositores à integração europeia, sendo que essa oposição é manifestada de diferentes formas pelos diferentes líderes. Algo bastante evidente é a falta de autorreconhecimento dos populistas de direita no seio do PE. Enquanto partidos radicais de esquerda alcançam uma espécie de unidade através da *European United Left* (EUL), os do outro lado do espetro raramente formam um partido europeu único ou um grupo coeso no PE. Consequentemente, estes eurodeputados identificam-se principalmente com os NI. Além de se sentarem com os NI, dividem-se também entre o EFDD e os ECR. Estes dois grupos são vistos como grupos eurocéticos, embora em graus diferentes (Bressanelli, 2012). A maioria dos membros da EFDD são considerados como fortes eurocéticos (Hobolt e De Vries, 2016) isto é, expressam fortemente a sua posição em retirar qualquer atividade da UE com os Estados-Membro. Era no grupo EFDD que o UKIP estava inserido nas eleições europeias de 2014, já o partido Brexit, integrou até 31 de janeiro de 2020 o grupo dos NI.

Tal como já referimos anteriormente, e segundo a literatura existente sobre partidos eurocéticos no PE (Brack, 2015) Farage é visto como um eurocético orador. Estes eurocéticos apenas discursam dentro do seio do PE para disseminar informações negativas sobre a UE, acusando-a de fracasso e de qualquer problema que ocorra ao nível nacional (Brack, 2015). Contrariamente aos partidos eurocéticos mencionados em cima, estes estão muito preocupados em manter-se ativos no PE, opondo-se a todas ou quase todas as áreas políticas discutidas em parlamento. A presença deste tipo de deputados no PE está condicionada não apenas pela

necessidade de disseminar informações negativas de qualquer tipo nas instituições europeias, mas também pela satisfação de falar em público. Este eurocético é chamado de orador público e normalmente, formam PE um grupo relativamente coeso, no sentido de que podem ser distinguidos dos outros por falta de envolvimento no processo legislativo e pela falta de responsabilidades no seio do PE. Ainda assim, continuamos a ver o euroceticismo de Farage como uma ferramenta para dar força à sua abordagem populista.

No início desta União, muitos dos direitos concedidos a grupos políticos eram também atribuídos a uma pequena proporção de deputados que não pertenciam a nenhum grupo, como por exemplo o direito de participar ativamente nos trabalhos das comissões e das delegações do Parlamento. A situação evoluiu e agora a proporção de eurodeputados requerida para exercer os mesmos direitos que os grupos políticos aumentou (Kreppel, 2002) e desta forma os direitos tornaram-se mais restritivos para aqueles que pertencem a um grupo. Portanto, ao mesmo tempo que os direitos para os deputados iam aumentando, as condições para formar um grupo tornaram-se mais restritivas no que diz respeito ao número de Estados-Membros representados, por isso, não sendo os populistas de direita suficientes, eles não são capazes de influenciar as decisões no PE. Não queremos com isto dizer que a presença destes partidos não tenha impacto algum no PE. Segundo Diez Medrano (2012) é possível que a presença destes partidos e o facto de estes terem voz ativa para pelo menos manifestarem a sua opinião, contribua indiretamente para paralisar o processo de integração.

Como mostra Startin (2010), a maioria dos deputados é hostil à presença de membros de direita radical no PE e por isso, é difícil para estes membros terem a responsabilidade de elaborar relatórios (Jacobs, *et. al.*, 2007). Em questões mais sensíveis, como formular uma nova legislação ou um novo orçamento, os riscos de um eurocético escrever um relatório podem ser grandes, uma vez que o mais provável é que este o faça de forma residual acabando por ser rejeitado pela maioria do PE. As ações dos eurocéticos são, portanto, restritas a ações individuais, como discursos ou questões parlamentares pois, por um lado, pertencem a uma minoria cujos pontos de vista não têm hipóteses de prevalecer e, por outro lado, a grande maioria dos eurodeputados não espere que estes membros estejam envolvidos no parlamento (Costa, 2001; Navarro, 2009). Os partidos eurocéticos e populistas vão

continuar a fazer parte do sistema político europeu, até porque não existe nenhuma restrição estrutural ou política que impossibilite a oposição à integração europeia, por isso, e de forma a contornar possíveis posições e resultados eurocéticos, os líderes dos principais grupos do PE procuram garantir que esses membros não possam promover as suas ideias, particularmente em questões sensíveis.

Seguindo o Eurobarómetro (2014)¹² os dados mostram-nos que nas eleições de 2014 houve um declínio acentuado da confiança na UE em comparação com as eleições anteriores. A percentagem de pessoas que tende a confiar na UE diminuiu de 47% a 31%, da mesma forma, a imagem positiva da UE diminuiu de 45% para 35%. Contrário àquilo que referimos em cima, em 2019, a participação eleitoral nas eleições europeias aumentou, registando 50,66% dos votos. As eleições de 2019 foram destacadas por terem sido as primeiras eleições, desde 1979 em que a participação não desceu, mas sim aumentou. A indicação mais clara de que os eleitores podem estar a ficar mais preocupados com as questões europeias poderá estar relacionado com o aumento da popularidade dos partidos políticos que propuseram uma reforma radical ou até o fim da UE.

O aumento da votação eurocética foi, portanto, a mensagem que dominou as eleições para o PE, e enviou ondas de choque através dos sistemas políticos. O resultado mais impressionante na história do PE foi o reaparecimento de partidos extremistas e radicais de direita. Importa por isso ressaltar, e tendo em conta os estudos que fomos capazes de nos debruçar até então, que a mensagem de muitos partidos admitidos como eurocéticos, são, grande parte das vezes uma mensagem de teor populista (Vasilopoulou, 2018). Estes partidos não só reapareceram, como também ganharam eleições em vários países europeus, tal como é o caso dos partidos alvo do nosso estudo.

2.2. Partidos eurocéticos e populistas: tradicionais ou anti-sistema?

É logo após as revoluções de 1989 que a ideia de "Europa" se torna um conceito mais abrangente, unindo as elites políticas e o público no desejo de aderir

¹² Eurobarometer (2014). Os resultados registaram um declínio na confiança nas instituições europeias. Essa tendência mostra-se contínua e crescente, pois os níveis de impopularidade do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu são os mais altos já medidos nas pesquisas do eurobarómetro e, pela primeira vez, menos de um terço dos europeus confia na Comissão Europeia e no Banco Central Europeu.

à UE. “Return to Europe” foi um dos principais *slogans* no início dos anos 90 (Resende e Tanasoiu, 2001). Naquela época, era difícil encontrar um partido ou um movimento político que considerasse seriamente alternativas para não ingressar na UE. As relações externas conheceram um desenvolvimento institucional no seio da UE em 1992, aquando do Tratado de Maastricht, e segundo Xavier (2007) este mesmo tratado “institucionaliza a UE como uma nova personagem política que introduz um segundo pilar dedicado exclusivamente à Política Externa e de Segurança Comum (PESC)” (p. 144).

Até meados da década de 90 o *status* de trabalho dos indivíduos e o *status* económico (Gabel e Palmer, 1995) eram mais relevantes do que se revela nos dias de hoje, pois a postura da integração europeia era, na altura, predominantemente económica. Assim, e na sequência do Tratado de Maastricht a UE começa a sua caminhada rumo a um futuro de mais integração. Esse era um futuro que estava traçado em virtude do empenho dos seus fundadores que ambicionavam uma União de países integrados a nível político, económico e comercial agindo de forma concordante e unida para fazer face aos problemas presentes em cada Estado-Membro, bem como contribuir para a afirmação da sua identidade na arena internacional. Apesar de todos os esforços para dar cumprimento a estas ambições, o processo de ratificação do Tratado de Maastricht levou também ao surgimento de novas forças políticas, revelando assim, a força da abordagem eurocética nos discursos políticos. Foi nas eleições europeias de 1994 que o PE viu pela primeira vez representantes anti-UE a obterem assentos (Luedtke, 2005). Em resposta, a UE procurou dar passos para uma política mais aberta e responsável, criando progressos da tomada de decisões e por isso um papel maior para o PE.

Importa agora compreender o funcionamento dos partidos eurocéticos e populistas. Para isso, é importante determinar se estes são partidos considerados habituais, quando comparado com outros partidos democráticos no sistema político, ou se são simplesmente partidos antissistema e, portanto, partidos em que a sua mensagem é em torno de uma amplificação da oposição ao sistema nacional e internacional. Para considerar um partido tradicional importa perceber se ele adota um papel na democracia constitucional e na democracia popular, sendo que no primeiro está subjacente os requisitos institucionais para a concretização da

governança e o segundo diz respeito à concretização da vontade popular (Mair, 2002).

Mair (1994) explica por isso a separação emergente entre as duas formas de fazer democracia para um partido político tradicional. Do lado constitucional, os partidos formavam governos, controlavam as principais nomeações públicas e promoviam a legislação. Do lado popular, os partidos preocupavam-se em mobilizar eleitores para obterem uma identificação significativa com a ideologia política. Esse papel desapareceu, os partidos deixaram as funções de garantir apoio popular e o que se manteve foi o papel constitucional e processual, pois os partidos políticos continuam a ser essenciais para os procedimentos do governo. Tomando isto em consideração, somos levados a concluir que nas democracias contemporâneas, tanto os partidos eurocéticos como os populistas não são partidos em um sentido tradicional, pois estes partidos crescem e transformam-se quanto maior for o apelo nacional e não quanto maior forem as suas funcionalidades para garantir a concretização da governança.

Por norma os principais partidos enfrentam restrições externas que limitam o espaço para a possibilidade de manobras políticas, o que pode impedir que estes sejam capazes de ser responsivos às preocupações do seu eleitorado. Quando Mair (2009) abordou a preocupação entre a responsividade e a responsabilidade existente no sistema político interno e internacional, Kriesi (2014) argumentou que o resultado mais provável será uma divisão de papéis entre os principais partidos (responsáveis, mas não responsivos) e os partidos populistas (responsivos, mas não responsáveis). Mair (2011) afirma que os partidos populistas podem potencialmente cumprir uma importante função de representação que os principais partidos podem não ser mais capazes de cumprir devido a restrições de responsabilidade.

Concretamente em relação aos partidos populistas, particularmente em tempos de crise, estes afirmam ser capazes de representar as demandas do público em questões substantivas, elevando as queixas de parte da população (Kriesi, 2014), enquanto os principais partidos são muitas vezes forçados a tomar decisões políticas impopulares devido às tais restrições externas (Karremans e Lefkofridi, 2018). Essas restrições afetam os laços entre os partidos e o público e dificultam a competitividade dos partidos principais, limitando a sua capacidade de destacar

questões que eles não podem cumprir uma vez eleitos. Já os partidos populistas agem ponderadamente, apresentando agendas alternativas e enfatizando temas que muitas vezes são mantidas em silêncio pelos principais partidos.

Essa tensão entre responsabilidade e capacidade de resposta deve ser mínima no caso de partidos populistas, que continuam a apresentar políticas apesar das restrições, representando assim melhor as necessidades do público. Sem restrições de responsabilidade, os partidos populistas tendem a competir enfatizando temas que os principais partidos evitam (Hino 2012). Desta forma, o populismo é uma força produtiva poderia servir como catalisador para um profundo realinhamento dos sistemas partidários na UE (Kriesi, 2014). O certo é que o contínuo sucesso eleitoral dos partidos populistas em toda a Europa alimentou debates sobre o futuro das democracias representativas. Embora os críticos considerem os partidos populistas um perigo para democracias liberais, outros apontam para a função de representação que os partidos populistas podem cumprir.

2.3. Os partidos com Nigel Farage: UKIP e Brexit Party

As eleições para o PE de 2014 caracterizaram-se por um sucesso notável para os partidos eurocéticos e populistas (Nielse e Franklin, 2014) e, neste sentido, assistimos aqui um número de partidos que se preocupam, particularmente com o uso da retórica, uma vez que é uma ferramenta que lhes poderá possibilitar uma maior e melhor aceitação entre o eleitorado. Isso parece ter resultado, pois um grande número de cidadãos europeus optou por partidos que ou prometeram uma reforma radical da cooperação europeia ou recomendaram a retirada do seu país da EU (Lorenzo De Sio, *et. al.*, 2014). Essa ascensão do euroceticismo não foi apenas proeminente em países em crise, pois no RU, o euroceticismo também estava em ascensão, mesmo sendo um país não atingido pela crise económica que assombrou vários países da UE, fator este, reconhecido como determinante para o aumento do número de votos nestes partidos.

Parecia estarmos a assistir a uma alteração no *status quo* do PE, mas a realidade é que estas eleições não foram apenas um voto contra a Europa, foram também um voto contra as elites políticas domésticas, um voto contra as políticas atuais em execução na UE e um voto a favor de políticas alternativas a serem

implementadas na UE. Dada as condições económicas severas que se viveram após a crise europeia de 2008 e os altos níveis de desemprego, não é surpresa que tenham sido os partidos de oposição e a favor de políticas mais nacionalistas os grandes vencedores destas eleições (Treib, 2014).

Quanto às eleições parlamentares europeias de 2019, elas foram marcadas por terem sido as primeiras eleições em 30 anos a alcançarem um aumento no número de participação eleitoral, embora tenha permanecido menor do que a primeira eleição em 1979. Sobre as campanhas no RU a estas eleições, a realidade é que não era presumível acontecer, pois este agora ex Estado-Membro estaria originalmente programado deixar a UE a 29 de março, mas as novas extensões do Artigo 50^o (processo jurídico e político para deixar a UE) significava também que o RU deveria fazer novamente parte das eleições ao abrigo do direito da UE (Russo, Franklin e De Sio, 2019). Apesar disso, foi somente a sete de maio que a Primeira-Ministra Theresa May admitiu que o RU participaria nas eleições europeias a 23 de maio. É neste peculiar contexto político britânico que Farage, com o seu recém-criado Brexit Party conquista 5,2¹³ milhões de votos.

2.3.1. UKIP de Farage no pré-Brexit

As eleições europeias de maio de 2014 foram vistas por analistas como um ponto de viragem na política europeia (Barbieri, 2015). As crescentes ligações entre os problemas nas políticas internas de cada Estado-Membro e os processos decisórios à escala europeia contribuíram para uma maior atenção do *mainstream* partidário. Ainda que as eleições europeias tenham sido por norma, e pela sua natureza, uma oportunidade para uma maior projeção de alternativas menos visíveis nos espectros políticos nacionais (Eijk e Franklin, 1996), nas eleições, viu-se questões anti-UE a serem altamente debatidas e defendidas e, viu-se também, estes anti-UE a adquirirem bastantes assentos num parlamento que é pró-UE.

Foi por isso a 26 de maio de 2014 que o “pior” pareceu o melhor motivo (Baines, Nicholas e O'Shaughnessy, 2014) e o UKIP venceu as eleições europeias com 26,7%¹⁴ dos votos. O UKIP foi criado em 1993 e o sucesso eleitoral do partido surge

¹³ The Guardian (2019). Remain v hard Brexit: what the UK's EU election results tell us.

¹⁴Parlamento Europeu (2014).

principalmente desde que Farage se torna líder em 2010, tendo vencido as eleições para o PE, logo em 2014, obtendo 24 das 73 cadeiras em disputa no RU¹⁵. Importa mencionar, que o mesmo não ocorreu nas eleições parlamentares de 2015, que apesar de ter sido o terceiro partido mais votado, conquistou apenas uma cadeira naquele ano. Ainda assim, Farage foi considerado como o político mais talentoso do mundo (Gobry, 2016) e o político mais influente da Grã-Bretanha no período pós-guerra (Barnes, 2016).

Até 2009, o UKIP era reconhecido pela sua habitual retórica anti-UE, no entanto, em 2010, altura em que Farage se tornar líder, é possível verificar que a estratégia eleitoral sofreu alterações, não se focando doravante apenas na questão da integração europeia, mas sim na questão da migração, uma vez que percebeu que esta era mais saliente junto do público (McDonnell e Werner, 2019). Além disso, para alterar a estratégia não era necessário desfazer-se do seu interesse na desintegração europeia, até porque tal como Hartleb (2012) referiu, a palavra-chave euroceticismo está de alguma forma relacionada com o populismo pois apesar dos líderes populistas considerarem o populismo como uma característica primária na sua abordagem, não se desfazem de uma abordagem eurocética como uma característica secundária para alcançar os objetivos. Algo que também nos faz pensar que Farage é um populista veio com o estudo de feito por Lynch, *et. al.* (2011) ao mostrar-nos que é embaraçoso partidos como o UKIP envolverem-se com a UE, uma vez que é um partido extremamente contra a União. Assim, somos uma vez mais levados a crer que, apesar de ter salientado temas provenientes de um discurso eurocético e apesar do euroceticismo e o nacionalismo serem a base ideológica defendida pelo UKIP, pelo menos até às eleições europeias de 2009, foi a abordagem populista que contribuiu para a vitória de Farage nas eleições, vitória nunca antes alcançada pelo partido.

Sobre a questão da migração, importa referir que, particularmente nas eleições parlamentares europeias de 2014 este assunto foi bastante debatido por diversos partidos da UE. O UKIP não foi exceção, sendo que conseguiu tornar a questão da migração extremamente saliente e, quanto mais importante a questão da imigração for para um cidadão, maior a probabilidade de eles apoiarem um partido

¹⁵ Parlamento Europeu (2014).

populista de direita. A imigração, tem por isso um efeito maior do que a integração na UE. Embora os cidadãos eurocéticos tenham aumentando, a probabilidade de apoiarem partidos eurocéticos de direita é menor relativamente aos partidos populistas de direita, uma vez que estes favorecerem políticas de imigração mais restritivas (McDonnell e Werner, 2018).

O RU foi identificado como o epicentro da onda eurocética na política europeia. O UKIP substituiu o Labour e tornou-se em 2014 o maior partido da Grã-Bretanha no PE. Farage declarou que a sua vitória marcava um mandato claro dos britânicos para um referendo sobre o futuro da Grã-Bretanha como membro da UE (Tournier-Sol, 2015). No entanto a Europa simplesmente não é uma questão de real interesse para o eleitor comum britânico, por outro lado, a imigração, a economia e o custo de vida são fatores muito mais importantes (Givens e Luedtke, 2005). Assim, com o UKIP Farage fez com que a questão da imigração passasse a ser confundida com a questão europeia, especificamente a questão da livre circulação de pessoas no mercado único e as consequentes migrações de milhares de migrantes vindos de toda o mundo para a Grã-Bretanha. Esta narrativa afetou a perceção do público britânico sobre os migrantes.

O certo, é que apesar da questão europeia ter sido uma questão de segunda ordem para a campanha de Farage, ela contribuiu, de alguma forma, para um tema que se revelou fulcral nos anos seguintes em contexto britânico. Neste sentido, uma das conclusões de Goodwin e Heath (2016) é que toda a propaganda à volta do Brexit teve início marcado na campanha de Farage para as eleições europeias de 2014. A ideia de que o “britânico” tem demasiado potencial para viver na “sombra” e que necessita ser reconhecido (Hobolt e Spoon 2012; Hobolt e De Vries, 2016), adquiriu uma força tremenda e os resultados foram visíveis, tanto nas eleições europeias como no referendo sobre o Brexit. Farage soube demonstrar a sua capacidade de liderança perante o público britânico, no entanto, depois de ter levado a cabo uma campanha radicalista em relação à questão da imigração, abandonou o UKIP em 2016 por considerar que este partido estava a voltar-se para

uma posição de extrema-direita, com a qual ele não concordava (The Telegraph, 2019)¹⁶.

2.3.2. Brexit Party de Farage no pós-Brexit

O Brexit Party foi estabelecido em janeiro de 2019, mas ainda assim, a campanha para as eleições parlamentares europeias de 2019 no RU começou tarde, pois tendo em conta os resultados em referendo de 2016, o esperado seria que o país não participasse nas mesmas. Assim, em contexto de Brexit, as eleições para o PE foram consideradas como um substituto para um novo referendo sobre a questão de deixar ou não a UE (Hobolt e Rodon, 2020). Farage reapareceu com o Brexit Party afirmando que o partido tinha sido estabelecido com um único objetivo, o de garantir que a Grã-Bretanha saia da UE sem qualquer acordo.

O populismo é uma força política marcante nos dias de hoje e, segundo Laclau (2005), está alinhado com noções de rutura e antagonismo. O autor argumenta que "*uma crise de representação está na raiz de qualquer explosão populista e anti-institucional*" (Laclau, 2005, p.137). O populismo não possui um conteúdo, nem uma ideologia específica, mas sim uma forma de articular e construir a política. Assim, o populismo é, por definição, um processo de baixo para cima (*bottom up*), impulsionado em grande parte por diversas formas de mobilização da base, que são mantidos unidos por um líder carismático. Apesar de ainda não termos chegado à análise propriamente dita dos dados, a bibliografia pela qual nos sustentamos fazem-nos crer que para a campanha de 2019, Farage foi igualmente um populista de direita. Todavia a sua abordagem foi extremamente distinta da abordagem elaborada cinco anos antes. Ainda que distinta, a 24 de maio de 2019, Nigel Farage, volta a sair vitorioso pelo Brexit Party, com 30,7%¹⁷ dos votos.

Os fatores que impulsionam as mudanças nas posições dos partidos podem ser diversos, tais como mudanças na opinião pública (Adams, *et. al.*, 2004), alteração nas preferências dos principais apoiantes (Ezrow, *et. al.*, 2011) ou alteração do contexto social vivido pelo público (Gandy, 1991). Além de Farage preocupar-se

¹⁶ The Daily Telegraph (2019). Nigel Farage deixou o UKIP depois de 25 anos ao afirmar que o partido tinha se tornado irreconhecível ao voltar-se para o extremismo. Ao escrever sua decisão no jornal, Farage disse que havia alertado consistentemente ao partido que se não excluísse posições extremistas e se concentrasse nas eleições, o partido iria ser danificado e não iria ser fácil arranjar conserto.

¹⁷ (Parlamento Europeu, 2019).

bastante em tornar saliente temas que sabia que seriam alvo de maior saliência pelo público, uma outra explicação diz respeito ao facto de o contexto vivido pelo público britânico numa e noutra campanha ter sido distinto, sendo por isso fulcral oferecer relevância a novos temas. O contexto alterou-se com o referendo sobre o Brexit e com isso a saliência oferecida a determinados temas alterou-se também.

Em 2019, já havia passado três anos após um referendo que ditou o fim da União entre o RU e a UE. Certamente por esse motivo é que a campanha do Brexit Party para as eleições europeias de 2019 se centrou bastante no facto de não se ter cumprido com a vontade do povo, ou seja, aquilo que se tinha referendado em 2016, três anos depois, ainda não havia nenhum desfecho sobre o Brexit. Farage considerou pertinente alterar a saliência e novamente a partir do uso de uma abordagem populista salientou temas como a crise democrática, para referir que este conceito que deveria ser inquebrável, havia antes sido corrompida pela classe de políticos britânicos, e que, era agora importante o povo unir-se contra essa classe desonesta (Farage, 2019). Era por isso preciso lutar de novo e reivindicar (*Fighting Back* – o slogan da sua campanha) para que a crise democrática tivesse o seu fim. É por estas razões que qualquer formação política que não se mobilize sob a bandeira do "povo" e que não se une contra uma "elite" (*o establishment*) está fora dos limites conceituais do populismo.

Ademais, importa não esquecer algo, que é o facto deste partido não ter encontrado competição partidária nesta questão, o que poderá, sem dúvida, ser visto como o principal fator de contribuição para o seu sucesso nas eleições europeias de 2019. Farage foi visto como o único líder partidário realmente comprometido com o desfecho do processo Brexit. Para reforçar o seu comprometimento com a causa, Farage referiu que não iria divulgar um manifesto para as eleições europeias de 2019 pelo facto desse instrumento ser agora o reflexo de mentiras (House of Commons, 2019). Nas suas declarações para a campanha de abertura, este ator enfatizou que o governo e os parlamentares tinham traído o voto para deixar a UE em junho de 2016. Desta forma, apercebemo-nos de que a sua campanha para estas eleições, muito mais do que um voto contra a Europa, foi uma vez mais um voto contra a classe de políticos nacionais, que mesmo depois da realização de um referendo, estes políticos pareciam querer voltar atrás com a vontade do povo, corrompendo assim, o sucesso da própria democracia. Neste

sentido importa referenciar Green-Pedersen e Mortensen (2010) quando verificaram a existência de uma agenda no sistema partidário, ou seja, uma hierarquia de temas em um determinado momento que faz com que os partidos prestem atenção a certos problemas em detrimento de outros. Os partidos populistas prestam atenção à saliência e preferências do público, respondendo às suas demandas de curto prazo (Plescia, *et. al.*, 2019). Farage prestou atenção aos problemas do público, e com isso alterou a sua abordagem populista, conseguindo assim, uma vez mais sair vencedor. A vitória do Brexit Party nas eleições do PE em 2019 é um bom exemplo da pertinência que o contexto político pode ter nos resultados eleitorais.

Para concluir este capítulo é importante referir que, aquilo que se procurou fazer foi, acima de tudo uma reflexão sobre o PE como uma instituição supranacional com quase 70 anos de existência e também uma compreensão sobre os partidos que Farage liderou para as campanhas parlamentares europeias de 2014 e 2019.

CAPÍTULO 3 – O CONTEXTO POLÍTICO BRITÂNICO E O FENÓMENO FARAGE

Compreender o contexto político britânico é o objetivo central para este capítulo. Importa por isso, numa primeira fase, compreender historicamente, embora que de forma sucinta, o contexto político vivido entre o RU e a UE. Depois disso, tornar-se-á mais simples compreender o contexto vivido na altura das duas últimas campanhas europeias.

3.1. Enquadramento do contexto político britânico e a relação com a União Europeia

A história do RU na UE é repleta de exceções quando comparado a outros Estados-Membros. Os constrangimentos britânicos podem ser rastreados até a insistência do governo de Harold Wilson (1964-1970) em renegociar os termos britânicos da entrada, na altura, da Comunidade Económica Europeia (CEE) e tal como refere Tombs (2014), o RU nunca se entregou em pleno ao projeto europeu. O certo é que com esta adesão, a receita económica britânica aumentou, fruto de uma maior competição nos mercados europeus e da extrema importância do investimento direto estrangeiro (Crafts, 2016).

Esta União, inicialmente com apenas uma base económica sempre se revelou suficiente aos olhos das elites britânicas (Bongardt e Torres, 2016) e exemplo disto, temos o facto de o país ter optado por não aderir à moeda única e ao Espaço Schengen por considerar que tal representaria uma perda do controlo da sua própria identidade e soberania, mantendo assim, o uso da libra esterlina. Neste sentido, e segundo Carey e Lebo (2001) o aumento do nacionalismo em vários Estados-Membros está negativamente relacionado com os conflitos de soberania que se desenvolveram na década de 90, especialmente com a criação da moeda única. A identidade é por isso vista como um fator decisivo como impedimento de prestar apoio à UE (Hooghe e Marks, 2005). Os sentimentos de identidade nacional aumentaram após a mudança no processo de integração europeia, de um projeto principalmente económico para um mais político e social.

Uma vez mais referimos, que as elites de cada Estado-Nação são determinantes para o sucesso do projeto europeu e o governo britânico sempre se mostrou relutante a qualquer tipo de integração com a UE, sendo que o Tratado de Maastricht foi um acontecimento importante para determinar a nova vaga de euroceticismo no RU (Usherwood, 2002). Assim, verificamos que foi o movimento em direção a uma cooperação mais profunda em uma série de questões não económicas a força central do euroceticismo britânico contemporâneo, tanto dentro do sistema político como entre o público. Por outras palavras, o euroceticismo surgiu à medida que a integração europeia passou de uma simples Comunidade para uma enorme União (Forster, 2003).

O euroceticismo sempre desempenhou um papel especial dentro do sistema partidário do RU, que possui uma política eurocética específica na sua cultura política (Spiering, 2014). O modelo de governo britânico de partido único, ao contrário de outros modelos europeus, permite que partidos críticos sobre a integração europeia possam expressar o seu euroceticismo na política sem restrições (Hartleb, 2012). Dessa forma, desde cedo que no RU existem partidos no parlamento com base eurocética, que embora pequenos, não devem ser ignorados pois tiveram e continuam a ter a oportunidade de participar no governo.

No RU, diversos partidos do *mainstream* partidário eram vistos como fações eurocéticas, isto é, apesar do euroceticismo britânico ser uma realidade presente no sistema partidário desde que este se tornou Estado-Membro, era apenas sentido por alguns membros e não por outros (Taggart, 1998). Neste sentido, apercebemo-nos que os dois principais partidos no sistema político britânico, isto é, tanto o partido Conservador quanto o Trabalhista fizeram propagar preconceitos populares e quanto aos grupos de pressão e grupos de interesse, nunca houve nenhum grupo que lutasse de forma convicta por uma integração mais estreita. O certo é que o euroceticismo tem um sério impacto em todo o sistema partidário britânico e isto deve-se ao facto de todos carregarem a marca das experiências históricas e geopolíticas da Grã-Bretanha, ou seja, o sistema partidário tem medo de perder a tradição de Westminster de soberania e independências parlamentares e medo de perder a longa história de independência, liberdade e evolução democrática (Hartleb, 2012).

O euroceticismo agora faz parte da corrente principal da política europeia e, com as atuais crises económicas e políticas. Desta forma, apercebemo-nos, pelo menos no caso do RU, que tanto os principais partidos do governo como mesmo os partidos menores com maior influência exerceram uma mudança substancial em uma direção eurocética da política do governo e isso é comprovável com a campanha *Leave* do Brexit e que teve o apoio dos conservadores e do UKIP na sua condução. Assim, para além de Farage, líder político reconhecido como o pioneiro na intenção de saída do RU da UE (Judis, 2016), também o Partido Conservador manifestou uma retórica eurocética estabelecida com a sua luta pela concretização do Brexit.

Como podemos observar até aqui, o euroceticismo no RU sempre esteve muito presente e a elite dominante nunca foi instintivamente simpática à ideia de partilhar o controlo sobre o destino do Estado com os governadores de outros Estados-Membros, mostrando-se perduravelmente hostis a qualquer perda de soberania e manifestando extrema dificuldade em trabalhar construtivamente com uma organização que interferia consistentemente nos planos e na forma de como os governadores deveriam governar o país (George, 2000). Todavia este ceticismo perante uma maior integração, foi também partilhada pelo público britânico, que nunca se interessou verdadeiramente pela ideia de pertencer a uma União entre vários estados europeus (Gifford, 2010).

Esta foi e continua a ser a situação da Grã-Bretanha e a ideia da realização de um referendo veio comprovar isso. Importa realçar que este referendo não foi a primeira manifestação de desintegração para com a UE, já que, em 1975, dois anos passados da adesão do RU, foi também pedida a realização de um referendo no qual os britânicos foram questionados relativamente à permanência na CEE e à sua relação custo-benefício. Contudo nesta data saiu vitoriosa a permanência com 67% dos votos (Swales, 2016). À medida que a UE foi evoluindo e à medida que as suas competências iam aumentando, a importância do euroceticismo também foi crescendo, enraizando-se em vários Estados-Membros sobretudo a partir da crise da zona do euro.

3.2. O contexto político britânico em 2014

As eleições de 2014 para o PE coincidiram com o final de cinco anos de crise económica e financeira (Benedikter e Kaelin, 2014) e, provavelmente por esse motivo, as eleições de segunda ordem tiveram um efeito significativo, ou seja, muitos cidadãos aproveitaram-se das mesmas para enviar sinais de descontentamento (caso o sentissem) aos que governam (Nunes, 2005). As eleições europeias representam tradicionalmente um contexto favorável aos partidos da oposição, como afirma a teoria das “eleições de segunda ordem” (Reif e Schmitt, 1980). Nestas eleições, partidos aparentemente pequenos e partidos da oposição conseguiram ganhar facilmente apoio junto do eleitorado, como demonstrado pelos resultados. Todavia estas eleições foram também, e talvez pela primeira vez, eleições de primeira ordem pois foram sobre o projeto europeu (Hassing e Franklin, 2016) e sobre a integração europeia, pelo menos para os partidos e eleitores eurocéticos.

Na altura dos factos em que aconteceram as eleições europeias de 2014, o RU vivenciava taxas de desemprego elevadas. A importância acrescida relativamente ao agravamento das condições económicas pessoais (Eatwell, 2003) ou a perceção de que a economia do país apresenta um mau desempenho (Mols e Jetten, 2017) possibilitou que, em altura de crise, o discurso utilizado pelo candidato Nigel Farage fosse bem conseguido e por isso extremamente perspicaz e eficaz. O populista carismático procurou recorrer a uma variedade de meios para demonstrar o seu *status* poderoso e para promover o culto à personalidade, para que seja capaz de continuamente realizar ações que reforcem a sua auto-imagem (Aktas, *et. al.*, 2016).

Farage aproveitou-se das adversas condições económicas para muitos britânicos, para promover a sua imagem e tornar-se um líder apreciado pelos cidadãos britânicos, os esquecidos nas mãos do governo. Assim, torna-se mais claro compreender o porquê de fatores económicos serem também recorrentemente destacados para entender o sucesso renovado dos partidos populistas. Além disso, tal como já mencionamos anteriormente, numerosos estudos chegaram à conclusão de que a crise financeira global que começou em 2008, era a responsável pelo ressurgimento dos partidos populistas (Funke, *et. al.*, 2015). Vários estudos revelarem que os países que estiveram mais expostos à crise terem sido aqueles que

testemunharam um aumento mais significativo no apoio aos partidos populistas (Kestilä e Söderlund, 2017), todavia, e apesar do RU não ter sido dos países membros mais afetado pela crise, o certo é que essa crise foi o despoletar de toda a instabilidade RU-UE.

É nesse sentido que, além da importância das questões económicas como forma de salientar os discursos, o fluxo migratório vivido na última década ocupa um lugar central na pauta discursiva dos partidos populistas. A principal crise sentida pelos britânicos não foi propriamente a económica, mas sim a migratória, e segundo Häusermann e Kriesi (2015) as políticas anti-imigração tornaram-se os principais temas de debate nos países menos afetados pela crise. Foram os sentimentos eurocéticos sentidos pelo público britânico que fizeram, com que se caminhasse para um referendo sobre a necessidade da saída do RU do bloco europeu, sendo que muitos autores referem que foi nas eleições europeias de 2014, com a campanha levada a cabo por Nigel Farage com o UKIP, que o euroceticismo e o culturalismo adquiriram maior saliência e por isso maior relevância entre os eleitores, sendo por essa razão, este líder reconhecido como o ator político impulsionador do referendo de 2016 (Goodwin e Heath, 2016).

Em 2014, com o UKIP, Farage deu uso de uma abordagem populista de direita responsabilizando a UE de todos os males que aconteciam no RU. Culpou a UE do desemprego e da crise migratória. Ao enfatizar estes temas em campanha eleitoral tornou-se visível a vontade dos eleitores sobre a saída do RU da UE. É por esta razão que Farage é, tal como já referimos anteriormente, um “pioneiro” no que toca ao processo Brexit. Com o UKIP, Farage soube perpetuar da melhor forma a sua mensagem populista e a prova disso é que a sua liderança no partido marca a virada no sistema político britânico e europeu. Segundo Ford e Goodwin (2017) são vários os fatores que conduziram ao descontentamento no seio da sociedade britânica nessa época. Fatores como a crise económica de 2008, a imigração, o nacionalismo e a descrença nas instituições europeias (euroceticismo) possibilitaram aos partidos populistas uma maior facilidade para penetrarem no sistema político e consequentemente na mente do público britânico. Todos estes fatores, em conjunto com a ascensão e maior protagonismo do UKIP despoletaram o processo Brexit, expressão usada para descrever o processo de saída do país da organização (Vecino, 2017).

O voto em partidos radicais, como o UKIP nas eleições europeias de 2014, mostrou-nos o descontentamento da população com o sistema de governo vigente e mostrou-nos também, a facilidade que os eleitores têm em favorecer políticas radicalistas. No caso do RU, a inclinação para partidos populistas começa por isso a ser melhor percebida a partir de 2014. A vitória do UKIP nas eleições europeias de 2014, e mais tarde os resultados do referendo sobre a saída do RU da UE em 2016, tiveram como causa um sentimento ou uma vontade de mudança, causado por várias crises, tanto de carácter social, político, como económico.

3.2.1. A crise económica e financeira de 2008

Particularmente relacionado com o nosso estudo são os efeitos das crises para o sucesso dos partidos populistas e, nesse sentido, Van Kessel e Pirro (2014); Funke, Schularick e Trebesch (2015) procuraram compreender os efeitos da crise financeira global, com início de 2008, como a principal causa do aumento de partidos populistas.

Em 2008, quando o mundo sentiu o impacto da crise, ocorreu uma intensa repercussão económica na Europa, que deu início à formação de um epicentro de instabilidade financeira especialmente no chamado eixo PII-GS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) (Palley, 2009). Tais países, sentiram o crescimento exponencial da dívida pública, o que fez ocasionar uma crise económica espalhada por todo o bloco europeu, em função da união monetária. Tanto os partidos populistas como os partidos eurocéticos detêm uma posição radicalista sobre os efeitos da crise de 2008 (Kneuer, 2019), de tal modo verdade que é desde esta data que partidos como o UKIP ganham uma nova e maior visibilidade.

Foi por isso com a crise que assombrou toda a Europa em 2008, que a relutância acerca da integração europeia volta a adquirir um novo pico, não se centrando apenas nos moldes em que a integração europeia acontece, mas também uma relutância na própria viabilidade desta União (Serricchio, *et. al.*, 2013). São por isso as eleições seguintes, em 2009, e de forma mais evidente as eleições europeias de 2014 a marcar o aparecimento de partidos adversários da UE. O euroceticismo entrou no *mainstream* partidário, com um aumento da retórica anti-UE em partidos governamentais, mas também no próprio PE, propriamente no grupo ERC,

tornando-se assim o terceiro maior partido no PE (Brack, 2015). É desta forma que a integração europeia entra em uma nova e mais difícil fase desde a sua existência, caracterizada pelo euroceticismo em ascensão, ascensão essa que se repercutiu no reaparecimento de partidos radicais e anti-*establishment*.

A crise económica e financeira de 2008 não apenas reabriu os debates sobre os motivos que levam a pertencer à UE, mas também sobre a legitimidade da mesma. As eleições europeias de 2014 foram marcadas pelo sucesso sem precedentes de partidos com ideologias eurocéticas como é exemplo o UKIP, mas também o sucesso do *Front National* na França e o *Syriza* na Grécia. Este novo ambiente no PE confirma o argumento de Usherwood e Startin (2013) de que o euroceticismo se tornou persistente e incorporado no nível nacional, mas também agora no nível supranacional. Os efeitos da crise económica europeia em 2008 ampliaram ainda mais essa tendência de queda e, tal como os partidos eurocéticos, os partidos populistas tiveram aqui uma oportunidade sem precedentes para tornar a mensagem anti-UE melhor percebida pelo público em geral (Van Kessel e Pirro, 2014).

Pirro, *et. al.* (2018) descobriram que o efeito do euroceticismo na votação em partidos populistas não aumentou entre 2002 e 2008, mas a crise de 2009 tornou provável que o euroceticismo se tenha tornado um determinante mais forte da votação. É neste sentido que, no caso concreto dos partidos populistas de direita na UE, estes tornaram-se mais negativos rumo à integração europeia a partir de 2009, um ano após a grande crise financeira que sobrevoou toda a Europa, tendo se intensificado mais tarde, com a crise migratória (Bakker, *et. al.*, 2015) e essa negatividade permanece desde então. Estes partidos tentaram e conseguiram em muitos casos tirar proveito das dificuldades encontrados pela UE ao apresentarem posições negativas sobre a integração europeia, tornando-as mais salientes. Segundo Van Klingeren, *et. al.* (2013) existem distintas dimensões económicas e culturais eurocéticas que movem os partidos populistas de direita. O euroceticismo económico é argumentado por qualquer partido populista (Van Elsas, *et. al.*, 2016), enquanto a dimensão cultural, focada nas questões da anti migração e soberania, é apenas utilizada pelos populistas de direita (Kriesi, 2007). Estes partidos usam o euroceticismo como estratégia populista.

Num estudo feito por Visser, *et. al.* (2004) chegaram à conclusão de que os Estados-Membros que menos sofrem com as crises económicas e, portanto, menos vivenciaram grandes taxas de desemprego e descidas de rendimento, demonstram maior facilidade em apoiar partidos populistas de direita. Estes partidos observaram nos efeitos da crise económica europeia de 2008 uma oportunidade sem precedentes para que a mensagem anti-UE fosse favoravelmente recebida pelo público em geral. Estando estritamente interligado com a nossa investigação, Mudde (2010) verificou que o sucesso ou o fracasso dos partidos populistas de direita é, em primeiro lugar, explicado pela luta pela *Issue Salience*, isto é, mais do que a defesa de uma ideologia, a mensagem que estes partidos transmitem é a ferramenta mais importante para ganhar as eleições.

Nos anos após a grande crise financeira de 2008 os partidos populistas de direita obtiveram notável apoio, tendo sido estes partidos os principais defensores de posições eurocéticas (Pirro, *et. al.*, 2018), reforçando a necessidade da saída do euro e até da UE. Laclau (2005) observou que em determinados momentos da história, por variados motivos, o sistema institucional vigente acaba por entrar em obsolescência, demonstrando por isso incapacidade em absorver as novas demandas sociais pelas vias tradicionais. Em decorrência disso, tais demandas que o sistema político não consegue dar resposta, tendem a aglutinar-se fora do sistema (Howarth, 2014). No caso do RU, as demandas aglutinaram-se em Farage, que a partir de uma abordagem populista de direita, soube adequar estrategicamente os seus discursos e mensagens para sair vitorioso em ambas as eleições.

O certo é que cada vez mais fatores económicos têm sido recorrentemente destacados para entender o sucesso renovado dos partidos populistas. Algumas investigações sublinharam a importância do agravamento das condições económicas pessoais (Eatwell, 2003) mas também a percepção de que a economia do país apresenta um mau desempenho (Mols e Jetten, 2017) e esta última condição em particular, é conseguida a partir de uma mensagem bem passada por um líder populista. Desta forma e, dadas as condições económicas catastróficas que se viveram após a crise e os altos níveis de desemprego e dado ao facto de a UE ter “obrigado” os países menos afetados economicamente a ajudar os mais afetados (Hartleb, 2012), não é surpresa que tenham sido os partidos que se manifestaram contra a integração europeia os grandes vencedores das eleições subsequentes.

Desta forma, e tendo em conta o contexto socioeconómico intenso que se viveu na altura da crise de 2008 e, mais tarde, com a crise migratória, torna-se mais fácil compreender o porquê de uma abordagem populista ter funcionado tão bem em tempos de fabrico do Brexit.

3.2.2. A crise migratória

É com a criação do Espaço Schengen que a migração se torna uma possibilidade mais autêntica, uma vez que este espaço permitiu aos cidadãos europeus evitar controlos fronteiriços nas fronteiras internas (Somai e Biedermann, 2016), tendo como principal objetivo permitir aos cidadãos da UE procurarem oportunidades de trabalho, de educação ou de uma melhor qualidade de vida (Ritzen, *et. al.*, 2017) fora do seu país de origem. Assumindo-se como um dos maiores e mais apreciados feitos europeus, a livre circulação fez, invariavelmente, aumentar em grande escala a mobilidade europeia. A livre circulação de cidadãos é um dos pilares base do Tratado da União Europeia e nele, define-se que um cidadão com nacionalidade europeia pode fixar-se, com o principal objetivo de procurar trabalho, em qualquer país europeu que tenha aderido ao Espaço Schengen (Owen, 2016).

A cooperação da UE com os Estados-Membros em matéria de asilo e migração começou com o Tratado de Maastricht em 1993. As políticas de migração e integração de imigrantes na Europa são decididas em conjunto a nível europeu e a nível nacional, contudo, o PE tem um papel cada vez maior na possibilidade de alteração e aprovação da legislação da UE nesta mesma área política, desde a entrada, residência e até direitos económicos dos imigrantes (Hix, 2007). Com isto, surge também esforços políticos para diminuir as barreiras comerciais, criando mais oportunidades para as empresas se mudarem e abriram indústrias anteriormente protegidas à concorrência internacional (Held, 1999). Os esforços no processo de internacionalização foram extremamente pronunciados pela UE, ao mesmo tempo que procuravam aprofundar e ampliar novas oportunidades de diminuição de barreiras (Scharpf, 1999). Com isto, surge o ceticismo em relação à globalização e conseqüentemente em relação aos imigrantes. A integração económica na UE trouxe a livre mobilidade de mão-de-obra, levando ao aumento da competição por empregos, especialmente para trabalhadores pouco qualificados.

Ritzen, *et. al.* (2017) sublinham que um pouco por toda a Europa tem crescido um sentimento contra a mobilidade, o que resulta na discriminação para com os imigrantes europeus, mais precisamente com os recém-chegados dos países da Europa Central e Oriental. A questão da imigração começou a ser alvo de maior debate principalmente após a adesão ao bloco, em 2004 de 5 países da Europa Central (República Checa, Hungria, Polónia, Eslovénia e Eslováquia) e 3 países da Europa Oriental (Estónia, Letónia e Lituânia) e mais tarde, em 2007 com a adesão de mais 2 países da Europa Oriental (Roménia e Bulgária). Estes países são conhecidos devido aos baixos valores que apresentam de PIB (Produto Interno Bruto) e, portanto, os Estados-Membros mais antigos (como o caso do RU) poderão olhar para estes novos membros como prejudiciais para os restantes.

A imigração é um dos temas mais controversas da Europa. Os fluxos migratórios, sejam os fluxos de requerentes de asilo, migrantes trabalhistas ou migrantes irregulares, têm sido associados a vários problemas, incluindo terrorismo, criminalidade e agitação social (Lohrmann, 2000). A questão da imigração é por isso predominante na maioria das democracias da Europa Ocidental. Em alguns países, os partidos anti-imigrantes conseguiram usar a questão como veículo para sucesso eleitoral. Os partidos anti-imigrantes são algumas vezes chamados de partidos radicais de direita (Norris, 2005), partidos populistas radicais de direita ou mesmo só populistas de direita (Mudde, 2007; Rydgren, 2007).

O sistema de imigração para o RU é bastante restritivo, não tendo sequer aderido, tal como já referimos, ao Espaço Schengen. Tal como aponta Baldwin-Edwards (1991), o imigrante é visto como mão-de-obra barata, ou seja, é importante nos postos de trabalho que os britânicos não mostram interesse executar, mas que, no entanto, são fundamentais, especialmente desde o marco da globalização. Além disso, embora seja tolerada a expressão de diferentes culturas, o RU não possui políticas de integração ativas ou metas explícitas para atingir o multiculturalismo positivo. Foi a partir da década de 90 que se começou a registar uma entrada, em maior escala, de imigrantes no país, sendo que até aí, a imigração para o país era muito moderada (Office for National Statistics, 2016). Moderada ou não, o certo é que a liberdade de circulação de pessoas é um princípio fundamental e basilar da UE e um direito fundamental do estatuto de cidadão europeu (art. 45º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia). Porém e tal como aponta Emerson

(2017), este princípio basilar, não impediu uma percepção negativa britânica sobre a circulação de pessoas, tendo essa percepção ter evoluiu desde a negligência, pelo ceticismo, até à hostilidade.

Fatores históricos, culturais e políticos nacionais moldam as atitudes dos países em relação à imigração (por exemplo, Brubaker, 1992; Hollifield, 1992; Money, 1997; Favell, 1998; Joppke, 1999; Neumayer, 2005) essencialmente em países com passados coloniais, como é o caso do RU. A partir do início dos anos 90, o RU começou a receber um número significativo de imigrantes, incluindo um grande fluxo de solicitantes de asilo, geralmente fugindo da guerra nos Balcãs, mas também um grande número de migrantes voluntários que procuraram viver, trabalhar ou estudar, permanentemente ou temporariamente no RU. Recentemente, a imigração foi um dos temas mais salientes no debate político britânico. A Grã-Bretanha tem sido um país de imigração, no entanto, com as crises internacionais a percepção sobre a imigração sofreu alterações.

A imigração é recorrentemente percebida como um dos principais problemas sentidos no país. Segundo o *Migration Watch United Kingdom* (2017), a imigração crescia de ano para ano e uma fração significativa deste crescimento era advinda de cidadãos da UE, especialmente depois de 2004 com a adesão dos países que mencionamos anteriormente. Em 20 anos, o número de imigrantes de países da UE a viver no RU triplicou de 0,9 milhões para 3,3 milhões. É neste contexto que o questionamento dos benefícios da integração europeia que garante a livre circulação dos Estados-Membros cresce nos últimos anos (Schiller, 2002). A imigração é por isso apontada como uma das principais pautas do debate entre os eleitores, junto com a crise económica e o serviço nacional de saúde (Campbell, 2018).

A instabilidade política vivida na África e no Médio Oriente também fez desenvolver um vetor de imigração ostensivo direcionado aos países europeus, cujo volume do fluxo de pessoas não é absorvido pelo controlo regulatório da UE (Henry e Springborg, 2010). Essa questão gerou terreno fértil para um discurso nacionalista e xenófobo de que os imigrantes estariam deteriorando a estabilidade nacional. Esse nacionalismo racialista tem um carácter particularmente defensivo desde a crise de 2008. É definido não pela proeza ou superioridade imperial, mas por um profundo

sentimento de perda de prestígio, uma retirada do impacto prejudicial de um mundo globalizado que não é mais britânico (Virdee e McGeever 2018).

O RU chegou a apresentar uma das taxas mais altas de oposição à imigração em relação a outros países da Europa (Migration Observatory Watch, 2018), sendo por isso avaliada como um dos temas mais importantes que o país enfrentou na última década (Clarke, *et. al.*, 2017). Além disso, os britânicos demonstram preferência pelo tipo de imigrante que entra no país. Eles demonstram uma preferência para aqueles que se encaixariam no entendimento de britânico, assumindo um compromisso com o modo de vida, costumes, língua e habilidades necessárias para a contribuição na renda do país (European Social Survey, 2016). Eles tornaram-se mais céticos sobre os benefícios da imigração. A imigração e a diversidade étnica tendem a ser fortes depressores da confiança, da generosidade e das preferências de políticas sociais (Alesina e Glaeser, 2004). Quando o desemprego ocorre em diversos contextos com altos níveis de imigração, as preferências políticas tendem a ser afetadas pela competição por recursos com o grupo externo.

A crise migratória trouxe um novo tópico para muitos partidos que os apresentaram como uma ameaça ao mesmo tempo que criticavam a UE, recusando assim, a mensagem narrativa e solidária do projeto europeu. Como mostram Vertovec e Wessendorf (2010) a percepção de uma “crise” foi um dos principais fatores por trás da reação contra o multiculturalismo em toda a Europa. Além disso, em vários países, como o RU, a narrativa de uma crise migratória ficou ligada ao aumento do euroceticismo e muitas das políticas de imigração foram as culpadas pela crise que haviam sido europeizadas nas décadas anteriores.

A sensação de incapacidade do PE de oferecer soluções que atendessem às demandas de cada um dos Estados-Membros fez gerar repercussões políticas. Tal cenário fez também com que o terreno para o euroceticismo se tornasse mais utilizado por vários partidos. Embora estas tensões fossem sentidas um pouco por todos os países do bloco, na Grã-Bretanha, elas atingiram patamares maiores, tal como se pode comprovar com o referendo. Foi por isso o referendo do Brexit que uma vez mais, permitiu aos partidos eurocéticos e populistas sobressaírem. Importa referir que o processo Brexit, apesar de inconclusivo durante muito tempo, também determinou o início de uma nova tendência no comportamento migratório para o

RU, até porque a campanha do Brexit foi bastante em torno da oposição relativamente às políticas da UE relativamente à migração e ao seu controlo. Farage já tinha referido na sua campanha para as eleições europeias de 2014 a necessidade de fechar as fronteiras britânicas, e Theresa May veio deixar claro que o seu governo iria procurar acabar com a livre circulação como um elemento-chave de sua abordagem ao Brexit (Dennison e Geddes, 2018). Assistiu-se, com efeito, a uma grande diminuição da imigração europeia com destino ao RU, reduzindo assim o saldo migratório europeu para o país.

Foi então com a crise migratória que os principais beneficiários eleitorais da crescente relevância da imigração foram partidos como o UKIP que, de forma consciente e com sucesso, seguiu uma estratégia fundindo a problemática da imigração com a adesão à UE (Goodwin e Milazzo, 2015). Assim, apercebemo-nos de que foi o surgimento de uma preocupação pública sobre a imigração que contribuiu para a ascensão do UKIP como uma nova força política, como também para o movimento para a saída do RU da UE (Clarke, *et. al.*, 2017). Em 2014, este partido a partir da retórica anti-imigração conseguiu fortalecer a narrativa eurocética e nacional. A chamada crise migratória desencadeou a culpa nas instituições supranacionais e foi em contexto de constante imigração para o RU que a população britânica decidiu pelo Brexit.

3.3. Contexto político britânico em 2019

Para os partidos políticos, quanto mais saliente uma questão for para a competição partidária, mais importante é para eles tomarem posições e assim apelarem ao eleitorado (Bélanger e Meguid, 2008). É neste sentido que é tão importante para a nossa análise não esquecer o diferente contexto político vivido pelos britânicos no momento das duas campanhas parlamentares europeias. Em 2019, os partidos competiam essencialmente entre o *Deal or no deal Brexit* (Weiss e Blockmans, 2016), isto é, competiam sobre a concretização ou o recuo do processo Brexit e, certamente, este foi um dos motivos para que Farage tenha optado por dar maior importância a determinados temas em detrimento de outras, como por exemplo, a importância do cumprimento da democracia e não a importância de

conter a imigração, algo que tinha sido bastante salientado nas eleições europeias anteriores.

Ademais, ainda neste decorrer de ideias, num estudo feito por Green-Pedersen e Mortensen (2010) concluíram que existe uma agenda política não só do partido, mas também no próprio sistema partidário, ou seja, existe uma hierarquia de temas em um determinado momento que faz com que os partidos prestem mais atenção a certos problemas. Para os partidos políticos, quanto mais saliente for uma questão na competição partidária, mais importante é para eles tomarem rapidamente posições para apelarem ao eleitorado (Bélanger e Meguid, 2008). Apesar de Farage estar a fazer campanha por um partido recém-criado e mesmo apesar de ter referenciado que abandonaria o UKIP por considerar que este estaria a tornar-se extremista em determinadas medidas, consideramos que foi esta alteração da agenda do sistema partidário britânico que tornou provável que Farage tenha destacado novos temas em detrimento de outros.

A descoberta de Boudreau e MacKenzie (2014) é também bastante pertinente para o nosso estudo, uma vez que eles concluíram que as pessoas alteram as suas atitudes de voto quando informações relevantes sobre novas políticas os obrigam a fazer. Não era para acontecer, mas o atraso contínuo do Brexit no RU significou que os eleitores se juntariam ao resto da UE para se pronunciar nas eleições europeias de 2019. Nesse sentido, essa eleição contribuiu para uma alteração da posição de voto e isso é visível quando verificamos que foram os Liberais Democratas, os maiores apoiantes na questão da manutenção do RU na UE, a conseguirem o segundo lugar, ou seja, nem os Conservadores, nem os Trabalhistas conseguiram ficar entre os dois primeiros, partidos estes que habitualmente partilham no RU o maior número de votos. Esta poderá também ser uma razão para a participação eleitoral ter aumentado nestas eleições, pois a importância da questão teve um efeito dualista de votos (Ansolabehere e Puy, 2015).

Especialmente em contextos marcados por crises socioeconómicas partidos e movimentos populistas encontram enormes possibilidades de prosperar, surgindo assim a descrença generalizada nos atores políticos tradicionais (Becker e Fetzer, 2016). A crise no RU foi implementada com o fabrico do Brexit. A partir de uma abordagem populista Farage foi capaz de atrair no público britânico uma gama de conotações culturais e geopolíticas. A vitória nas eleições europeias de 2019 do

Brexit Party demonstrou-nos o sucesso e a preferência dos britânicos por partidos populistas.

3.3.1. O impasse do processo Brexit

O preâmbulo do Tratado de Maastricht, que constituiu a UE, é um manifesto de valores em que os chefes de Estado dos países fundadores exteriorizaram seu anseio por uma Europa mais integrada (Schirm, 2010). Entre uma série de outros compromissos, destaca-se que os Estados-signatários estariam envolvidos num processo de criação de uma União cada vez mais estreita entre os povos da Europa. O que se observou no decorrer da evolução histórica do processo de integração europeu foi uma constante ampliação e estreitamento do vínculo entre os Estados. Este processo de integração vivida no âmbito da UE experienciou em 2016, um abalo sem precedentes: o RU referendou o chamado Brexit.

Em maio de 2015 e no sentido da promessa feita por Cameron, o governo britânico introduziu um projeto lei no Parlamento providenciando a base legal para um referendo sobre a continuidade do RU na UE (Foreign Affairs Committee, 2016). Antes de anunciar uma data para referendo e de definir a sua posição relativamente a este, Cameron empreendeu uma série de esforços para renegociar a permanência do RU na UE em quatro áreas chave: governação económica, competitividade, soberania e imigração (Cameron, 2015). O acordo foi conseguido no Conselho Europeu, a fevereiro de 2016, todavia, o governo britânico anunciou o dia 23 de junho para a realização do referendo.

Antes do referendo, houve a elaboração de duas campanhas centrais – *Leave* e *Remain*. Uma característica predominante da campanha *Leave* foi a ênfase que colocaram na reposição da vontade soberana do povo britânico, exemplificada no próprio slogan “*Take Back Control*” (Vamos retomar o controlo). Os políticos por trás da campanha *Leave* afirmavam que a independência do país estava a ser comprometida, criando por isso um grande problema democrático para todos os britânicos (Conservative Home, 2016). A mensagem de recuperar o controlo democrático da Nação foi entrelaçada com um segundo argumento que apontava para os retornos económicos e políticos que só surgiriam da separação da Grã-Bretanha com a UE.

No centro da campanha havia também a preocupação com a imigração. De acordo com Nigel Farage, uma das também figuras centrais da campanha *Leave*, acusou a UE de enormes danos à Grã-Bretanha ao facilitar a imigração descontrolada: “A migração de portas abertas suprimiu os salários no mercado de trabalho não qualificado, o que significa que os padrões de vida fracassaram e que a vida se tornou muito mais difícil para muitos em nosso país” (The Express, 2016). A visão de uma Grã-Bretanha global independente não apenas oclui o racismo perante os imigrantes não falantes de língua inglesa, como também mostra uma incapacidade de aceitar as realidades de um capitalismo global do século XXI. A campanha *Leave* foi, de muitas maneiras, um exemplo de melancolia pós-colonial (Ashe, 2016).

Segundo Gyôri (2016) a UE emergiu sempre fortalecida de todas as crises, e cada crise foi superada pelo aprofundamento do processo de integração. No entanto o Brexit revelou ser algo diferente, pois nunca havia existido antes nenhum movimento contraposto tão profundo como este referendo. O discurso que se adotou foi de que a UE usurpou a soberania dos países europeus e que a saída do bloco seria o único caminho possível a se seguir para recuperá-la.

Foi então a 23 de junho de 2016, que 51,89%¹⁸ dos votantes foram a favor da saída do RU da UE (Electoral Commission, 2016), iniciando-se assim, o processo Brexit. No dia seguinte ao referendo, o Primeiro-Ministro David Cameron renunciou ao seu cargo, afirmando que o país necessitava de um novo Primeiro-Ministro que deveria tomar a decisão de ativar o artigo 50.^o do Tratado da União Europeia (Comissão Europeia, 2017). A 13 de julho de 2016, a Secretária de Estado Theresa May sagrou-se a nova líder do partido Conservador, tendo, na qualidade de Primeira-Ministra, ativado formalmente o Artigo 50.^o7 no dia 29 de março de 2017. Segundo May este processo seria irreversível, pois *Brexit means Brexit* (Hillebrand, 2017).

É neste novo contexto que o populismo britânico surge de forma mais consistente (Freedon, 2017). A oposição à integração europeia passou a ser percebida por muitos cidadãos europeus e a essa falta da plena integração, junta-se a insatisfação com determinadas políticas instauradas pela UE. No caso concreto do RU, este Estado-Membro sempre foi um grande contribuidor líquido para o

¹⁸ The Electoral Commission (2016). UE referendum report.

orçamento europeu, e com isso contribuiu mais do que aquilo que recebia sob forma de fundos estruturais europeus. Todavia a vaga de descontentamento ao longo das quatro décadas de integração europeia, nunca tinha visto números tao elevados como começou a ver a partir das eleições europeias de 2014, e em 2016 foi possível comprovar isso mesmo com os resultados do referendo.

Não querendo fazer deste estudo um debate sobre se os referendos podem ou não ser democráticos, até porque os nossos objetivos são outros, somos levados a supor, mesmo encontrando na literatura diferentes pareceres sobre este tema, que eles desempenham algum papel, e que a democracia direta e a representativa podem, sob certas condições, complementar-se, fortalecendo assim, a legitimidade democrática. O referendo sobre sair ou permanecer da UE fez parte dessa suposição, mas com a sua demora, muitos foram os pensamentos sobre se seria preferível para o país afinal manter-se, ou se, por outro lado, seria preferível a elaboração de um segundo referendo ou ainda, uma diferente perspectiva era se democracia na Grã-Bretanha tinha fracassado, pois a sua qualidade estava a ser questionada e com isso a vontade do povo em referendo não estava a ser acatada (Seidler, 2018). Tudo isto foi posto em cima da mesa e por isso o desfecho deste processo de revelou tardio.

A luta feroz entre aqueles que invocam a urgência na finalidade do Brexit, ilustra de maneira reveladora como uma mentalidade populista pode transbordar e penetrar em caminhos deliberativos e constitucionalmente prudentes em democracias bem estabelecidas (Freedon, 2017). Estes movimentos partilham entre si uma tendência para a mobilização política contra o *mainstream* político e contra a integração europeia. É certo que a concretização do Brexit sempre pareceu irreversível, no entanto, o seu fim revelou-se bastante longo, pois também ficou a parecer que alguns dos atores políticos que outrora estiveram à frente da campanha *Leave*, mostravam-se agora cautelosos com as consequências que poderiam ocorrer. Três anos pós o referendo, a política partidária do Brexit estava num impasse completo, e era difícil ver como é que o governo na altura poderia sair do impasse que criou.

Em jeito de conclusão fazemos agora uma síntese do terceiro capítulo, em que procuramos fazer a distinção do contexto político britânico na altura da campanha para as eleições europeias de 2014 e 2019. O contexto político britânico em 2014 foi catalogado pela crise económica e financeira, pela crise migratória e pela

intenção de realização de um referendo sobre a relação futura entre o RU e a UE, onde alguns investigadores consideraram Nigel Farage o ator político determinante nessa mesma intenção (Ford e Goodwin, 2014; Judis, 2016; Barnes, 2016). Além do mais, a construção da mensagem anti-imigrantes concebida por Farage compreendia exatamente esse elemento – crises – e, propositadamente, foram ligadas por ele para argumentar que as fronteiras abertas da UE tornavam o RU menos seguros. Este truque permitiu-lhe sugerir que saindo da UE recuperar-se-iam as fronteiras e a democracia e restringir-se-ia a entrada de imigrantes.

Quanto ao contexto político vivido durante a campanha de 2019, este foi marcado por complexas consequências do referendo sobre o Brexit. Este impasse político tornou a questão facilmente mobilizada por qualquer partido populista, qualquer que fosse a sua ideologia. O Brexit facilitou a abordagem destes partidos no apelo ao povo comum unido contra as elites que não responderam, ou melhor, que rejeitaram as leis democráticas e o processo tecnocrático (Eatwell e Goodwin, 2018). A impressionante convergência entre o sentimento nacional e o anseio pelo império, a ideia de que a Nação e o Império podem sentar-se juntos, foi uma das dimensões salientes, mas não expressas do Brexit. Além disso, o Brexit foi provavelmente a crise que mais se aproxima do nosso entendimento sobre uma conjuntura crítica e um evento deveras transformador. Simplificando, o Brexit apareceu como um cenário abrangente e dramático e irreversível.

CAPÍTULO 4 – NIGEL FARAGE, UKIP E BREXIT PARTY: EUROCÉTICOS E/OU POPULISTAS?

Com base na pergunta norteadora da investigação: *Qual o pendor ideológico dos temas salientados por Farage que lhe possibilitou ganhar as eleições para o PE em 2014 e 2019: populista e/ou eurocética?* procuramos, a partir de uma análise de conteúdo dos documentos que recolhemos, compreender quais os temas que mais foram salientados. Ademais, e com base na pergunta de investigação derivada: *Por que motivo os temas empregues por Nigel Farage nas campanhas para as eleições europeias de 2014 e 2019 tiveram uma saliência distinta, ainda que dentro do mesmo pendor ideológico?* procuramos explicar de que forma Farage adequou os temas salientados em função do contexto. Assim sendo, neste capítulo iremos apresentar e discutir de forma crítica os dados que fomos capazes de recolher.

4.1. UKIP 2014

Aqui o principal método de interpretação dos dados consubstancia-se, tal como já mencionamos anteriormente, na análise de conteúdo qualitativa, que compreende, segundo Bryman (2012, p.392) “*uma busca por temas adjacentes nos documentos a serem analisados*”.

4.1.1. Análise de conteúdo aos discursos proferidos por Nigel Farage

Dedicamos agora, uma especial atenção a cada categoria salientada. Tal como é possível confirmar pela *Tabela* que se segue, evidenciamos que, a partir da análise de conteúdo aos oito discursos¹⁹ proferidos por Farage para a campanha parlamentar europeia de 2014, denotamos, tal como eram nossas proposições, que a principal abordagem utilizada por este líder partidário foi uma abordagem característica do populismo de direita com um **total de 77% contra 23% pertencente à ideologia eurocética de direita**. Importa também referir que o contexto de crise

¹⁹ (Farage, 2014a). (Farage, 2014b). (Farage, 2014c). (Farage, 2014d). (Farage, 2014e). (Farage, 2014f). (Farage, 2014g). (Farage, 2014h).

socioeconómica no RU e a intenção de realização de um referendo sobre a relação futura com a UE foram as peças-chave para o sucesso da mensagem populista de direita empregue por Farage. Em nenhum momento ao longo da análise elaborada aos discursos deste líder político foi observável uma abordagem populista e eurocética de esquerda.

Tabela 5. Categorização da abordagem empregue por Farage em 2014 pelo UKIP

Categorias de Análise		Subcategorias	Unidades de análise		% de cada unidade de análise	
Discurso Eurocético de Direita	Anti-UE		11		6%	
	Identidade Nacional		18		10%	
	Soberania do Estado-Nação		13		7%	
	Anti-elites Supranacionais		0		0%	
Total			42		23%	
Discurso Esquerda	Eurocético de		0		0%	
Discurso Populista de Direita	Anti-establishment	Anti projeto europeu	3	58	2%	31%
		Oposição à globalização	6		3%	
		Anti classe de políticos	38		20%	
		Estado não representativo	11		6%	
	Soberania popular	Povo vs elites	29	38	16%	19%
		Democracia iliberal	9		5%	
	Anti-imigração	Anti-imigrantes Racismo	33		17%	
	Nativismo e Autoritarismo	Intolerância cultural	7	15	4%	8%
Nacionalismo		8	4%			
Total			144		77%	
Discurso Esquerda	populista de		0		0%	
Total			186		100%	

Na campanha para as eleições parlamentares europeias de 2014, pelo UKIP, este líder concedeu maior saliência a temas que nos remetem para uma forte oposição ao *Establishment*, categoria esta pertencente a uma abordagem populista de direita. Segundo aquilo que pudemos apurar, das 186 ocorrências das quais conseguimos observar ao longo dos oito discursos que analisamos de Farage, 58 delas, o que corresponde a 31% foram salientadas com o intuito de criticar, descredibilizar ou proferir uma imagem negativa, em particular do sistema político britânico.

Sobre o sistema político britânico, Farage centrou a sua retórica na ideia de os políticos britânicos permitirem o retrocesso da qualidade de vida dos nativos a favor de políticas de portas abertas para milhões de pessoas provenientes de outros países. Segundo Farage (2014) o não controlo das fronteiras fez com que os britânicos saíssem prejudicados a nível laboral, ou seja, muitos perderam os empregos em consequência da imigração em massa e aqueles que não perderam viram o seu salário a ser reduzido, tudo isto, consentido pela classe de políticos de *Westminster*.

Farage também referiu ao longo dos oito discursos que o sistema político britânico não funciona (20%), está quebrado, e que isso se deve ao facto daqueles que governam o povo britânico e mesmo os da oposição não serem pessoas comuns, mas sim pessoas que estudaram sempre em escolas privadas e nunca tiveram que trabalhar de forma árdua nas vidas deles (Farage, 2014b). Algo determinante nos discursos de Farage foi o facto de ele ter afirmado em todos os discursos por nós analisados que o sistema político britânico mentiu, desistiu, falhou e ignorou o povo (Farage, 2014a).

Ainda que tenha sido algo menos salientado (2%), Farage, criticou especificamente a UE. Este líder afirmou algumas vezes ao longo dos oito discursos que a UE não funciona economicamente e que só “malucos” é que acreditam o contrário (Farage, 2014b). No sentido dessa retórica afirmou que esta organização supranacional além de funcionar apenas para suprir as necessidades dessas mesmas elites, as políticas ambientalistas e climáticas implementadas pela UE, prejudica os proprietários de negócios pequenos.

Com 38 ocorrências visíveis ao longo dos oito discursos referentes à campanha de 2014, o que corresponde a 20% do total, a segunda categoria mais

salientada foi a da ‘soberania popular’. Farage tornou saliente temas em que abordava a importância de as decisões do Estado-Nação serem regidas a partir da vontade do povo. Referiu em todos os discursos analisados que a maioria dos britânicos querem ter controlo das suas fronteiras e que o sistema político deveria se reger a partir da vontade do povo (16%). Sustentou também que aquilo que o UKIP estava a procurar fazer era articular as preocupações dos britânicos e isso só seria possível pondo fim à “*professional class of politicians*” (Farage, 2014f).

Ainda pertencente à categoria ‘soberania popular’, encontramos nos discursos de Farage um foco na importância do exercício de uma democracia mais direta, uma vez que a representativa não funciona. Nesse sentido, Farage referiu em quatro do total dos discursos analisados a importância de dar voz ao povo a partir da realização de um referendo (5%). Assim, a defesa da democracia direta foi um elemento determinante no populismo de Farage. Nos discursos que analisamos era visível que ele procurava ser visto como a voz da democracia, a voz que expressava a visão, as queixas e as opiniões do povo britânico e, segundo Canovan (1999), os populistas vêm-se como verdadeiros democratas. É neste contexto que Farage se apresenta durante a campanha para as eleições europeias de 2014 como um ator político interessado em devolver o poder ao povo através da democracia. A democracia popular que Farage reivindica foi feita com o propósito de colocar o povo contra a elite.

Partindo agora para um outro tema bastante salientado por Farage, que foi a imigração, e tendo em conta o nosso conhecimento sobre partidos populistas de direita, no âmbito deste estudo, somos capazes de enquadrar o UKIP de Farage no populismo de direita quando verificamos a sua reivindicação pelo povo (17%). Segundo Laclau (2005), o populismo fala pelo povo, todavia, quando o populismo é de direita e fala sobre o “povo”, está a referir-se a uma entidade que está restrita a uma certa categoria de povo da qual os imigrantes estão excluídos (Mouffe, 2018). Este povo facilmente passa a ser visto como uma nação, nação esta que precisa ser reestruturada. Assim, a seguinte categoria mais salientada por Farage é a ‘anti-imigração’ e das 186 ocorrências, 33 (17%) delas tiveram como intenção criticar aqueles que iam para o RU “roubar os empregos dos britânicos”. A retórica anti-imigrante conduzida por Farage foi acompanhada por um discurso xenófobo e negativo para a democracia (Laclau, 2005). Estes partidos têm adquirido nos

últimos anos uma maior importância (Taggart, 1996; Jansen, 2011; Zaslove, 2008) e o UKIP não foi exceção.

Refletimos agora sobre a questão da oposição à imigração particularmente em relação aos romenos, por parte de Farage. Apesar de ser um país europeu e cristão, a oposição à imigração proveniente da Roménia está em níveis semelhantes à oposição à imigração do Paquistão (Vicol e Allen, 2014). Tais padrões, segundo Ford (2011), são descritos por uma hierarquia étnica enraizada na cultura política britânica e engrandecida por Farage. Ademais, segundo os dados do Eurobarómetro²⁰ a imigração em maio de 2014 superou a preocupação pelo desemprego no RU (European Commission, 2014) e, para nós, o resultado dos dados deve-se à atuação de Farage. Durante toda a sua campanha pelo UKIP, este ator procurou apresentar-se como o “homem comum” britânico, em sintonia com as ideias e os interesses do “povo” (Mudde e Kaltwasser, 2018, p. 51) e conseguiu isso enaltecendo a Nação britânica e descredibilizando o governo em funções. A forma como Farage reformulou as tradições eurocéticas e conservadoras em uma narrativa populista distinta foi a chave para o sucesso eleitoral (Tournier-Sol, 2015). Como exemplo expomos um excerto de Farage retirado de um dos discursos analisados:

“This nation was known for welcoming everyone (...) but there are completely open doors for 485 million people and all of them will be able to reach our country, get jobs, enjoy our national health service, enjoy our public school system, get any and all benefits even if these children have never left Warsaw. So yes, we are very extreme, but we think that living in a zoo as in other EU countries does not seem positive for the country. The British should be able to decide who can live in their country.”

No sentido desta premissa, esta crítica serviu também para culpar os imigrantes de conduzirem a um decréscimo na qualidade de vida social, de saúde e de educação dos nativos da Nação. Foi em virtude do contexto político e social que se fez sentir no RU na altura da campanha para estas eleições parlamentares

²⁰(European Commission, 2014). Public opinion in the European Union – first results. Standard Eurobarometer 81.

européias, que os argumentos populistas de Farage foram articulados em uma linguagem direta, destinada a contrastar com o discurso supostamente obscuro e ilusório da elite política. Isso foi particularmente evidente no discurso do UKIP sobre a imigração ao referir que o *establishment* evita debater sobre imigração, ao contrário do UKIP que fala honestamente com o povo (Farage, 2014d). Apesar de Farage referir por diversas vezes que não era racista, proferiu algumas mensagens que nos fazem considerar o contrário. Ilustramos com um exemplo que suporta as nossas proposições. Farage referiu nos seus discursos que os australianos e os neozelandeses eram mais merecedores de imigrar para o RU do que os romenos, búlgaros (por colocar em causa a cultura) e do que os italianos e espanhóis (por colocar em causa os empregos e os salários do povo britânico) (Farage, 2014e). Todas as ocorrências proferidas pertencentes à categoria ‘anti-imigração’ serviram para censurar a classe política britânica.

Farage desenvolveu uma campanha populista de direita contra a integração europeia e contra os imigrantes e a importância dada a essa mensagem conduziu a uma descredibilização do próprio governo britânico (Thorsen, 2015), considerado por Farage incapaz de atender aos interesses dos cidadãos. Além disso, e depois de nos debruçarmos uma vez mais sobre a *Issue Salience* oferecida por Farage em 2014, foi possível compreender que um referendo sobre a Europa não era a principal questão presente na mente dos britânicos (Clarke, *et. al.*, 2017). É por isso que o sucesso do UKIP foi conseguido não em relação ao euroceticismo aparentemente difundido entre o público britânico, mas sim a partir da invocação do povo contra o próprio sistema político. Foi com a questão da Europa que se chegou à imigração e esta serviu para culpar os políticos nacionais de permitirem que com isso, os britânicos saíssem prejudicados. Ainda sobre o imigrante, assistimos durante a campanha de 2014 à construção deste como uma ameaça económica à classe trabalhadora nacional. Assim, o resultado das eleições foi mais uma votação contra *Westminster* do que contra as instituições europeias. Esta foi a abordagem que possibilitou Farage ser considerado pelo público como uma alternativa aos partidos historicamente dominantes (Conservador e Trabalhista).

As categorias ‘anti-UE’ e a ‘identidade nacional’, foram salientadas 11 e 19 vezes, respetivamente, ao longo dos oito discursos, o que corresponde, a 6% e 10% do total. Sobre a categoria ‘anti-UE’, esta foi salientada para suprimir a viabilidade

desta, colocando sempre que possível, problemas para o processo de integração europeia. A categoria 'anti-UE' foi um tema estratégico no pensamento de Farage. O argumento em torno do processo de integração da UE baseou-se no facto de esta organização internacional ter retirado parte da liberdade e independência ao RU, ou seja, retirou-lhes a possibilidade de controlar as fronteiras e controlar muitas das leis. Farage procurou demonstrar que a UE, além de uma organização que se intromete de forma excessiva na economia nacional, é também mal regulada e mal-intencionada (Farage, 2014e). Além disso, foi referido por este ator político em dois dos oito discursos pelo UKIP que o mercado comum é uma ilusão, pois a UE rege-se consoante os seus interesses e não, como deveria ser, consoante os interesses de cada Estado-Nação.

O contexto que se viveu em 2014 fez aumentar a importância de posições eurocéticas (Vasilopoulou, 2018) e, servindo-se disso, os partidos populistas souberam praticar uma força política reconhecida pela capacidade de tornar esse assunto eleitoral e politicamente conveniente. Ao contrário da imigração, a integração europeia continua a ser um tema sobre o qual estes partidos permanecem flexíveis nos seus discursos, de forma a tornar-se mais fácil caso exista a necessidade de realizar mudanças significativas. Isto é, os populistas de direita podem demonstrar nos seus discursos a oposição sentida relativamente à integração europeia, no entanto, não irão procurar explorar demasiado essa questão, pois podem necessitar mais tarde de alterar a sua posição.

Foi exatamente isso que aconteceu na abordagem de Farage. Tendo em conta que a elaboração das políticas monetárias e fiscais foram amplamente transferidas das instituições nacionais para as instituições europeias (Hellwig, 2001), apercebemo-nos de que a integração europeia afeta, de certa forma, a política económica de cada Estado-Membro, uma vez que limita os governos nacionais no que diz respeito a como a distribuição de bem-estar deve ser feita. Nesta ordem de ideias, temos os dados de maio de 2014 do Eurobarómetro²¹ em que nos dizem que 73% dos britânicos são contra o euro e 61% não querem que a UE tenha mais poder de decisão (European Commission, 2014). A saliência oferecida à UE serviu para

²¹(European Commission, 2014). Public opinion in the European Union – first results. Standard Eurobarometer 81.

relembrar de que as leis e as normas não eram feitas pelos políticos britânicos, mas sim por políticos que nada sabiam sobre a Nação britânica. Desta forma, e tirando proveito do contexto de intenção de referendo, Farage soube incorporar e reformular parte da tradição eurocética do UKIP numa narrativa distinta e caracterizada por um componente populista de direita.

Quanto à categoria 'identidade nacional', foi salientada (10%) para abordar a importância do RU voltar a ser um Estado soberano e independente como única forma de voltar a ter controlo sobre as políticas, sobre a economia e sobre as fronteiras. Com o UKIP, a visão de Farage esteve intrinsecamente enraizada no passado e na representação nostálgica da Grã-Bretanha como uma gloriosa nação soberana, cujo modelo de democracia foi imitado em todo o mundo. Em todos os discursos analisados Farage evocou o povo para a força do reino e da democracia britânica, democracia ela centenária e com um passado histórico grandioso e vanglorioso (Farage, 2014g). Não esqueceu de referir o facto do RU ser um país falante da língua mais falada no mundo. Ademais, além de ter evocado a uma superioridade cultural perante as demais, evocou também uma superioridade económica ao indicar o RU como sendo uma economia bastante respeitável por todo o mundo.

Ainda sobre a integração europeia, importa referir que o populismo de Farage serviu também para criticar a União pelo seu carácter prejudicial a nível socioeconómico. Por outro lado, o populismo dele não esqueceu de lembrar que a União é uma ameaça à soberania nacional (Farage, 2014d). Com o UKIP Farage alavancou temas que nos remetem para a força da 'identidade nacional', de forma a retratar a integração europeia como uma ameaça às tradições culturais do Estado-Nação. Para finalizar, importa mencionar algo que podemos considerar contraditório. Nos discursos analisados, Farage declarou que o RU e os britânicos são tolerantes em relação a outras culturas e religiões ao mesmo tempo que afirmou que o país não necessitava de mais pessoas, pois os 64 milhões que já faziam parte do RU eram suficientes para erguer o futuro, com um novo acordo de livre comércio, sem a "etiqueta" da UE (Farage, 2014g).

Farage concedeu grande relevo à categoria 'nativismo e autoritarismo', tendo sido visível 15 (8%) ocorrências ao longo dos oito discursos analisados. Este líder político salientou a ideia de que elementos não nativos (imigrantes) ameaçam

fundamentalmente o Estado-Nação. É nesta ordem de ideias que importa recordar Mudde (2012) ao considerar que um populista de direita adota frequentemente uma abordagem nativista e autoritária. Todas essas características, fazem-nos crer, uma vez mais, que, na campanha para as eleições de 2014, Farage foi, sem dúvida, um populista de direita. No que diz respeito ao nativismo (4%), e tal como podemos verificar da análise de conteúdo dos discursos de Farage, este, enquanto líder do UKIP, enfatizou constantemente a necessidade de reduzir a imigração na Grã-Bretanha, ao mesmo tempo que colocava entraves à heterogeneidade cultural. Farage mencionou em todos os discursos analisados a importância em existir na sociedade britânica uma imigração controlada, isto é, deveria ser consentida apenas para aqueles que falam a língua inglesa e que partilham laços culturais com os britânicos, como a Austrália, exemplo dado pelo próprio (Farage, 2014f). Além disso, tornou pública uma falsa verdade ao afirmar que a imigração estava a tirar emprego aos britânicos e a prejudicar o estilo de vida de milhares de famílias britânicas (Farage, 2014e).

No caso concreto do autoritarismo (4%), e uma vez que o autoritarismo populista também pode ser visível ao nível cultural (Ivaldi e Mazzoleni, 2019), apercebemo-nos que Farage revelou ser bastante autoritário no seu cultivo ao ódio aos imigrantes. Ainda no que diz respeito ao nível cultural, procurou sempre referir que futuros acordos deveriam ser feitos apenas com aqueles que os britânicos partilhavam a mesma cultura e a mesma língua.

Ademais, apresentou também forte autoritarismo ao nível económico (Otjes, *et. al.*, 2018), pois este ator, enquanto líder do UKIP, mostrou-se um opositor à globalização e com isso a favor de limitar o apoio aos beneficiários não merecedores do Estado de bem-estar social, como as multinacionais, e expandi-lo para grupos merecedores, grupos nacionais das áreas da manufatura e agrícola, afirmando por isso a importância de apoiar os que são deixados de fora, aqueles que trabalham duro e cumprem as regras, mas que não têm poder de mercado, enfatizando assim o papel das pequenas empresas britânicas (Farage, 2014d).

Neste sentido, apresentou também uma retórica de preocupação com a defesa dos cortes orçamentais no território nacional para demonstrar que se gasta demasiado com a instituição europeia, característica esta, também muito recorrente na abordagem populista de direita (Balfour, *et. al.*, 2016). Ainda dentro do

autoritarismo visível nos discursos de Farage foi o facto de este líder ter salientado o desagrado pelo facto de os prisioneiros usufruírem de igual direito ao voto dos cumpridores da lei, afirmando que o ideal seria que algumas das suas liberdades e dos seus direitos fossem suspensos enquanto estes cumprem pena (Farage, 2014e).

Uma outra categoria salientada por Farage no decorrer dos seus oito discursos foi a 'soberania do Estado-Nação'. Das 186 ocorrências registadas, 13 delas (7%) foram salientadas com o intuito de abordar a necessidade de o Estado-Nação ser mais independente e mais detentor de autoridade, criticando assim a regulamentação excessiva por parte da UE.

Por fim, a categoria 'anti-elites supranacionais' não foi detetável em nenhum momento ao longo dos oito discursos analisados. Poderíamos ter caído no erro de considerar alguns dos temas salientados por Farage pertencentes a esta categoria, no entanto, sobre um olhar mais atento, apercebemo-nos que nos momentos em que o ator político abordou as elites presentes no PE foi para projetar uma imagem negativa sobre as mesmas e, portanto, essas ocorrências fazem uma melhor correspondência com a categoria '*anti-establishment*', categoria essa proveniente de uma abordagem populista de direita.

Depois de refletirmos sobre todas as categorias visíveis nos discursos que analisamos de Farage, importa realçar a importância do contexto vivido pelos britânicos para o sucesso de uma mensagem populista de direita. Como já referimos, nessa altura toda a UE estava a vivenciar uma crise económica, política, migratória e social. Embora de forma menos crítica, quando comparada com outros Estados-Membros, o RU não foi exceção. Ainda assim, o contexto de crise e a intenção de referendar o futuro da relação entre o RU e a UE favoreceram a mensagem populista de direita empregue por este líder político, permitindo-lhe assim ganhar as eleições.

Concluindo, a partir da análise feita aos oito discursos tornados públicos durante a campanha para as eleições parlamentares europeias de 2014, Farage saiu vitorioso empregando **77% de uma abordagem populista de direita**, **contra 23% de uma abordagem eurocética de direita**.

4.1.2. Análise de conteúdo ao Manifesto eleitoral do UKIP (2014)

A partir da análise de conteúdo elaborado ao Manifesto²² tornado publico pelo UKIP para a campanha parlamentar europeia de 2014, conseguimos coletar 88 ocorrências ao longo das oito páginas do documento, e fazer a correspondência com as categorias de análise sobre partidos eurocéticos e populistas previamente construídas. Tendo em consideração os dados apresentados na *Tabela 6*, podemos adiantar que, a partir da análise realizada ao Manifesto do UKIP (2014), chegamos à conclusão de que houve **79% de uma abordagem populista de direita, contra 21% de uma abordagem eurocética de direita**. Sendo que os temas mais salientados são provenientes das categorias *'anti-establishment'* e *'anti-imigração'* é possível depreender, uma vez mais, a importância do contexto para o sucesso da mensagem populista de direita empregue por Farage. O favorecimento destas categorias são o reflexo da crise política e migratória que se fazia sentir no RU. Uma vez mais, não fomos capazes de detetar uma abordagem populista ou eurocética de esquerda nos discursos analisados.

²² UKIP Manifesto (2014).

Tabela 6. Categorização da abordagem empregue por Farage no manifesto de 2014 pelo UKIP

		Subcategorias	Unidades de análise	% de cada unidade de análise		
Discurso Eurocético de Direita	Anti-UE		2	2%		
	Identidade Nacional		8	9%		
	Soberania do Estado-Nação		9	10%		
	Anti-elites Supranacionais		0	0%		
Total			19	21%		
Discurso Esquerda	Eurocético de		0	0%		
Discurso Populista de Direita	Anti-establishment	Anti projeto europeu	5	36	6%	41%
		Oposição à globalização	5		6%	
		Anti classe de políticos	18		20%	
		Estado não representativo	8		9%	
	Soberania popular	Povo vs elites	9		10%	
		Democracia iliberal	3		3%	
	Anti-imigração	Anti-imigrantes Racismo	12	15%		
	Nativismo e Autoritarismo	Intolerância cultural	1	9	1%	10%
		Nacionalismo	8		9%	
	Total			69	79%	
Discurso Esquerda	populista de		0	0%		
Total			88	100%		

Por vezes e por diferentes motivos, os partidos consideram pertinente alterar as suas políticas e um dos motivos que pode levar um partido ou um líder partidário a tomar essa decisão está relacionado com a necessidade de enfatizar alguma mudança política ou alguma transformação na identidade do partido (Janda, *et. al.*, 1995). Assim, consideramos que um dos motivos que pode ter levado o UKIP a

alterar a identidade do partido está relacionado com o contexto que se viveu no RU em 2014, tendo uma vez mais, contribuído para o sucesso da mensagem populista.

Sobre o UKIP, este nunca tinha sido bem-sucedido quer nas eleições parlamentares europeias, quer nas eleições gerais em que se elege os parlamentares da câmara dos comuns do RU, e tal como já mencionamos quando analisamos os discursos proferidos por Farage durante a campanha de 2014, sabemos que, pelo menos até à altura em que se tornou líder do UKIP (2010), este partido era reconhecido por ser um partido eurocético, cuja atuação baseava-se única e exclusivamente no assunto de que o RU deveria deixar de fazer parte da UE. Na altura dos factos, a Europa apresentava enormes mudanças políticas e sociais devido à crise económica e financeira de 2008, e também devido à crise migratória, que se intensificou em 2013. Todo este novo contexto despoletou a alteração da identidade do partido. A primeira forma de verificar isso mesmo, é analisando o Manifesto eleitoral do partido. Ainda que o UKIP se considerasse um partido eurocético durante as eleições de 2014, a verdade é que olhando para os temas salientadas ao longo do Manifesto é mais vezes observável o uso de uma abordagem populista.

A categoria '*anti-establishment*', categoria esta pertencente a uma abordagem populista de direita, foi, tal como aconteceu nos discursos das campanhas de 2014 e 2019, a mais salientada ao longo do Manifesto do UKIP. Das 88 ocorrências decorrentes da análise, 36 delas, o que corresponde a 41% do total, foram salientadas com o intuito de criticar e proferir uma imagem negativa sobre o sistema político britânico e sobre a UE. Podemos classificar o Manifesto como um resumo de tudo aquilo que foi dito ao longo dos oito discursos proferidos por Farage durante a campanha de 2014. Este líder partidário referiu que o sistema político mente aos seus cidadãos, mente sobre a UE, sobre a imigração e sobre o desemprego, classificando o UKIP como o único partido honesto sobre as questões que inquietam o povo (UKIP Manifesto, 2014). Sobre a UE, a retórica centrou-se na ideia de que esta organização internacional apenas serve para ajudar as grandes empresas e que, enquanto isso acontece, as pequenas empresas sofrem as consequências e com os regulamentos burocráticos excessivos da UE, classificando esta como uma organização arruinada, mas ao mesmo tempo demasiado poderosa. A partir destes temas, Farage referiu que só com a saída da UE seria possível iniciar o processo para desfazer todos os danos causados pela classe de políticos britânicos.

Consideramos que, uma vez mais, em destaque, temos o forte reiterado uso de uma abordagem '*anti-establishment*'. Segundo Kaldor e Selchow (2013), a recessão econômica, o crescimento do desemprego, a crise de confiança na política democrática convencional e na honestidade e competência das elites, são temas que fazem parte desse tipo de abordagem. Distintamente do que aconteceu nos discursos analisados, o Manifesto centrou mais vezes a crítica na UE e não tanto na classe política britânica, afirmando que só saindo da UE é que seria possível combater a pobreza e o desemprego, melhorar o sistema de saúde, controlar a imigração e implementar leis que beneficiassem os trabalhadores locais (UKIP Manifesto, 2014). A crítica ao *establishment* britânico serviu para mencionar que este apoiava todas as diretrizes impostas pela UE.

A seguinte categoria mais salientada volta a pertencer a uma abordagem característica do populismo de direita, que foi a categoria 'anti-imigração' com 12 ocorrências (15%) ao longo das oito páginas do manifesto do UKIP. O realce nestes temas serviu para demonstrar que qualquer pessoa pode ir para o RU habitar, trabalhar e usufruir dos serviços sociais e governamentais para os quais não contribuíram. Farage referiu também que a imigração está a pressionar as escolas, a fragilizar o Serviço Nacional de Saúde britânico e a ameaçar os espaços verdes (UKIP Manifesto, 2014). A preferência por estes temas, proferidos de forma irrealista e irresponsável poderão ter encorajado os cidadãos britânicos para a intolerância, indiferença e discriminação.

Apercebemo-nos que, tal como nos discursos proferidos por Farage na altura da campanha de 2014, no Manifesto é também bastante perceptível a saliência que é oferecida ao tema da imigração. Neste decorrer de ideias, importa realçar algo pertinente e que foi analisado por Stavrakakis, *et. al.* (2017). Estes autores procuraram analisar o discurso de determinados partidos populistas de direita para perceberem se o "povo" é realmente mobilizado a partir de significados vazios e representações simbólicas, ou se, é mobilizado pelas referências à raça ou à nação. A conclusão a que chegaram é que o povo é realmente mais mobilizado fazendo referência à raça e à nação. Neste ponto em concreto, temos uma vez mais a demonstração da importância que o contexto teve para o sucesso de uma mensagem populista de direita no RU, até porque a oposição à imigração está no centro do sucesso destes partidos (Mudde, 2013). Nesta altura fazia todo o sentido abordar

temas que remetessem os britânicos para a problemática da imigração, uma vez que toda a Europa estava a sentir (uns mais, outros menos) a crise migratória. Este novo contexto fez com que, de forma irrealista o UKIP manifesta-se o desagrado relativamente à imigração em massa para o RU. A preferência por uma retórica deste género pode ter suscitado no povo britânico sentimentos discriminatórios perante o imigrante, e esta proposição surge uma vez que é referido no Manifesto do UKIP que tudo o que lá foi escrito foi para o povo, isto é, todas as mudanças que o partido iria procurar reivindicar seriam feitas, segundo o mesmo, para beneficiar o cidadão britânico comum.

Também com 12 ocorrências observáveis, o que corresponde a 13% do total, encontra-se, ainda dentro do populismo de direita a categoria ‘soberania popular’. Os temas relacionados com esta categoria foram salientados com o intuito de mostrar aos eleitores que o UKIP estava comprometido em fazer tudo para benefício do povo britânico.

Com nove ocorrências (10%) perceptíveis no manifesto do UKIP está a última categoria mais saliente pertencente a uma abordagem populista de direita – ‘nativismo e autoritarismo’. O nativismo é perceptível quando foi referido no Manifesto que a habitação social e o serviço nacional de saúde devem ser concebidos apenas para os nascidos no RU. Quanto ao autoritarismo, este é visível quando foi referido que o UKIP iria lutar para que os prisioneiros não tivessem direito ao voto (UKIP Manifesto, 2014). Além destes dois exemplos, o ‘nativismo e autoritarismo’ também são visíveis nos tópicos em que foi salientada a forma injusta como o orçamento é gasto.

As seguintes ocorrências mais vezes empregues por Farage pertencem a uma abordagem característica de um discurso eurocético de direita e correspondem às categorias de ‘identidade nacional’ e ‘soberania do Estado-Nação’, com oito (9%) e nove (10%), respetivamente, do total das ocorrências visíveis ao longo do Manifesto do UKIP. As ocorrências subjacentes à categoria ‘identidade nacional’ foram referidas para lembrar os eleitores de que o RU é um país forte com uma economia igualmente forte e que se sabe governar sozinho. Sobre a categoria ‘soberania do Estado-Nação’, as ocorrências foram remetidas para referir a necessidade do RU recuperar o controlo que outrora havia tido e, para isso, era preciso descartar determinadas leis e implementar novas (UKIP Manifesto, 2014). Assim, em termos

de euroceticismo, Farage mostrou ser um opositor da transferência de soberania para uma entidade supranacional.

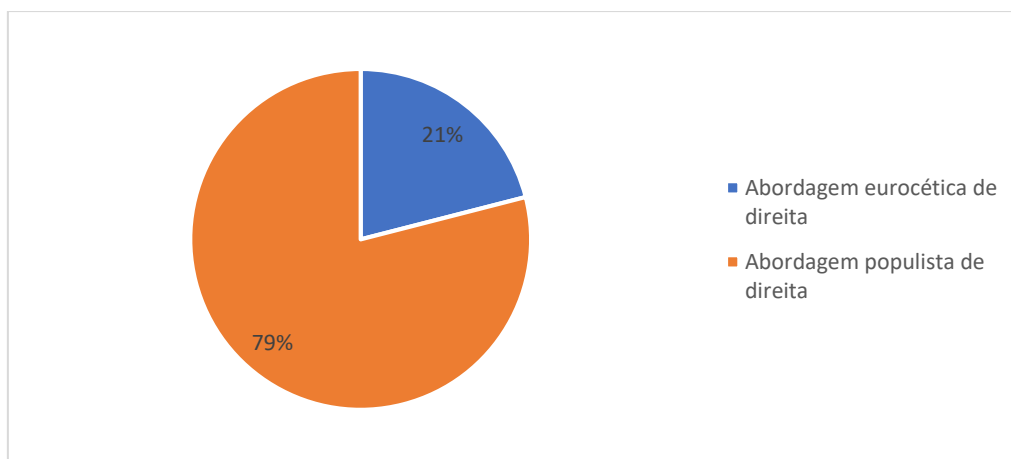
A categoria 'anti-UE' foi a sexta categoria mais salientada no Manifesto com duas ocorrências observáveis (3%). As ocorrências subjacentes a esta categoria foram salientadas para evidenciar que o UKIP iria sempre trabalhar para garantir que o RU sai da UE. Além disso, foi também mencionado que o UKIP iria procurar manter os acordos elaborados com Estados-Membros antes do Tratado de Lisboa.

Quanto à categoria 'anti-elites supranacionais', esta não foi detetável na análise de conteúdo realizada ao manifesto.

Ainda que a abordagem populista seja aquela que mais se evidencie, o Manifesto do UKIP não esqueceu de remeter os seus eleitores para temas que os orientaram para o euroceticismo, que os conduziram para uma oposição à UE, para uma identidade com a Nação e para a necessidade de as leis serem implementadas a partir da vontade do Estado-Nação soberano. Assim, a premissa de partido eurocético volta quando é referido no Manifesto que o UKIP considera a retirada da UE como a sua principal política. Ademais, é criado no Manifesto do UKIP um retrato de uma economia mundial capitalista em recuperação, à qual a Grã-Bretanha se reunirá novamente assim que se tornar novamente um Estado soberano independente. Esta imagem surge em contraposição à imagem do declínio da UE no mundo.

Concluindo, e tendo em apreciação o *Gráfico 1* apresentado abaixo, denotamos que o Manifesto do UKIP (2014) foi feito com **79% de uma abordagem populista de direita, contra 21% de uma abordagem eurocética de direita**. Uma vez mais, não fomos capazes de detetar uma abordagem populista ou eurocética de esquerda nos discursos analisados.

Gráfico 1. Mensagem empregue no Manifesto do UKIP (2014)



4.2. Brexit Party 2019

A partir de uma análise de conteúdo qualitativa vamos agora, novamente, procurar compreender o posicionamento do Brexit Party durante o momento-chave (impasse do Brexit) da sua presença na democracia (Volkens 2002).

4.2.1. Análise de conteúdo aos discursos proferidos por Nigel Farage

Quanto à campanha para as eleições parlamentares europeias de 2019, pelo recém-criado Brexit Party e, segundo os dados coletados apresentados na *Tabela 7*, Farage voltou a sair vitorioso utilizando uma abordagem populista de direita de **92% de cobertura das mensagens** contra **8% pertencendo à ideologia eurocética de direita**. Aqui, e apesar de o contexto ter sido distinto daquele que havia ocorrido durante a campanha de 2014, ele foi novamente determinante para o sucesso da mensagem populista de direita empregue por Farage. Agora, o contexto era de crise essencialmente política, devido ao enorme impasse que foi todo o processo do Brexit. Em nenhum momento ao longo da análise efetuada aos discursos detetamos uma abordagem populista ou eurocética de esquerda. Iniciamos agora uma reflexão de cada categoria salientada ao longo desta campanha.

Tabela 7. Categorização da abordagem empregue por Farage no Brexit Party em 2019

Categorias de Análise		Subcategorias	Unidades de análise	% de cada unidade de análise		
Discurso Eurocético de Direita	Anti-UE		2	1%		
	Identidade Nacional		12	6%		
	Soberania do Estado-Nação		1	1%		
	Anti-elites Supranacionais		0	0%		
Total			15	8%		
Discurso Esquerda	Eurocético de		0	0%		
Discurso Populista de Direita	Anti-establishment	Anti projeto europeu	2	83	1%	45%
		Oposição à globalização	8		4%	
		Anti classe de políticos	57		31%	
		Estado não representativo	16		9%	
	Soberania popular	Povo vs elites	49	82	26%	44%
		Democracia iliberal	33		18%	
	Anti-imigração	Anti-imigrantes Racismo	1		1%	
	Nativismo e Autoritarismo	Intolerância cultural	1	5	1%	3%
		Nacionalismo	4		2%	
	Total			171	92%	
Discurso Esquerda	populista de		0	0%		
Total			186	100%		

Foi durante a campanha para as eleições parlamentares europeias de 2019 que o populismo empregue por Farage se instalou com o foco na crise democrática e na questão da concretização do processo Brexit, o que lhe possibilitou, uma vez mais, manter a sua premissa de eurocético, afastando assim a possibilidade de ser

reconhecido como um populista. Segundo os dados do Eurobarómetro²³ de março de 2019, os britânicos eram os cidadãos europeus mais insatisfeitos com o funcionamento da democracia do seu Estado (European Commission, 2019). Desta forma, denotamos que, apesar de a saliência oferecida ao público por parte de Farage ter sofrido enormes alterações, estas foram feitas, com sucesso, em virtude do contexto social e político que se vivia na altura dos factos, em consequência do impasse no processo Brexit. Assim, a mensagem populista deste líder tornou-se mais facilmente atingível, pois bastava apenas centrar a sua abordagem na crise democrática e na defesa da concretização da vontade do povo. Uma vez mais, este líder político saiu vitorioso não só pelos resultados que alcançou, mas também por ser uma figura capaz de adaptar a sua campanha aos diferentes contextos que iam surgindo, dando prioridade a temas alvo de maior saliência pelo público.

A categoria '*anti-establishment*', categoria pertencente a uma abordagem característica do populismo de direita foi, tal como na campanha de 2014, a categoria mais salientada por Farage na campanha de 2019. Das 186 ocorrências retiradas da análise do conteúdo dos oito discursos²⁴ de Farage, 83 delas, o que corresponde a 45% do total, foram salientadas com o intuito de criticar e proferir uma imagem negativa do sistema político britânico. Sobre esta categoria em particular, a grande diferença na abordagem de Farage, comparando com a última campanha para as eleições parlamentares europeias, centra-se no facto de ter culpabilizado apenas uma única vez ao longo dos oito discursos os políticos que estão no PE. Nesta campanha, a crítica centrou-se quase exclusivamente na classe de políticos de *Westminster*.

Quando pensamos sobre os possíveis motivos que podem ter levado Farage a alterar a abordagem populista de uma campanha para a outra, apercebemo-nos, uma vez mais que estão relacionados com o diferente contexto então vivido pelos cidadãos britânicos. Nesta altura o RU, três anos após o referendo que ditou o fim da sua relação com a UE, ainda fazia parte da União. Este contexto político impulsionou

²³ (European Commission, 2019). Public opinion in the European Union – first results. Standard Eurobarometer 486. Report about Europeans in 2019.

²⁴ (Farage, 2019a). (Farage, 2019b). (Farage, 2019c). (Farage, 2019d). (Farage, 2019e). (Farage, 2019f). (Farage, 2019g). (Farage, 2019h).

Farage a culpabilizar a classe de políticos nacionais do impasse do Brexit, ao mesmo tempo que recorria a insultos para caracterizá-los como traidores, desleais e desonestos para com o povo britânico (Farage, 2019f). De realçar ainda o facto de Farage ter referido em todos os oito discursos que a agora culpa não era da UE, pois esta desde início manifestou uma posição clara sobre o Brexit, a culpa era única e exclusivamente da classe de políticos de *Westminster* e, para que fosse possível dar voz ao povo, era preciso “*sweep them away*” (varrer para fora) com o sistema bipartidário e com a câmara dos comuns do RU, que desiludiu e enganou os britânicos (Farage, 2019e).

Nesta linha de pensamento, depreendemos que durante a campanha às eleições parlamentares europeias de maio de 2019, Farage ofereceu aos eleitores uma nova saliência de temas e os “grandes culpados” passaram a ser exclusivamente os governantes nacionais que pareciam querer voltar atrás com a decisão em referendo (31%). Neste caso, Farage soube adaptar-se da melhor forma possível a um novo contexto e a um novo partido e afirmou-se apoiando uma agenda política nova e diferente daquela que apoiou em 2014. Farage conseguiu que novos problemas passassem a ser mais salientes e conseqüentemente mais relevantes entre o público, sendo assim possível adequar-se a um novo ciclo eleitoral (Sides, 2006). Sobre a crítica centrada exclusivamente na UE, ela foi mencionada por Farage apenas uma única vez ao longo dos oito discursos. Assim, Farage sugeriu que Bruxelas funciona como uma cúpula e que fará sempre tudo o que tiver ao seu alcance para conseguir aquilo que quer.

A segunda categoria mais salientada foi a ‘soberania popular’. Com 82 ocorrências ao longo dos oito discursos, o que corresponde a 44% do total, Farage voltou a tornar saliente a importância de as decisões do Estado-Nação serem regidas a partir da vontade do povo. A não concretização dos resultados em referendo, pelos culpados presentes no sistema político britânico, fez tornar a saliência desta categoria bastante distinta da que tinha sido dada na campanha para as eleições parlamentares em 2014 (16% vs 26%). Na campanha de 2019, a saliência serviu para esmiuçar que o facto de a vontade do povo não ter sido cumprida, fez com que a democracia ficasse comprometida, estando assim a conduzir-se para a sua queda. Neste sentido é possível determinar que um dos elementos centrais no populismo de Farage foi com o UKIP e continuou a ser com o Brexit Party – a defesa da

democracia a partir do povo. Algo que nos permite comprovar isso é o facto de Farage ter mencionado em todos os discursos que a democracia tinha sido corrompida e que a situação do impasse do Brexit tinha-se tornado um evento humilhante na história democrática da Nação. Segundo Farage (2019), para reestabelecê-la, a única solução era o povo unido contra a classe de políticos de *Westminster*, classe esta corrupta e desonesta com o povo.

Com 12 (6%) ocorrências registadas ao longo dos oito discursos concernentes à campanha de 2019, a terceira categoria mais salientada por Farage foi a 'identidade nacional'. O RU é um país que preserva tradições políticas de raízes fortíssimas: o Parlamento, que se reúne desde o século XIII, a monarquia, o direito consuetudinário e a libra são alguns dos exemplos que, se abalados, chocar-se-á com a ideia de soberania nacional britânica (Turpin e Tomkins, 2007), à qual os cidadãos são muito sensíveis. Farage sabia disso e, recorrendo à sua abordagem populista, tocou nestes temas bastante salientes entre o público britânico. É neste sentido que os temas pertencentes a esta categoria foram salientados para abordar a importância do RU voltar a ser um Estado soberano e independente como única forma de voltar a ter controlo sobre as políticas, sobre a economia e sobre as fronteiras. Temas que remetem o público para a necessidade de sentir orgulho na nação, no passado histórico e cultural e na democracia mais antiga na história das democracias. Farage não deixou passar nada e explorou sempre que possível, sentimentos que envaidessem o público britânico. Enquanto os envaidecia não esqueceu de referir que a única forma de recuperar o orgulho seria varrendo com a classe de políticos que não representa ninguém a não ser eles próprios (Farage, 2019b).

A quarta categoria a que Farage concedeu maior relevo foi a categoria 'nativismo e autoritarismo'. Do total das ocorrências que conseguimos verificar, cinco (3%) foram salientadas com a intenção de lembrar ao povo britânico a nação que outrora fora e que deveria voltar a ser.

Nos últimos anos, nas democracias liberais avançadas, o populismo está a ser visto através das lentes do nativismo e também como uma patologia perigosa que ameaça minar a democracia liberal. Tal como populismo, nativismo também é um conceito difícil de definir (Bosniak, 1997), mas por norma, é associado principalmente ao preconceito e hostilidade anti-imigrantes. As ocorrências

pertencentes a esta categoria foram salientadas quando Farage utilizou uma retórica sobre a importância de voltarem a ser um país independente, como única forma de manter esses elementos imprescindíveis intactos na Nação britânica. Ademais, para esta campanha e diferente da campanha de 2014, Farage não usou uma retórica anti-imigrantes, no entanto, foi possível verificar o nativismo cultural nos momentos em que mostrou ser um opositor a políticas multiculturais, como os programas de educação bilíngue que algumas escolas britânicas adotavam. Farage enaltecia a língua inglesa ao mesmo tempo que descredibilizava outras.

Quanto ao autoritarismo empregue por Farage, a abordagem incidiu na necessidade de o RU continuar a deter a soberania militar. Sabemos que os populistas de direita criticam o militarismo devido às suas posições nacionalistas (Balfour, *et. al.*, 2016), isto é, não concordam com a possibilidade de subsistir um exército militar europeu, tendo sido sobretudo nesse fator que Farage centrou o seu autoritarismo. Desta forma, apercebemo-nos que as ocorrências pertencentes a esta categoria foram salientadas de forma a vangloriar a soberania cultural e a soberania militar britânicas.

Sobre a questão da imigração, tão salientada por Farage na campanha de 2014 (17%), a mesma foi desvalorizada quase por completo durante a campanha de 2019 (1%). O novo desafio à integração europeia foi sintetizado pelo Brexit e esse processo conduziu a efeitos específicos no que diz respeito à imigração para o RU. Com isso, esta questão deixou de ter destaque na agenda política de vários partidos britânicos, incluindo o Brexit Party. Novamente, verificamos a importância do contexto político e social que se viveu em 2019 para o sucesso da mensagem populista. Nesta altura, não fazia sentido salientar a problemática da imigração, até porque o pico da crise já havia sido em 2015, sendo que em 2019, as taxas de imigração encontravam-se mais estabilizadas.

O foco, tal como referimos anteriormente, centrou-se sobretudo na ideia de que a democracia tinha sido corrompida e com isso o bem-estar social e político das pessoas tinha sido ignorado e traído pelos políticos corruptos (Ivaldi e Mazzoleni, 219). Farage insistiu que era necessário cumprir com a vontade do povo (Plescia, *et. al.*, 2019) e sair de uma vez por todas da UE. A soberania económica, que está ligado à ideologia nacionalista de tais partidos, é visto como um meio de restaurar o bem-estar do povo e a prosperidade da nação. Sobretudo devido ao impasse do Brexit, o

contexto vivido em 2019 era bastante diferente do vivido em 2014 e Farage concentrou-se nisso na sua luta pela prosperidade da comunidade nacional, afirmando que o Estado-Nação deveria reafirmar a sua autoridade soberana e remover a política de classes existente no RU, de forma a obter controlo exclusivo sobre as fronteiras, normas e interações internacionais, rejeitando assim a influência supranacional (Brexit Party, 2019). Assim, ocorrências que nos remetem para a categoria ‘anti-imigração’ foram apenas salientes uma única vez ao longo dos oito discursos (1%). Constatamos assim a enorme disparidade no que diz respeito à dimensão da saliência oferecida a esta categoria de uma campanha parlamentar europeia para outra.

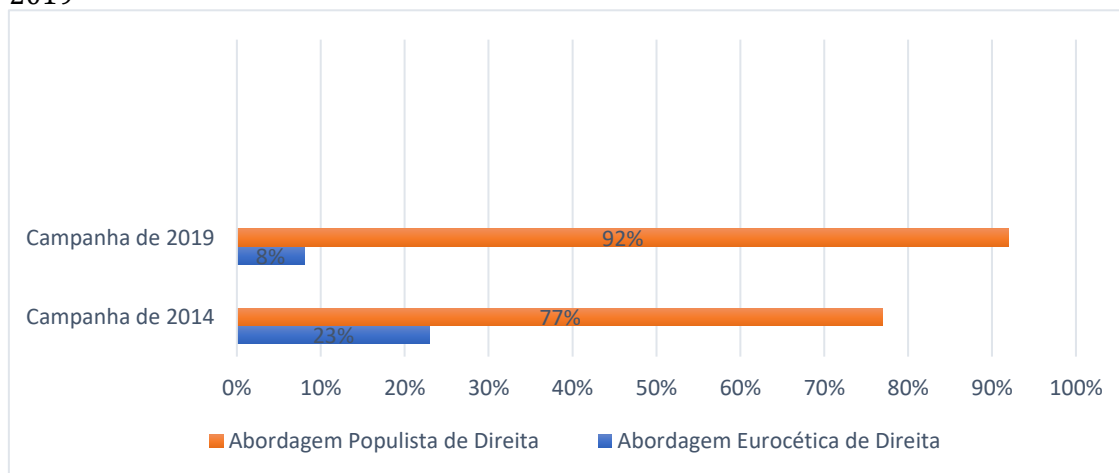
Por fim, temos as categorias ‘anti-UE’ e ‘soberania do Estado-Nação’ com duas e uma ocorrências, o que corresponde a 2% e 1%, respetivamente, do total das ocorrências registadas. A categoria ‘anti-UE’ foi salientada para lembrar ao público britânico o que procurou fazer durante 17 anos consecutivos como deputado do PE. Segundo Farage (2019e), o seu propósito foi única e exclusivamente garantir que o RU saísse, com ou sem acordo, da UE. Sobre as ocorrências correspondentes à categoria ‘soberania do Estado-Nação’, temos os temas salientados relacionados com o facto de Farage ter referido a importância de a Nação se governar sozinha.

Quanto ao euroceticismo, sabemos que na Europa este comportamento tornou-se um componente importante da nova forma de fazer política (Hooghe, *et al.*, 2002). O sistema de governação multinível, no qual os formuladores de políticas supranacionais interagem com agentes nacionais e locais (Hooghe e Marks, 2001), ofereceu aos atores eurocéticos uma oportunidade de retratar as elites supranacionais como membros detentores de poder concedido por um órgão burocrático não eleito, como é o caso da Comissão Europeia. No entanto e diferente daquilo que tinha acontecido na campanha de 2014, Farage, apesar de ter reconhecido o recém-criado Brexit Party como eurocético, não focou em nenhum destes temas nos discursos analisados. Para esta campanha, Farage focou-se sobretudo na abordagem populista de direita para conseguir alcançar os objetivos a que se tinha proposto. Ainda assim, houve um momento em que Farage utilizou uma abordagem eurocética de direita, como demonstrado pelo facto de ter mencionado a importância do RU ser um Estado-Nação soberano.

Para finalizar, importa mencionar que não detetamos ocorrências subjacentes à categoria ‘anti-elites supranacionais’ em nenhum dos discursos analisados. Por norma, as crises fornecem terreno fértil para fortalecer a oposição às elites supranacionais (Usherwood e Startin, 2013), mas, apesar de em 2019 o RU estar a vivenciar uma crise política com o impasse do Brexit, Farage não considerou pertinente salientar nenhum desses temas durante a sua campanha.

Terminando, importa referir que não foi visível em nenhum dos discursos por nós analisados o uso de uma abordagem característica do euroceticismo e do populismo de esquerda. Assim, e depois de analisarmos o conteúdo dos oito discursos, chegamos à conclusão de que Farage saiu vitorioso empregando 92% de uma abordagem populista de direita, contra 8% de uma abordagem eurocética de direita. No gráfico 2 apresentado a baixo, expomos os números que representam a quantificação de unidades de análise identificadas ao longo dos 16 discursos.

Gráfico 2. Abordagem eurocética e populista de direita no discurso de Farage em 2014 e 2019



4.3. Discussão Final

Cabe agora espaço para as respostas às nossas inquietações. Assim, os dados coletados para determinarmos se Nigel Farage se comportou como um líder partidário eurocético de direita ou, pelo contrário, populista de direita permitiram-nos responder à nossa pergunta de investigação central e demonstram que, este ator utilizou uma abordagem populista de direita, como estratégia para ganhar as

eleições parlamentares europeias com 77% de teor populista em 2014 e 92% em 2019. Importa realçar que, na campanha de 2014 (discursos e manifesto), as três principais categorias salientadas por Farage pertencem ao populista de direita (anti-*establishment*, soberania popular e anti-imigração), ao passo que, na campanha de 2019, as três principais categorias realçadas não pertencem somente a temas subjacentes de uma abordagem populista de direita (anti-*establishment* e soberania popular), sendo que a terceira categoria mais vezes salientada pertence a uma abordagem eurocética de direita (identidade nacional). Assim, compreendemos que, apesar de Farage ter utilizado uma abordagem populista de direita mais forte em 2019 (92%), fazendo um paralelo por categoria, a campanha de 2014 ofereceu maior destaque a três das cinco categorias provenientes de um discurso populista de direita, ao passo que na campanha de 2019 Farage destacou essencialmente duas categorias em cinco.

Na campanha de 2014, somos capazes de deduzir que o discurso eurocético fez impulsionar sentimentos de identidade e pertença e, com isso, fez com que se caminhasse para a necessidade de um referendo sobre a saída do RU da UE. No entanto, foi o discurso populista que fez fortalecer sentimentos discriminatórios e xenófobos entre os eleitores. Por outro lado, pressupõe-se que o discurso populista empregue por Nigel Farage nas eleições europeias de 2019 favoreceu e impulsionou nos eleitores uma grande revolta e desilusão pelo governo. Tudo isto foi alcançado pelo líder político, com sucesso, em virtude do contexto político vivido na altura das duas campanhas. Sobre isso, clarificaremos mais à frente.

Apresentamos agora o *Gráfico 3* e o *Gráfico 4*, em que clarificamos a saliência prestada às categorias eurocéticas e populistas identificadas e analisadas nos 16 discursos de Farage.

Gráfico 1. O euroceticismo e o populismo de direita no discurso de Farage (2014)

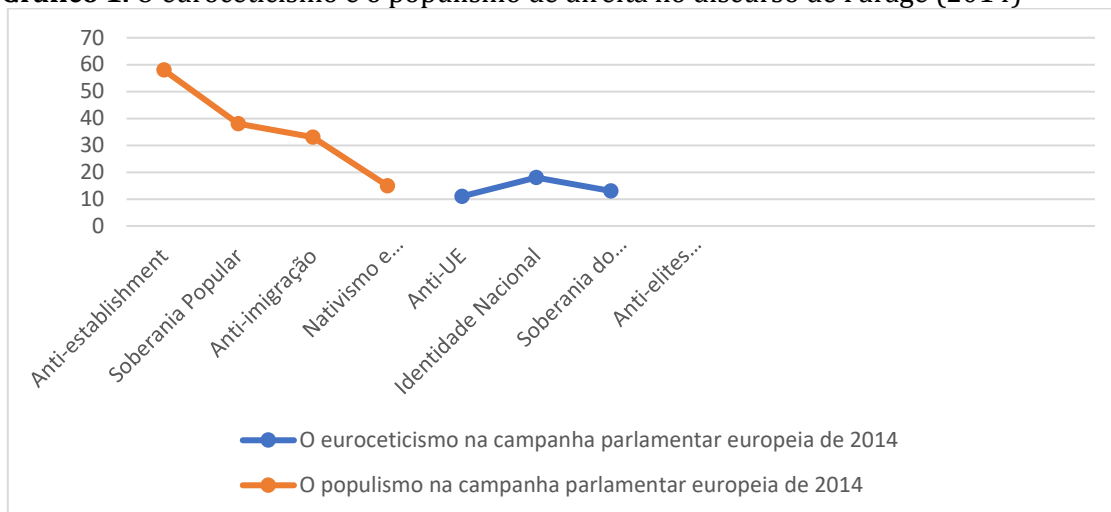
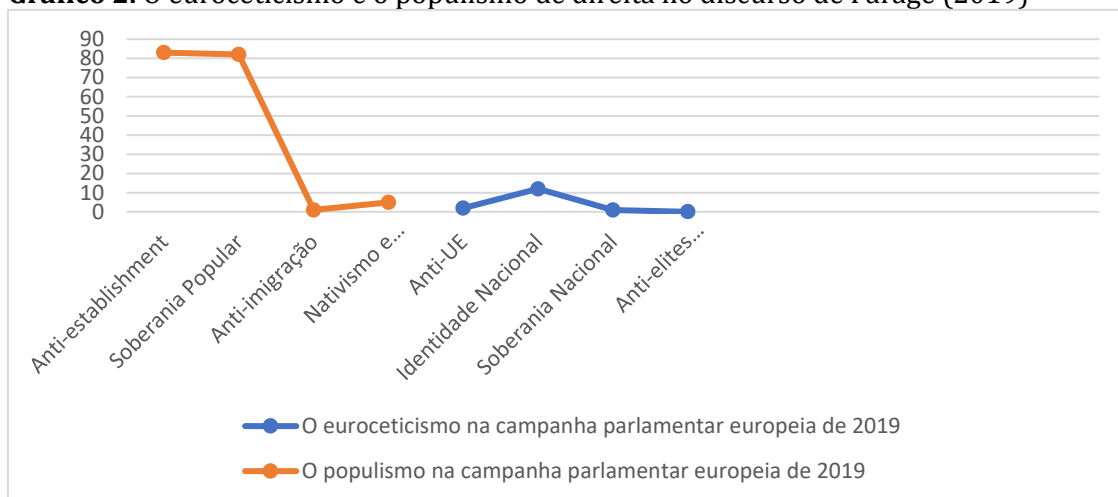


Gráfico 2. O euroceticismo e o populismo de direita no discurso de Farage (2019)



Os resultados aqui apresentados permitem tirar conclusões significativas acerca da abordagem populista de Farage. No que diz respeito ao populismo, a saliência dada às categoria ‘*anti-establishment*’ e ‘soberania popular’ aumentaram (45% e 44%, respetivamente) comparativamente à campanha de 2014 (31% e 19%, respetivamente), enquanto a categoria ‘anti-imigração’ e ‘nativismo e autoritarismo’ diminuíram em 2019 (1% e 3%, respetivamente) em relação à campanha de 2014 (17% e 8%, respetivamente). Quanto à saliência prestada a temas provenientes de um discurso eurocético, todas as categorias sofreram uma diminuição em 2019 (8%) quando comparado com a campanha de 2014 (23%). Assim, comparando ambas as campanhas, conseguimos verificar que este ator utilizou uma abordagem populista de direita mais forte na campanha de 2019 (92%). O aumento na saliência

das duas primeiras categorias (*anti-establishment* – 31% vs 45% e soberania popular – 19% vs 44%), assinaladas como pertencentes a uma abordagem populista de direita, indica-nos que as mesmas foram imprescindíveis para Farage ganhar novamente as eleições de 2019.

A política como nós a conhecemos funciona como uma luta pelo poder, em que a forma para o conseguir passa por defender e colocar em prática certas ideias políticas, económicas e sociais. Desta forma, torna-se mais simples compreender o papel fundamental da linguagem no que diz respeito ao reconhecimento de novos valores na vida social, mas também à capacidade de mover o poder. A política é praticada sob a preocupação de exercer poder, o poder de tomar decisões, controlar recursos e controlar as pessoas, os seus comportamentos e valores (Wodak, 1989). Farage revelou ser um líder capaz de convencer os cidadãos britânicos de que seria o único líder realmente comprometido, ou seja, o único capaz de representar, verdadeiramente, os cidadãos. Assim, entendemos que a linguagem desempenha um papel bastante crucial, pois toda a ação política é preparada, acompanhada, influenciada e desempenhada pela linguagem (Bhatia, 2006). Nesse processo, a forma como os políticos o fazem, ou seja, a forma como convencem o eleitorado, é muito influenciada pela forma como a transmitem. Farage foi um líder que soube persuadir o eleitorado, e a partir do melhor uso da linguagem e da melhor escolha dos temas a salientar, conseguiu, por duas vezes consecutivas ganhar as eleições parlamentares europeias (2014 e 2019).

Sobre a atuação de Farage no PE e clarificando sobre a premissa de eurocético, verificamos, após analisarmos os discursos, que este não se opôs à integração europeia apenas para abordar a necessidade do RU deixar de fazer parte da União, ou porque não concordava com os moldes com que ela se estava a desenvolver, ou até porque se preocupava em ser um eurodeputado presente no PE para culpar a UE dos problemas nacionais, tal como a literatura o designa (Brack, 2015; Pierini, 2016; Baronia, 2017). Contrariamente a esta ideia, Farage foi veemente opositor à integração europeia ao nível nacional, disseminando informações negativas sobre a UE e sobre o sistema político de forma a responsabilizá-los pela fragilidade e/ou o declínio do bem-estar social e económico dos britânicos, tendo por isso reivindicado pelo restabelecimento das grandes

corporações e instituições governamentais britânicas para colocá-las, novamente, nas mãos do povo (Ivaldi e Mazzoleni, 2019).

Os partidos populistas são comumente assumidos como portadores naturais de visões eurocéticas (Mudde 2007; Hooghe, *et. al.*, 2002) sendo a questão anti-UE reconhecida como um traço de identificação da ideologia desses partidos. Nigel Farage, enquanto líder do UKIP entre 2010-2016, foi considerado um líder capaz de influenciar facilmente o seu eleitorado (Crines e Heppell, 2017). O facto de Farage ter tornado saliente o euroceticismo foi uma ferramenta determinante para que conseguisse abordar temas mais sensíveis, sem parecer um populista de direita. Apesar de o UKIP ter tido uma tradição eurocética, essa tradição fundadora mostrou ser uma limitação ao seu desenvolvimento. O UKIP nasceu como um partido centrado num único assunto, a defesa da saída do RU da UE, mas, tal como foi possível comprovar com a análise de conteúdo que realizamos aos discursos, Farage não foi um simples eurocético, mas sim um líder que aplicou o euroceticismo na sua abordagem populista.

Além dos resultados da análise já efetuada, algo que também nos permite comprovar isso mesmo está interligado com o facto de o sucesso do populismo de direita ser multicausal (Wodak, 2001), isto é, estes partidos não são partidos de uma única questão, tal como os partidos eurocéticos de direita e Farage, nunca se restringiu apenas a uma questão no Manifesto do UKIP, nem em nenhum dos discursos analisados. Assim, enquanto líder do UKIP, Farage baseou-se na articulação do nacionalismo britânico contra a UE e contra os migrantes. Dito isto, também não há dúvida de que a retórica anti-imigrante é central nas 'plataformas' destes partidos (Fennema, 1997). Os populistas de direita mobilizam os eleitores que temem a imigração, especialmente em contextos de desemprego, de globalização e de desconfiança dos políticos (De Cleen, 2016). O aumento da imigração é por isso percecionado como uma fonte de queixas que cria enormes oportunidades para a direita populista.

Enquanto líder do Brexit Party, a abordagem populista incidiu na crise da economia de bem-estar social. Segundo Mudde (2007) e Betz (1994), além da busca pelo nacionalismo, o populismo de direita também enfatiza o bem-estar social como principal resposta económica e Farage fez isso afirmando que esse bem-estar só seria possível concretizando o processo Brexit. Essencialmente na campanha de

2019, Farage centrou bastante a sua mensagem na crise democrática que estava a ser vivenciada pelo público britânico. Desta forma, Farage referiu que um voto no Brexit Party serviria como um substituto para um novo referendo sobre a questão de deixar ou não a UE (Farage, 2019).

Quanto às semelhanças verificadas entre as duas campanhas, Farage procurou centrar muitas vezes a sua mensagem na força da Nação britânica (nativismo – 4% vs 1%), na necessidade de colocar ordem e estabilidade social e cultural no RU (autoritarismo – 4% vs 2%) e na necessidade de o povo estar unido contra a elite desonesta e traidora (populismo) (Mudde, 2007). Apesar de existir literatura (Rupnik, 2007; Van Reybrouck, 2016; Haskell, 2018) que considera que os partidos populistas de direita são prejudiciais para a democracia com o seu discurso anti-democrático, importa realçar que os dois partidos analisados no presente estudo se organizam dentro de um sistema democrático, mas em contrapartida, reconhecem-se como desafiadores do poder e dos valores das elites.

Em ambas as campanhas, este líder usou frequentemente o discurso populista de forma a conseguir manipular o povo. Farage jogou com as emoções populares, faz promessas irresponsáveis e alimentou uma atmosfera de inimizade e desconfiança em relação às elites políticas (Betz, 2004; Rooduijn e Akkerman, 2015 e Mouffe, 2018), criando assim um clima favorável para reforçar a confiança e o apoio ao seu partido. Tudo isto foi feito de forma eficaz e por isso, parece-nos que podemos caracterizar o discurso populista de Farage pela sua simplicidade e eficiência, com um forte apelo ao "senso comum", ou seja, tanto numa campanha como noutra, as medidas deste líder foram apresentadas como políticas de senso comum (Farage, 2014 e 2019).

O populismo no RU ganhou força com Farage uma vez que este fez com que os cidadãos se "levantassem" contra o que consideravam um *establishment* enraizado de "elites" no governo (Mudde e Kaltwasser, 2017), na indústria, mas também em outras instituições, e que pareciam ignorar as preocupações dos cidadãos, tornando-se assim, Farage, a melhor opção. É essencialmente devido a esta presumível elevada representação democrática, que os partidos populistas exercem uma força decisiva para influenciar negativamente a opinião pública em relação à UE, sendo que aquilo que difere entre eles é a forma como exercem essa influência. Assim, foi o promover de uma imagem de incapacidade de o sistema

político britânico dar conta das políticas impostas pela UE que potenciou o facto de este ator ter sido tão bem aceite pelo público britânico.

Os partidos populistas têm por hábito proferir uma retórica que nos remete para uma crise democrática, o que faz com que o eleitorado se sinta insatisfeito (Castells, 2018). Assim, o contexto de crise, bem como o crescimento eleitoral de diversos partidos com tal comportamento na Europa resultaram numa atenção redobrada sobre os motivos que têm levado a um determinado tipo de evolução da mensagem, ou seja, que tipo de abordagem poderá estar a ser empregue por estes líderes de forma a serem vistos pelo eleitorado com uma possibilidade tão viável.

Nesta ordem de ideias, respondemos à nossa pergunta de investigação secundária ao verificar que as abordagens de Farage foram populistas de direita e ao mesmo tempo distintas em virtude do contexto político e social britânico vividos durante as campanhas, contextos estes que foram imprescindíveis para o sucesso da mensagem populista de direita.

O contexto que estava a ser vivido pelos britânicos favoreceu e bastante a alteração na saliência das mesmas e conseguimos com a análise encontrar evidências e elementos suficientes para suportar esta premissa. Em tempos de crise, as eleições europeias de 2014, além de demonstrarem uma ascensão de pensamentos extremistas, trouxeram também à tona a insatisfação da população com a política atual, e isso pode também ser traduzido olhando para o elevado número de abstenções que chegou a 43,09%²⁵ do total de eleitores da UE. O populismo é um estilo de retórica política, utilizado com o objetivo de mobilizar o eleitorado contra a estrutura de poder em vigor na sociedade (Jagers e Walgrave, 2007) e, tanto em 2014 como em 2019, o sistema político britânico estava a vivenciar uma crise socioeconómica, o que potenciou o sucesso da mensagem populista de direita empregue por Farage.

Tirando proveito do contexto, Farage construiu o imigrante como uma ameaça à economia e à classe trabalhadora. Essa construção básica compreendeu alguns elementos distintos. Primeiro, o início da migração dos países do leste Europeu e, segundo, os ataques terroristas na França, Bélgica e Espanha foram propositadamente ligados por Farage para argumentar que as fronteiras abertas da

²⁵ (De Sio, Emanuele e Maggini, 2014). Taxas de participação em cada país da UE na sua totalidade ao longo do tempo (%). Fonte: TNS / Scyt em cooperação com o Parlamento Europeu e os Ministérios da Administração Interna.

UE tornam o RU menos seguros (Goodwin e Heath, 2016). A saliência neste assunto permitiu-lhe sugerir que, restabelecendo as fronteiras, recuperar-se-ia a democracia e tornar assim, a Grã-Bretanha novamente segura.

Existem diversas condições sociais e políticas dentro dos espaços contemporâneos que permitem e muitas vezes legitimam o cultivo do ódio e a sua propagação em forma de política e manifestações da sociedade. Foi em contexto de grande crise socioeconómica que o UKIP lutou por mais autonomia e representação, tendo em 2014 conduzido o RU para a preferência por mudanças e medidas mais radicais, tornando habitual a existência de propostas xenófobas, austeras e anti-migratórias (Hopkins, 2010). O favorecimento de partidos populistas de direita na altura das eleições europeias de 2014, como o UKIP refletiu o descontentamento da população com a falta de representatividade dos cidadãos pela política europeia, o que trouxe à tona um sentimento de mudança no meio político (Horowitz, 1993).

Do ponto de vista empírico, as contribuições pioneiras de Riker (1993) e Petrocik (1996) analisam como os partidos enfatizam diferentes temas políticos nas suas campanhas. A ideia subjacente é que os partidos, durante a campanha eleitoral, podem beneficiar em termos de votos, enfatizando alguns temas mais do que outros. Desta forma, é possível verificar que, devido ao contexto político no RU ser diferente, a estratégia populista de direita teve de ser alterada, uma vez que seria incongruente culpabilizar a UE e a crise migratória do que acontecia no RU, até porque a saída da União estava agora nas mãos do governo britânico. Em 2019 o contexto foi marcado pelas consequências do referendo sobre o Brexit. O enorme impasse político tornou a questão facilmente mobilizada por qualquer partido populista. O Brexit Party não foi exceção, tendo assim saído favorecido com a sua abordagem e apelo ao povo para ser unir contra as elites que tinham rejeitado a democracia.

Em 2019, Farage tirou novamente proveito do contexto e alterou a sua retórica anti-migratória para uma retórica mais centrada na concretização do processo Brexit e, com isso, no fracasso da democracia com a não implementação da decisão em referendo. Na altura das eleições o sistema político vigente estava a passar uma crise política, pois não tinha conseguido dar conta das demandas do público com a concretização do decidido em referendo e, por isso, as mesmas foram articuladas por alguém que, a partir de uma abordagem populista e em torno de uma representação simbólica (a força da Nação britânica), soube dar força a significados

vazios (Laclau, 1996). Esse significado vazio, no populismo, é geralmente conseguido em nome de um líder carismático, tendo sido Nigel Farage o carismático líder que soube convencer o eleitorado de que ele, era, entre os demais, a melhor escolha.

Com o Brexit Party, Farage foi igualmente capaz de convencer os cidadãos britânicos a se movimentarem contra o governo em exercício. Ao longo de toda a campanha, Farage desafiou o *status quo* em temas e elementos políticos centrais do sistema político britânico. Assim, importa referir que o sucesso eleitoral não dependeu estritamente da realidade do contexto, mas também da construção de um entendimento "nós contra eles" (Barr, 2009), entendimento esse que foi alcançado por Farage a partir da saliência que ofereceu a determinadas ideias. Em termos políticos, o populismo de Farage foi conseguido a partir de um grande esforço na tentativa de destruir a viabilidade das instituições estabelecidas e controladas pelas elites do RU. Em lugar destas, deveria ser colocado alguma voz real, direta do povo (Kitschelt e McGann, 1995), voz esta encarnada em Farage.

Sabendo de tudo isso, o certo é que os partidos populistas têm vindo a tornar-se cada vez mais presentes na política atual e com potencial para ter um impacto real nas escolhas dos cidadãos (Kriesi, 2014). Além disso, estes partidos procuram transmitir uma mensagem de que o principal interesse passa por representar o povo esquecido e traído (Rooduijn e Pauwels, 2011). Tudo isto caracteriza Farage e a nossa análise ajudou-nos a comprovar isso mesmo. Resumindo, nas eleições europeias de 2014, o UKIP tirou proveito do contexto de crise socioeconómica e ganhou as eleições com uma campanha focada nos presumíveis danos em pertencer à UE e na problemática da imigração e do desemprego, por outro lado, em 2019, o Brexit Party ganhou as eleições com uma campanha centrada no contexto de crise política com o impasse do Brexit e na leviandade que a classe de políticos demonstrou em concretizar a vontade do povo e, por isso, uma campanha baseada essencialmente na oposição à classe política.

Antes de terminar a nossa reflexão, importa explicar o porquê de não termos encontrado temas provenientes de uma abordagem eurocética e populista de esquerda. Quanto ao euroceticismo de esquerda, e uma vez que a sua base eurocética procura respondera às dificuldades económica e às políticas de austeridade geradas pela crise, importa mencionar que em nenhum momento ao

longo da análise elaborada aos 16 discursos de Farage e mesmo ao Manifesto do UKIP (2014) foi visível uma preocupação por parte deste líder nesses temas (0%). Ademais, os partidos eurocéticos de esquerda rejeitam a integração europeia com o argumento de que isso prejudica aqueles que não podem tirar proveito da mobilidade transnacional (Hooghe e Marks, 2018), enquanto para Farage, o problema centrava-se no facto de haver um elevado número de pessoas (não nativos) a usufruir desse mesmo direito.

Quanto ao populismo de esquerda, e apesar de neste espectro o populismo centrar-se, tal como o de direita, no povo, este inclui tanto os imigrantes quanto todo o povo trabalhador de um país. Aqui, os adversários do povo não são os imigrantes, mas sim as grandes corporações transnacionais e todas as forças da globalização neoliberal (Mouffe, 2018). Assim, denotamos uma grande diferença quando comparado com a abordagem de Farage, uma vez que este centrou a sua retórica na ideia de que os imigrantes “roubavam” os empregos aos britânicos, o que os tornava como “os grandes culpados” da recessão económica. Ademais, o populismo de esquerda centra-se e organiza-se contra uma determinada elite económica. Uma vez mais, observamos uma distinção quando comparado com a abordagem utilizada por Farage, uma vez que em nenhum momento este líder centrou a sua mensagem numa elite económica (0%).

CONCLUSÃO

Nesta dissertação procurou-se investigar se Nigel Farage, líder reconhecido como eurocético, utilizou ou não uma abordagem populista de direita como estratégia para ganhar as eleições parlamentares europeias de 2014 e 2019. Antes de mais, importa lembrar que o período de análise desta dissertação estendeu-se entre 2013 a 2019, sendo que o estudo de caso foi o líder Farage com recurso aos dois partidos que o mesmo liderou nas campanhas de 2014 e 2019 (UKIP e Brexit Party). Para conseguir responder às perguntas de investigação, no centro desta está uma abordagem metodológica baseada na análise de conteúdo de 16 discursos tornados públicos pela rede *YouTube* na altura das campanhas às eleições. Além dos discursos, a análise de conteúdo também incidiu sobre um manifesto eleitoral, aquele que foi tornado público pelo UKIP para as eleições parlamentares europeias de 2014. A elaboração deste estudo possibilitou-nos compreender, a partir das categorias de análise previamente elaboradas sobre a abordagem dos partidos eurocéticos e populistas, quais os temas que mais vezes foram salientadas pelo líder. Simultaneamente, e através de uma reflexão sobre o contexto político vivenciado pelos britânicos na altura das duas campanhas, procurou-se compreender de que forma o mesmo impulsionou a existência de uma abordagem distinta, ainda que populista de direita. É por isso possível distinguir na análise – pré-Brexit (2013-2016) e pós-Brexit (2016-2019). Neste capítulo será apresentado e discutido de forma reflexiva e crítica as conclusões que conseguimos chegar com a realização desta dissertação.

Tal como já exploramos anteriormente, sabemos que as alterações no seio do PE surgiram sobretudo com o tratado de Maastricht em 1992, com particular destaque para a introdução do procedimento de codecisão (hoje designado procedimento legislativo ordinário) em políticas do então “primeiro pilar”. Com a implementação deste Tratado, surgiram também políticas intergovernamentais nas áreas da política externa, da segurança e dos direitos fundamentais (como por exemplo a Política Externa e de Segurança Comum – “primeiro pilar”, a Cooperação nos domínios da Justiça – “segundo pilar” e Assuntos Internos – “terceiro pilar”) e, tudo isto, conduziu a UE a incorporar dimensões políticas mais flexíveis (Cram, *et. al.*, 1999).

Foi neste novo contexto de integração que surgiram duas novas premissas relativamente aos fatores que movem o euroceticismo (“ameaça” étnica e terrorismo). Em primeiro lugar, o foco da UE mudou. Nos anos 90, mais precisamente durante o período em que foi formalmente criado o tratado de Maastricht, a UE deu uma reviravolta implementado políticas mais sociais (Hooghe e Marks, 2005) e essas políticas recém-implementadas alteraram o contexto europeu e afetaram a opinião pública no que diz respeito a questões culturais. A esse respeito, considerou-se que foi essencialmente desde essa altura, que muitos cidadãos passaram a olhar para a etnia como uma fonte de ameaça (*Ibidem*, 2005). Além da questão étnica, houve uma sequência de ataques terroristas que também fizeram intensificar o euroceticismo. É então desta forma que a política social europeia (de Vreese, *et. al.*, 2008) se fortaleceu na década de 2000, sendo nessa mesma altura que as pessoas começaram a oferecer maior credibilidade a partidos que promettessem reformas radicais no que diz respeito à migração e à possibilidade de adquirir nacionalidade de um Estado-Membro da UE (Kriesi, *et. al.*, 2006). Os partidos populistas viram aqui uma oportunidade sem precedentes para adquirir notoriedade e credibilidade junto dos eleitores.

Após nos debruçarmos em torno de toda a evolução conjuntural do processo de integração europeia, apercebemo-nos da importância de estudar partidos como o UKIP e o Brexit Party. As abordagens críticas sobre o projeto europeu por parte destes partidos surgiram num momento que podemos considerar como crítico, onde as discussões sobre os objetivos fundamentais da UE entraram no debate público. Por isso, abordar questões que nos remetam sobre o futuro da integração europeia continuarão a ter uma influência significativa no debate político em cada um dos Estados-Membros e, portanto, a literatura nesse âmbito em particular constitui uma mais-valia.

Mediante o estudo que elaboramos, fomos capazes de descrever criticamente uma nova realidade e apesar de termos partido de duas hipóteses, o certo é que ainda não tínhamos uma resposta pré-formatada e, portanto, precisávamos necessariamente de efetuar a análise para verificar se Nigel Farage adotou de facto uma abordagem populista de direita nas campanhas para as eleições europeias de 2014 e 2019. Assim, sobre a análise, a conjugação dos discursos oficiais analisados com os dados obtidos a partir da bibliografia coletada sobre a distinção e a

abordagem de partidos eurocéticos e populistas permitiu-nos responder às nossas perguntas de investigação (central e derivada). Como resposta à nossa pergunta central, o pendor ideológico dos temas salientados por Nigel Farage nas campanhas para as eleições europeias de 2014 e 2019 foi populista de direita, e esse mesmo pendor possibilitou-lhe a vitória. Importa também referir que Farage não descorou por completo de utilizar nos seus discursos temas provenientes de uma abordagem eurocética de direita (anti-UE, identidade nacional e soberania do Estado-Nação), todavia essa mesma abordagem, embora presente, foi numa percentagem reduzida. Ademais, e como resposta à nossa pergunta derivada, as campanhas de 2014 e 2019, ainda que no mesmo pendor ideológico, foram distintas em virtude do contexto político vivido pelos britânicos, ou seja, depois de identificarmos o pendor ideológico (pergunta de investigação central) conseguimos explicar de que forma Farage adequou os temas salientados em função do contexto (pergunta de investigação derivada). Então, podemos concluir que as hipóteses inicialmente formuladas confirmam-se.

Em 2014 o contexto político da maioria dos Estados-Membros estava a ser condicionado pelas crises, designadamente a económica, financeira, migratória, social e política. Foi nesta conjuntura que reapareceu uma nova vaga de partidos populistas, que não apenas mobilizaram os eleitores com temores económicos ou com maior sensibilidade a questões de distribuição, mas também um protesto igualmente importante contra os défices institucionais nos sistemas políticos, deixando assim os cidadãos insatisfeitos. O RU, apesar de não ter sentido de forma severa os efeitos da crise económica e financeira, comparado com outros Estados como a Grécia, Espanha e Portugal, viveu, ainda que de forma menos problemática a crise migratória, social e política. Em altura de súbito dilema transnacional, como é exemplo a crise migratória, os governos democráticos não conseguiram proporcionar soluções políticas eficazes para resolver os problemas sociais e, como tal, essa falta de resposta abriu caminho para os líderes populistas prosperarem (Foa, *et. al.*, 2020). Aproveitando-se do contexto, Farage posicionou praticamente toda a sua campanha nos efeitos da crise migratória e, implementando uma imagem de incapacidade de o sistema político britânico dar conta das políticas impostas pela UE, conseguiu ser considerado pelo público britânico como a escolha mais acertada entre os demais.

Quanto a 2019, e tal como já referimos, o contexto foi totalmente distinto do que havia sido quatro anos antes. A implementação do Brexit ofereceu um exemplo claro de uma retórica de crise (Kiewe, 1994). Assim, a crise no RU instalou-se com o impasse do Brexit e na ideia projetada de que o povo e os princípios da democracia tinham sido ignorados. Este contexto foi favorável para o uso de uma abordagem populista, tornando possível unir uma mensagem direcionada para o povo que é soberano e que se deve unir contra aqueles que foram desonestos e que comprometeram os fundamentos da democracia. As crises deram aos partidos a oportunidade de culpar não apenas a UE, mas mais precisamente o *establishment* pela sua incapacidade de reduzir a instabilidade dos sistemas políticos e sociais de bem-estar (Pajnik e Sauer, 2017).

Esta dissertação mostra-nos que, tal como verificado no capítulo antecedente, a oposição ao *establishment* foi a categoria na qual se regista uma maior saliência nas duas campanhas. Farage apelou em todos os discursos a uma retórica específica, uma vez que apoiou a ideia da importância de o povo se unir contra a classe de políticos britânicos. Além disso, tirou proveito de um descontentamento por parte dos cidadãos decorrente da percepção que não detêm de poder. A solução oferecida por Farage baseou-se na substituição do sistema político, de forma a ser possível representar com mais eficiência os interesses dos cidadãos comuns (Barr, 2009). Parte do sucesso de Farage deveu-se à sua capacidade política de convencer potenciais apoiantes de que ele era realmente um opositor a qualquer estrutura de poder que coloca a democracia em causa ao não representar o povo. Em consonância com a ideia populista, Farage apresentou-se como o único político experiente, trabalhador e corajoso o suficiente para combater as irregularidades do *establishment* (Starck, 2020). Assim, a oposição ao *establishment* foi a principal característica na abordagem populista de direita de Farage.

A transferência de soberania para estruturas supranacionais foi sempre vista, com a ajuda de Farage, como uma ameaça à unidade nacional, à cultura nacional e à população britânica. O populismo depende de um tipo de encantamento que, no caso deste líder partidário, foi conseguido a partir da sua capacidade em representar e falar pelo povo esquecido. Assim, o seu sucesso dependeu, para além da retórica anti-*establishment*, da ideia de soberania popular, que significava a devolução do poder ao povo britânico (Brubaker, 2017). Ao mesmo tempo que

falava pelo povo, o populismo de Farage prosperou com a falta de fé no funcionamento da política representativa.

Deste modo, consideramos que o nosso trabalho contribui para um melhor entendimento sobre o discurso populista bem como para a compreensão e distinção dos dois discursos (eurocético e populista). Ademais, o nosso estudo permitiu fortalecer uma ideia, já demonstrada por outros investigadores (Heinisch, 2003; Otjes e Louwerse, 2015; Von Beyme, 2013), que é o facto de uma crise (no caso britânico, uma crise política) ser capaz de gerar enormes repercussões na agenda política e mesmo na forma de fazer política. Podemos por isso afirmar que os objetivos traçados para esta investigação foram atingidos. Ainda assim, importa de igual forma referir algumas das limitações da investigação. A principal limitação com a qual nos deparamos foi a linha ténue que sentimos em determinadas dimensões do discurso eurocético de direita e do discurso populista de direita.

Sobre a investigação futura, seria interessante explorar outros partidos que se intitulam de eurocéticos, mas que, em boa verdade, adotam uma abordagem populista para conseguirem alcançar maior visibilidade. Isto porque provavelmente as estatísticas de partidos eurocéticos sofreriam enormes alterações. Além disso, parece-nos importante compreender de que forma se está a interpretar o populismo no sistema político, isto é, quais os princípios, qual a essência que está a ser associada a este conceito nos diferentes sistemas políticos. Ademais, parece-nos pertinente estudar o caso de Farage após a saída oficial do RU da UE.

Importa não descurar da importância em continuar a estudar a força do populismo nos dias de hoje. Nos últimos anos, o conceito de populismo inspirou muita discussão e, ao mesmo tempo, muita confusão. Foi descrito de várias maneiras até que alguns duvidaram da sua utilidade analítica, uma vez que aparenta ser demasiado vago para nos dizer algo significativo sobre a política. Com base nos desenvolvimentos de Mudde (2004), argumenta-se que o populismo deve ser considerado uma ideologia que, embora de uso analítico limitado, transmite um conjunto distinto de ideias sobre o político que interage com as tradições já estabelecidas. Todavia a afirmação de que o populismo é uma ideologia requer uma declaração clara de suposições ontológicas que até então não foram explícitas e, portanto, uma hipótese de estudo seria explorar isso mesmo.

Para terminar, importa refletir sobre uma possibilidade de transmissão da mensagem populista como uma forma distinta de política afetiva: isto é, o que torna o populismo distintivo não é tanto o seu apelo retórico ao “povo”, mas, como Canovan aponta, o facto de o populismo exhibir um “humor” muito particular e característico (1999). Segundo a autora, nestes termos, poderíamos encontrar um tipo ideal de populismo. Este ideal está relacionado com a emergência da patologia na democracia representativa tradicional e, portanto, apelar por uma maior legitimidade do povo não poderia ser visto como algo de negativo. Canovan (1999) comenta que, desta forma, o populismo político transforma a política em uma campanha para salvar o país ou promover uma grande renovação. Em particular, este populismo apela a um povo ou Nação que devem manter-se unidos contra as estruturas de poder existentes, acusadas de dividi-los. Este tipo de discursos envolvem um estilo específico de política a partir de uma linguagem simples e direta. Desta forma, aquilo que muitos apontam como algo negativo (Gifford, 2006; Wodak, 2003; Hawkins, *et. al.*, 2012) pode também ser visto como positivo pois, este estilo discursivo pode ser olhado como a única forma de chegar a todos os cidadãos.

Não há dúvida de que o populismo está em ascensão na Europa contemporânea e o caso de Farage mostra-nos que há de facto partidos populistas a conseguir estabelecer-se de maneira duradoura como fortes atores políticos nos países em que atuam. Ainda sobre o ressurgimento de partidos populistas, importa ter em mente que as crises funcionam mais como um catalisador para a insatisfação do povo relativamente ao sistema político que vigora, e não propriamente um reflexo do crescimento de valores radicais na sociedade civil (Tyler, 2001). Porém não deverá ser descurado se a insatisfação política se mantiver por um longo período.

Poderia parecer razoável esperar que os partidos tradicionais e, mais ainda, os partidos governantes apresentassem uma perspetiva favorável à UE (Taggart e Szczerbiak, 2013) para fazer frente a estes novos partidos que têm vindo a ganhar cada vez mais força. Porém o pessimismo e o ceticismo em relação à UE não são apenas uma realidade presente nos partidos populistas de direita, pois por vezes são também vistos como uma estratégia para alcançar um maior número de votos, tal como foi exemplo a campanha para o Brexit – *Vote Leave* – conduzida por vários elementos do partido do UKIP, e também do Partido Conservador.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

- Comissão Europeia (2017). Artigo 50.º do Tratado da União Europeia. Acedido a: 15/09/2019. Disponível em: [https://europa.eu/rapid/press-release MEMO-17-648_pt.pdf](https://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-17-648_pt.pdf)
- Eurobarometro (2019). Special Eurobarometer 486: Europeans in 2019. Acedido a: 16/09/2019. Disponível em: http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2225_91_2_486_ENG
- Parlamento Europeu (2014). Resultado das eleições europeias de 2014 pelo Reino Unido. Disponível em: <https://europarl.europa.eu/election-results-2019/pt/resultados-nacionais/reino-unido/2014-2019/sessao-constitutiva/>
- Parlamento Europeu (2014). Distribuição dos lugares por grupo político. Acedido a: 28/11/2019. Disponível em: <https://europarl.europa.eu/election-results-2019/pt/resultados-nacionais/reino-unido/2014-2019/sessao-constitutiva/>
- Parlamento Europeu (2019). Resultados das eleições europeias de 2019. Acedido a: 28/10/2019. Disponível em: <https://europarl.europa.eu/election-results-2019/pt/resultados-nacionais/reino-unido/2019-2024/>
- UK, The Electoral Commission (2016). EU Referendum Results. Acedido a: 14/12/2019. Disponível em: <https://www.electoralcommission.org.uk/who-we-are-and-what-we-do/elections-and-referendums/past-elections-and-referendums/eu-referendum/results-and-turnout-eu-referendum>
- UKIP Manifesto (2014). Create na earthquake. Acedido a 15/04/2020. Disponível em: <http://www.manifesto.com/documents/ukip-european-election-manifesto-2014/>
- Farage, N (2014a). Nigel Farage: The European Dream is Crumbling. Acedido a 18/04/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4FdbIVa2j0>
- Farage, N (2014b). Nigel Farage Talks To Kay Burley About 'Racist' UKIP Posters. Acedido a 18/04/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nd5zP-P8EE>
- Farage, N (2014c). UKIP Nigel Farage - Full speech, Clause 4 moment. Acedido a 18/04/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ycYUf1EkRY4>

Farage, N (2014d). Nigel Farage - Leader of the UK Independence Party - 2 May 2014. Acedido a 20/04/2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=I2DJ3r6sAyw>

Farage, N (2014e). Nigel Farage keynote speech, UKIP 2014 spring conference. Acedido a 22/04/2020. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=A6JgyIp_QJw

Farage, N (2014f). Nigel Farage MEP, the UKIP Leader at a packed public meeting in Torquay. Acedido a 22/04/2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=cH8FmnveiOc>

Farage, N (2014g). UKIP Cheshire West Welcomes Nigel Farage. Acedido a: 24/04/2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OKk8oCS6_e4

Farage, N (2014h). Nigel Farage at Sage Gateshead on St. George's Day. Acedido a: 24/04/2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fnNmKL_PCAl

Farage, N (2019a). I'm coming back | Farage addresses EU Parliament. Acedido a 25/04/2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=2AnQFwMqjIE&t=62s>

Farage, N (2019b). Nigel Farage Launches Brexit Party for European Elections. Acedido a 26/04/2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Gwbhmiw9IE&t=23s>

Farage, N (2019c). Nigel Farage just gave an epic speech at Brexit party Rally Acedido a 26/04/2020. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=lv_NEWMxdVY

Farage, N (2019d). Nigel Farage Angry Brexit Party Speech at Peterborough - 'No More Mr Nice Guy!'. Acedido a 27/04/2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=fpUIcuKJstg>

Farage, N (2019e). Nigel Farage speech at Leave Means Leave rally. Acedido a 29/04/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OIXNfQNVtbU>

Farage, N (2019f). Nigel Farage (Brexit Party Speech) If Only He Was Prime Minister. Acedido a 29/04/2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=C98uDjHk9bl>

Farage, N (2019g). Nigel Farage: Politics is Broken in Britain! Brexit Party Rally, Clacton. Acedido a 30/04/2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=AfbLPQcziJY>

Farage, N (2019h). Nigel Farage: Towards the Next General Election - Brexit Party press conference. Acedido a 2/05/2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=2bPjjZi5T70>

Fontes Secundárias

Akkerman, T., & Rooduijn, M. (2015). Pariahs or partners? Inclusion and exclusion of radical right parties and the effects on their policy positions. *Political Studies*, 63(5), pp. 1140-1157.

Aktas, N., De Bodt, E., Bollaert, H., & Roll, R. (2016). CEO narcissism and the takeover process: From private initiation to deal completion. *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, 51(1), pp. 113-137.

Batory, A. (2002). Attitudes to Europe: Ideology, strategy and the issue of European Union membership in Hungarian party politics. *Party Politics*, 8(5), pp. 525-539.

Baker, D., & Seawright, D. (Eds.). (1998). Britain for and against Europe: British politics and the question of European integration. Oxford: Oxford University Press.

Bakker, R., Jolly, S., & Polk, J. (2012). Complexity in the European party space: Exploring dimensionality with experts. *European Union Politics*, 13(2), pp. 219-245.

Becker, S. O., & Fetzer, T. (2016). Does migration cause extreme voting?. *Center for Competitive Advantage in the Global Economy and The Economic & Social Research Council*, pp. 1-54.

Benedikter, R., & Kaelin, L. (2014). Janusface Europe. The European Union elections of 22–25 May 2014 provide no clear signal for the future. *Global Policy Journal*, 17(2), pp. 45-59.

Blaikie, N. (2010). Research Questions and Purposes. *Designing Social Research (2nd edition)*, pp. 177-197. Cambridge: Polity Press.

Bongardt, A., & Torres, F. (2016). The political economy of Brexit: why making it easier to leave the club could improve the EU. *Intereconomics*, 51(4), pp. 214-219.

Brack, N., & Startin, N. (2015). Introduction: Euroscepticism, from the margins to the mainstream. *International Political Science Review*, 36(3), pp. 239–249. Acedido

a 02/01/2020. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0192512115577231>

- Brack, N. (2018). Euroscepticism in the European Parliament. In *Opposing Europe in the European Parliament*, pp. 51-81. London: Palgrave Macmillan.
- Bressanelli, E. (2012). National parties and group membership in the European Parliament: ideology or pragmatism?. *Journal of European Public Policy*, 19(5), pp. 737-754.
- Bustikova, L. (2009). The extreme right in Eastern Europe: EU accession and the quality of governance. *Journal of Contemporary European Studies*, 17(2), pp. 223-239.
- Carey, S., & Lebo, M. (2001). In Europe, but not Europeans: the impact of national identity on public support for the European Union. 29th Joint Sessions of the European Consortium for Political Research, pp. 6-11.
- Canovan, M. (1999). Trust the people! Populism and the two faces of democracy. *Political Studies*, 47(1), pp. 2-16. Acedido a 10/10/2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/1467-9248.00184>
- Costa, O. (2011). The European Parliament and the community method. In *The 'Community Method'*, pp. 60-75. London: Palgrave Macmillan.
- Crafts, N. (2016). The Growth Effects of EU Membership for the UK: a Review of the Evidence. University of Warwick CAGE Working Paper, 280.
- Coutinho, C. (2008). A influência das teorias cognitivas na investigação em Tecnologia Educativa. Pressupostos teóricos e metodológicos, expectativas e resultados. *Revista Portuguesa de Educação*, 21(1), pp. 101-127.
- Cram, L., Dinan, D., & Nugent, N. (1999). The Evolving European Union. In *Developments in the European Union*, pp. 353-365. London: Palgrave Macmillan.
- Cichowski, R. (2000). Western dreams, eastern realities: Support for the European Union in Central and Eastern Europe. *Comparative Political Studies*, 33(10), pp. 1243-1278.
- (European Commission, 2014). Public opinion in the European Union – first results. Standard Eurobarometer 81. Disponível em: https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb81/eb81_first_en.pdf

- (European Commission, 2019). Public opinion in the European Union – first results. Standard Eurobarometer 486. Acedido a 26/03/2020. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/euro-area/public-opinion-euro_en
- Davis, A. (2007). Investigating journalist influences on political issue agendas at Westminster. *Political Communication*, 24(2), pp. 181-199.
- De Vreese, C., & Elenbaas, M. (2008). Media in the game of politics: Effects of strategic metacoverage on political cynicism. *The International Journal of Press/Politics*, 13(3), pp. 285-309.
- Dennison, J., & Geddes, A. (2018). Brexit and the perils of ‘Europeanised’ migration. *Journal of European Public Policy*, 25(8), pp. 1137-1153.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2011). *The Sage handbook of qualitative research*. SAGE, California: Publications, Inc.
- De Sio, L., Emanuele, V., & Maggini, N. (2014). *The European Parliament Elections of 2014*. CISE, Roma. Disponível em: <http://cise.luiss.it/cise/2014/07/29/the-european-parliament-elections-of-2014-the-e-book/>
- Easton, D. (1965). *A framework for political analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Eatwell, R. (2003). Introduction: The new extreme right challenge. In *Western democracies and the new extreme right challenge*, pp. 19-34. London: Routledge. Acedido a 20/10/2019. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/e/9780203402191/chapters/10.4324/9780203402191-7>
- Emerson, M. (2017). After the UK’s Brexit White Paper—What’s the next move towards a CFTA? *CEPS Policy Insight*.
- Ford, R., & Goodwin, M. (2014). Understanding UKIP: Identity, social change and the left behind. *The Political Quarterly*, 85(3), pp. 277-284.
- Freeden, M. (1996). *Ideologies and political theory: A conceptual approach*. Oxford: Oxford University Press on Demand.
- Fricker, M. (2007). *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press.

- Foa, R., Claystone, A., Slade, M., Rand, A., & Williams, R. (2020). The global satisfaction with democracy report 2020. Bennett Institute for Public Policy. Cambridge: University of Cambridge.
- Funke, M., Schularick, M., & Trebesch, C. (2015). Politics in the Slump: Polarization and Extremism after Financial Crises, pp. 1870-2014. Unpublished, Free University of Berlin.
- Furlong, P., & Marsh, D. (2010). A Skin Not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science. In D. Marsh & G. Stoker (Eds.), *Theory and methods in Political Science*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Gabel, M.J. & Palmer, H.D. (1995) Understanding variation in public support for European integration. *European Journal of Political Research* 27 (1), pp. 3–19.
- Gabel, M. (1998). Public support for European integration: An empirical test of five theories. *The Journal of Politics*, 60(2), pp. 333-354.
- Gabel, M., & Scheve, K. (2007). Mixed messages: Party dissent and mass opinion on European integration. *European Union Politics*, 8(1), pp. 37-59.
- George, S. (1998). Britain: Anatomy of a Eurosceptic state. *Journal of European Integration*, 22(1), pp. 15-33.
- Gandy, O. (1991). Beyond agenda setting. *Agenda setting: Readings on media, public opinion, and policymaking*, pp. 263-275.
- Gerring, J. (2001). *Social science methodology: A criterial framework*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gerring, J. (2007). Is There a (Viable) Crucial-Case Method? *Comparative Political Studies*, 40(3), pp. 231–253.
- Gidron, N., & Hall, P. (2017). The politics of social status: economic and cultural roots of the populist right. *The British Journal of Sociology*, 68, pp. 57-84.
- Gifford, C. (2006). The rise of post-imperial populism: The case of right-wing Euroscepticism in Britain. *European Journal of Political Research*, 45(5), pp. 851-869.
- Gifford, C. (2010). The UK and the European Union: dimensions of sovereignty and the problem of Eurosceptic Britishness. *Parliamentary Affairs*, 63(2), pp. 321-338.
- Golder, M. (2003). Explaining variation in the success of extreme right parties in Western Europe. *Comparative Political Studies*, 36(4), pp. 432-466.

- Goodwin, M., & Heath, O. (2016). The 2016 referendum, Brexit and the left behind: An aggregate-level analysis of the result. *The Political Quarterly*, 87(3), pp. 323-332.
- Greven, T. (2016). The rise of right-wing populism in Europe and the United States. A Comparative Perspective [La emergencia del populismo de derechas en Europa y Estados Unidos. Una perspectiva comparada]. *Friedrich Ebert Foundation*, Washington DC Office, pp. 1-8.
- Hassing, J. & Franklin, N. (2016). *The Eurosceptic. 2014 European Parliament Elections: Second Order or Second Rate*. London: Palgrave Macmillan.
- Heywood, A. (2017). *Political ideologies: An introduction*. London: Palgrave Macmillan.
- Hernández, E., & Kriesi, H. (2016). Turning your back on the EU. The role of Eurosceptic parties in the 2014 European Parliament elections. *Electoral Studies*, 44, pp. 515-524.
- Hartleb, F. (2012). European Project in Danger: Understanding Precisely the Phenomena Euroscepticism, Populism and Extremism in Times of Crisis. *Rev. Eur. Stud.*, 4, p. 45.
- Hix, S., Noury, A., & Roland, G. (2006). Dimensions of politics in the European Parliament. *American Journal of Political Science*, 50(2), pp. 494-520.
- Hix, S., Noury, A., & Roland, G. (2008). Voting patterns and alliance formation in the European Parliament. *Philosophical transactions of the royal society b: biological sciences*, 364(1518), pp. 821-831.
- Hix, S., & Noury, A. (2007). Politics, not economic interests: Determinants of migration policies in the European Union. *International Migration Review*, 41(1), pp. 182-205.
- Hillebrand, C. (2017). With or without you? The UK and information and intelligence sharing in the EU. *Journal of Intelligence History*, 16(2), pp. 91-94.
- Hooghe, L., Marks, G., & Schakel, A. H. (2008). Measuring regional authority. *Regional and Federal Studies*, 18(2/3), pp. 111-121.
- Hooghe, L., & Marks, G. (2005). Calculation, community and cues: Public opinion on European integration. *European Union Politics*, 6(4), pp. 419-443.
- Hooghe, L., Marks, G., & Wilson, C. J. (2002). Does left/right structure party positions on European integration?. *Comparative Political Studies*, 35(8), pp. 965-989.

- Hopkins, D. J. (2010). Politicized places: Explaining where and when immigrants provoke local opposition. *American political science review*, 104(1), pp. 40-60.
- Horowitz, D. L. (1993). The challenge of ethnic conflict: democracy in divided societies. *Journal of Democracy*, 4(4), pp. 18-38.
- Hobolt, S. B., & Spoon, J. J. (2012). Motivating the European voter: Parties, issues and campaigns in European Parliament elections. *European Journal of Political Research*, 51(6), pp. 701-727.
- Hobolt, S. B., & De Vries, C. E. (2016). Public support for European integration. *Annual Review of Political Science*, 19, pp. 413-432.
- Howarth, D. (2014). Introduction: discourse, hegemony and populism: Ernesto Laclau's political theory. In *Ernesto Laclau*, pp. 9-28. London: Routledge.
- Huntington, S. P. (1993). *The third wave: Democratization in the late twentieth century* (Vol. 4). Oklahoma: University of Oklahoma press.
- Jackson, S. (2015). Political extremism: A non-normative, comparative definition. In 22nd International Conference of Europeanists. Ces.
- Jacobs, J. V., & Horak, F. B. (2007). Cortical control of postural responses. *Journal of Neural Transmission*, 114(10), pp. 13-39.
- Jagers, J., & Walgrave, S. (2007). Populism as political communication style: An empirical study of political parties' discourse in Belgium. *European Journal of Political Research*, 46(3), pp. 319-345.
- Jensen, C. B., & Spoon, J. J. (2010). Thinking locally, acting supranationally: Niche party behaviour in the European Parliament. *European Journal of Political Research*, 49(2), pp. 174-201.
- Judis, J. B. (2016). Rethinking populism. *Dissent*, 63(4), pp. 116-122.
- Klandermans, P. G. (2014). Identity politics and politicized identities: Identity processes and the dynamics of protest. *Political Psychology*, 35(1), pp. 1-22.
 Acedido a: 20/10/2019. Disponível em:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/pops.12167>
- King, G., Keohane, R. O., & Verba, S. (1994). *Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press.
- Kreppel, A. (2002). *The European Parliament and Supranational Party System: a study in institutional development*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Kitschelt, H. P. (1986). Political opportunity structures and political protest: Anti-nuclear movements in four democracies. *British Journal of Political Science*, 16(1), pp. 57-85.
- Kriesi, H., Grande, E., Lachat, R., Dolezal, M., Bornschie, S., & Frey, T. (2006). Globalization and the transformation of the national political space: Six European countries compared. *European Journal of Political Research*, 45(6), pp. 921-956.
- Laclau, E. (1996). *Emancipación y diferencia*. Compañía Editora: Espasa Calpe.
- Laclau, E. (2005). *On populist reason*. London: Verso.
- Lynch, P., Whitaker, R., & Loomes, G. (2011). The UK Independence Party: Understanding a niche party's strategy, candidates and supporters. *Parliamentary Affairs*, 65(4), pp. 733-757.
- Lubbers, M., & Scheepers, P. (2000). Individual and contextual characteristics of the German extreme right-wing vote in the 1990s. A test of complementary theories. *European Journal of Political Research*, 38(1), pp. 63-94.
- Luedtke, A. (2005). European integration, public opinion and immigration policy: Testing the impact of national identity. *European Union Politics*, 6(1), pp. 83-112.
- Mair, P. (1994). Party organizations: from civil society to the state. *How parties organize: Change and adaptation in party organizations in Western democracies*, pp. 1-22. London: SAGE Publications, Inc.
- Massetti, E. (2018). Left-wing regionalist populism in the 'Celtic' peripheries: Plaid Cymru and the Scottish National Party's anti-austerity challenge against the British elites. *Comparative European Politics*, 16(6), pp. 937-953.
- March, L. (2008). *Contemporary far left parties in Europe: from Marxism to the mainstream?*. Friedrich-Ebert-Stiftung, Internat. Policy Analysis, Division for Internat. Dialogue. Acedido a: 17/10/2019. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/ipg/ipg-2009-1/10_a_march_us.pdf
- Marks, G., & Wilson, C. J. (2000). The past in the present: A cleavage theory of party response to European integration. *British Journal of Political Science*, 30(3), pp. 433-459.
- Marks, G., & Steenbergen, M. (2002). Understanding Political Contestation in the European Union. *Comparative Political Studies*, 35(8), pp. 879-892.

- Medrano, J. D. (2012). The limits of European integration. *Journal of European Integration*, 34(2), pp. 191-204.
- McDonnell, D., & Werner, A. (2019). Differently Eurosceptic: radical right populist parties and their supporters. *Journal of European Public Policy*, 26(12), pp. 1761-1778.
- Mols, F., & Jetten, J. (2017). *The wealth paradox: Economic prosperity and the hardening of attitudes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mondon, A. (2015). Populism, the 'people' and the illusion of democracy—The Front National and UKIP in a comparative context. *French Politics*, 13(2), pp. 141-156.
- Mouffe, C. (2018). *For a left populism*. London: Verso Books.
- Mudde, C. (2004). The populist zeitgeist. *Government and Opposition*, 39(4), pp. 541-563.
- Mudde, C. (2005). Racist extremism in central and eastern Europe. *East European Politics and Societies*, 19(2), pp. 161-184.
- Mudde, C. (2012). The relationship between immigration and nativism in Europe and North America. Washington, DC: Migration Policy Institute.
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. (2018). Studying populism in comparative perspective: Reflections on the contemporary and future research agenda. *Comparative Political Studies*, 51(13), pp. 1667-1693.
- Nacos, B. L., & Torres-Reyna, O. (2003). Framing Muslim-Americans before and after 9/11. *Framing terrorism: The news media, the government, and the public*, pp. 133-158.
- Navarro, J. (2009). Questions in the European Parliament: What for? Preliminary findings. In Second ECPR Conference on Parliamentary Accountability, Paris.
- Nielsen, J. H., & Franklin, M. N. (2016). *Eurosceptic 2014 European Parliament Elections*. London: Palgrave Macmillan.
- Otjes, S., & van Der Veer, H. (2016). The Eurozone crisis and the European Parliament's changing lines of conflict. *European Union Politics*, 17(2), pp. 242-261.
- Owen, D. (2016). Europe restructured: Vote to leave. *York: Methuen*.

- Pardal, L., & Correia, S. (1995). *Técnicas de pesquisa em Ciências Sociais*. Porto: Areal Editores.
- Pardos-Prado, S., & Sagarzazu, I. (2019). Economic performance and center-periphery conflicts in party competition. *Party Politics*, 25(1), pp. 50-62.
- Perrin, A. J. (2005). Political microcultures: Linking civic life and democratic discourse. *Social Forces*, 84(2), pp. 1049-1082.
- Pirro, A. L. (2014). Digging into the breeding ground: insights into the electoral performance of populist radical right parties in Central and Eastern Europe. *East European Politics*, 30(2), pp. 246-270.
- Pirro, A. L., Taggart, P., & van Kessel, S. (2018). The populist politics of Euroscepticism in times of crisis: Comparative conclusions. *Politics*, 38(3), pp. 378-390.
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reif, K., & Schmitt, H. (1980). Nine second-order national elections—a conceptual framework for the analysis of European Election results. *European Journal of Political Research*, 8(1), pp. 3-44.
- Resende, P., & Tanasoiu, C. (2001). The Change of Fate of a Political Symbol: 'Europe. In Post-Communist Central and Eastern Europe'. Paper presented at the Annual Meeting of the Political Studies Association, pp. 10-12.
- Reher, S. (2015). Explaining cross-national variation in the relationship between priority congruence and satisfaction with democracy. *European Journal of Political Research*, 54(1), pp. 160-181.
- Rittberger, B. (2005). *Building Europe's Parliament: Democratic representation beyond the nation state*. Oxford: Oxford University Press.
- Ritzen, J., & Kahanec, M. (2017). A sustainable immigration policy for the EU. In *A Second Chance for Europe*, pp. 155-181. Springer, Cham.
- Rico, G., & Anduiza, E. (2019). Economic correlates of populist attitudes: an analysis of nine European countries in the aftermath of the great recession. *Acta Politica*, 54(3), pp. 371-397.
- Rocha, G. (2014). Police reform and the transnational circulation of police models: The Portuguese case in the 1860s. *Crime, History & Societies*, 18(1), pp. 5-29.

- Saurette, P., & Gunster, S. (2011). Ears wide shut: Epistemological populism, argutainment and Canadian conservative talk radio. *Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne de Science Politique*, 44(1), pp. 195-218.
- Segatti, P., & Capuzzi, F. (2016). Five Stars Movement, Syriza and Podemos: A Mediterranean Model. *Beyond Trump. Populism on the Rise*, pp. 47-72.
- Schimmelfennig, F. (2018). Brexit: differentiated disintegration in the European Union. *Journal of European Public Policy*, 25(8), pp. 1154-1173.
- Schreier, M. (2012). Qualitative content analysis. In Flick, U. *The SAGE handbook of qualitative data analysis*, pp. 170-183. London: SAGE.
- Silver, H. (2007). The process of social exclusion: the dynamics of an evolving concept. *Chronic Poverty Research Centre Working Paper*, p. 95.
- Stavrakakis, Y. (2004). Antinomies of formalism: Laclau's theory of populism and the lessons from religious populism in Greece. *Journal of Political Ideologies*, 9(3), pp. 253-267.
- Stavrakakis, Y., Katsambekis, G., Nikisianis, N., Kioupiolis, A., & Siomos, T. (2017). Extreme right-wing populism in Europe: revisiting a reified association. *Critical Discourse Studies*, 14(4), pp. 420-439.
- Somai, M., & Biedermann, Z. (2016). Brexit: Reasons and challenges. *Acta Oeconomica*, 66(s1), pp. 137-156.
- Springford, J., & Tilford, S. (2017). Populism: Culture or Economics. *Centre For European Reform*. Acedido a: 16/10/2019. Disponível em: http://www.cer.eu/sites/default/files/insight_JS_ST_30.10.17.pdf
- Pajnik, M., & Sauer, B. (Eds.). (2017). *Populism and the web: Communicative practices of parties and movements in Europe*. Oxford: Routledge.
- Spoon, J. J., & Klüver, H. (2014). Do parties respond? How electoral context influences party responsiveness. *Electoral Studies*, 35, pp. 48-60.
- Klüver, H., & Spoon, J. J. (2017). Who responds? Voters, parties and issue attention. *British Journal of Political Science*, 46(3), pp. 633-654.
- Startin, N. (2015). Have we reached a tipping point? The mainstreaming of Euroscepticism in the UK. *International Political Science Review*, 36(3), pp. 311-323.
- Starck, K. (2020). I am a bull trader by nature: performing Nigel Farage. *NORMA*, 15(1), pp. 43-58.

- Szczerbiak, A. (2008). Opposing Europe or Problematizing Europe. Euroscepticism and 'Eurorealism' in the Polish Party System. *Opposing Europe*, 2, pp. 221-242.
- Taggart, P. (1998). A touchstone of dissent: Euroscepticism in contemporary Western European party systems. *European Journal of Political Research*, 33(3), pp. 363-388.
- Taggart, P., & Szczerbiak, A. (2004). Contemporary Euroscepticism in the party systems of the European Union candidate states of Central and Eastern Europe. *European Journal of Political Research*, 43(1), pp. 1-27.
- Tyler, F. B. (2001). Psychosocial Perspective on Violence and Extremism. In *Cultures, Communities, Competence, and Change*, 16(2), pp. 321-347. Boston: Springer MA.
- Tombs, R. (2014). *The English and their History: the first thirteen centuries*. London: Penguin.
- Tournier-Sol, K. (2015). The UKIP Challenge. In the UK Challenge to Europeanization. pp. 134-147. London: Palgrave Macmillan.
- Turpin, C., & Tomkins, A. (2007). British government and the constitution: text and materials. Cambridge: Cambridge University Press.
- UK, House of Commons (2019). EU preparations for a no-deal Brexit. Acedido a: 15/09/2019. Disponível em: <https://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-8547>
- UK, House of Commons (2019). European Parliament elections 2019: results and analysis. Acedido a: 15/09/2019. Disponível em: <https://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-8600>
- UK, House of Commons (2016). Conduct of Nigel Farage. Acedido a: 14/09/2019. Disponível em: <https://edm.parliament.uk/early-day-motion/49092>
- Usherwood, S. (2002). Opposition to the European Union in the UK: The dilemma of public opinion and party management. *Government and opposition*, 37(2), pp. 211-230.
- Van Elsas, E. J. (2017). Appealing to the 'losers'? The electorates of left-wing and right-wing Eurosceptic parties compared, 1989-2014. *Electoral Studies*, 50, pp. 68-79.

- Van der Eijk, C., & Franklin, M. N. (1996). *Choosing Europe? The European electorate and national politics in the face of union*. Michigan: The University of Michigan Press.
- Van Kessel, S., & Pirro, A. L. (2014). Discontent on the move: prospects for populist radical right parties at the 2014 European Parliament elections. *Intereconomics*, 49(1), pp. 4-29.
- Werts, H., Scheepers, P., & Lubbers, M. (2013). Euro-scepticism and radical right-wing voting in Europe, 2002–2008: Social cleavages, socio-political attitudes and contextual characteristics determining voting for the radical right. *European Union Politics*, 14(2), pp. 183-205.
- Wessels, W., & Diedrichs, U. (1997). A new kind of legitimacy for a new kind of parliament? The evolution of the European Parliament. *European Integration online Papers (EIoP)*, 1(6).
- Wirth, W., Esser, F., Wettstein, M., Engesser, S., Wirz, D., Schulz, A., & Steenbergen, M. R. (2016). The appeal of populist ideas, strategies, and styles: A theoretical model and research design for analyzing populist political communication. *NCCR democracy Working Paper series*, (88).
- Whitaker, R., & Lynch, P. (2014). Understanding the formation and actions of Eurosceptic groups in the European Parliament: pragmatism, principles and publicity. *Government and Opposition*, 49(2), pp. 232-263.
- Wodak, R. (2003). Populist discourses: The rhetoric of exclusion in written genres. *Document Design*, 4(2), pp. 132-148.
- Wodak, R., Khosravini, M., & Mral, B. (Eds.). (2013). *Right-wing populism in Europe: Politics and discourse*. London: Bloomsbury Academic.
- Xavier, A. I. (2007). The European Union as a (Global) Security Provider: From “Old” to “New” Regionalism? *Global Investment Governance Architecture*, 9, p. 49.